



CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

**ATA DA 133ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
TÉCNICA PERMANENTE DE BIODIVERSIDADE.**

1
2
3 Aos seis dias do mês de outubro de dois mil e vinte, realizou-se a 133ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica
4 Permanente de Biodiversidade, do Conselho Estadual de Meio Ambiente, através de videoconferência, com
5 início às 14 horas e com a presença dos seguintes representantes: Sr. Ivan Carlos Viana, representante dos
6 Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH); Sra. Clarice Glufke, representante do Corpo Técnico da FEPAM; Sra.
7 Marion Heinrich, representante da FAMURS; Sr. Marcelo Camardelli Rosa, representante do Sistema FARSUL;
8 Sr. Clebes Brum Pinheiro, representante da FEPAM; Sr. Tiago José Pereira Neto, representante da FIERGS;
9 Sra. Lisiane Becker, representante da ONG Mira-Serra; Sr. Ivo Lessa, representante da SERGS; Sr. Israel Fick,
10 representante da UPAN e Sra. Fernanda Tatsch, representante da SEAPDR. Participaram também: Sr.
11 Domingos Antônio Velho Lopes/FARSUL; Sra. Paula Paiva Hofmeister/FARSUL; Sra. Rosaura Heurich/FEPAM;
12 Sr. Manuel Eduardo/FEPAM e Sra. Neila Dambros e Sr. Suest. O presidente deu início à reunião às 14h08min.
13 **Passou-se ao 1º item da pauta: Aprovação das atas 130ª, 131ª e 132ª Reunião Ordinária, 38ª e 39ª**
14 **Reunião Extraordinária da CTP de Biodiversidade, e a ata da Reunião Conjunta das CTPs de BIODIV e**
15 **AJU:** Sr. Ivo Lessa/SERGS-Presidente: Dispensa a leitura das atas. Sr. Clebes Brum Pinheiro/FEPAM:
16 comenta sobre os erros de pontuação e concordância, cometidos na 39ª ata extraordinária da CTP BIODIV. Sr.
17 Tiago José Pereira Neto/FIERGS: pede para que seja registrado em ata o entendimento de que, no “2º item de
18 pauta: Relato GT PCH”, da 39ª Reunião Extraordinária, “a FIERGS reavaliou sua posição pela retirada das
19 alterações dos expositivos do corpo da Res. 388/2018, e não pela retirada das alterações nos anexos.” Sr. Ivo
20 Lessa/SERGS-Presidente: coloca em apreciação a aprovação das atas em pauta. **APROVADO POR**
21 **UNANIMIDADE.** Manifestaram-se com contribuições, questionamentos e esclarecimentos, os seguintes
22 representantes: Ivan Carlos Viana/CBH; Tiago José Pereira Neto/FIERGS. **Passou-se ao 2º item da pauta:**
23 **Minuta eólica - após consulta pública:** Sr. Ivo Lessa/SERGS-Presidente: questiona os demais sobre qual
24 deveria ser a ação tomada sobre as manifestações que surgiram acerca da Minuta de Resolução Eólica, após
25 ser levada para consulta pública, se a câmara técnica deveria ler cada manifestação ou se os representantes
26 deveriam sugerir as manifestações a serem tratadas. Sra. Lisiane Becker/ONG Mira-Serra: sugere que se
27 forme um grupo de trabalho para sistematizar as manifestações. Domingos Antônio Velho Lopes/FARSUL:
28 comenta o entendimento do Gt, da federação da agricultura, que ao analisar os comentários reconheceu-os
29 como pertinentes, mas, não a título de uma possível modificação na resolução. Analisaram também, as
30 solicitações de contribuição, que se repetem encima de temas já abordados pelo GT. Sugere, portanto, que
31 não se altere a resolução por causa das contribuições, já que elas abrangem temas anteriormente discutidos
32 na construção da minuta de resolução. Sra. Rosaura Heurich/FEPAM: apresenta uma planilha, feita pela
33 FEPAM, que organiza as manifestações no período de consulta pública. Sr. Manuel Eduardo/FEPAM: Lê os
34 comentários, das primeiras sete manifestações. Na 4ª manifestação, do Sr. Mauricio da Silveira Pereira, que se
35 refere aos monitoramentos da fauna e seu período de duração, o Sr. Manuel esclarece que o conteúdo da
36 manifestação é objeto do licenciamento, e dos condicionantes do licenciamento e que, essa resolução nunca
37 teve a pretensão de resolver coisas que dizem respeito ao fazer do órgão ambiental. Sra. Rosaura
38 Heurich/FEPAM: informa que o monitoramento está dentro do licenciamento ambiental, e que a FEPAM tem
39 um Gt específico que esta montando diretrizes para monitoramento de fauna, em empreendimentos eólicos e
40 linhas de transmissão, então não caberia na resolução essa observação. Sr. Manuel Eduardo/FEPAM: Lê as
41 contribuições, da 8ª até a 12ª manifestação. Sr. Clarice Glufke/Corpo Técnico da FEPAM: pede para que se
42 registre em ata o entendimento de que, a tabela trazida pela FEPAM esclarece bem os dois pontos que
43 separam os conteúdo das manifestações. Um em questão dos itens da resolução já discutidos no Gt, as
44 contribuições, e que “não voltarão a serem pautas nesta versão”. O segundo ponto, são questões que se

45 referem ao licenciamento ambiental, que não estão em discussão nesta resolução. Sr. Ivo Lessa/SERGS-
46 Presidente: comenta o entendimento de que as contribuições enviadas, já foram discutidas e trabalhadas,
47 então não haveria por que retroceder a discussão. Coloca em apreciação a manutenção da minuta de
48 resolução, com o arquivamento das manifestações, e o envio para a aprovação no Consema. **1 ABSTENÇÃO.**
49 **APROVADO POR MAIORIA.** Manifestaram-se com contribuições, questionamentos e esclarecimentos, os
50 seguintes representantes: Ivo Lessa/SERGS; Clebes Brum Pinheiro/FEPAM; Rosaura Heurich/FEPAM; Lisiane
51 Becker/ONG Mira-Serra; Manuel Eduardo/FEPAM; Ivan Carlos Viana/CBH. **Passou-se ao 3ª item da pauta:**
52 **Assuntos gerais:** Sr. Ivan Carlos Viana/CBH: informa que deixará de representar os comitês de bacias
53 hidrográficas na CTP de BIODIV, e será substituído pelo Sr. Marcelo/CBH. Questiona o presidente se seria
54 possível encaminhar o voto dos Comitês de Bacias Hidrográficas, em relação à minuta da PCH e CGH, já que
55 os comitês de bacias possui um voto impresso, ou se o próximo representante deve explicar o voto quando o
56 assunto for trazido para pauta. Sr. Ivo Lessa/SERGS-Presidente: informa que devido à minuta da PCH e CGH,
57 ter sido retirada da Câmara técnica, e estar em uma nova discussão dentro da Sema/FEPAM, a ação viável a
58 ser tomada será o próximo representante informar o voto quando o assunto retornar para deliberação.
59 Manifestaram-se com contribuições, questionamentos e esclarecimentos, os seguintes representantes: Ivan
60 Carlos Viana/CBH; Tiago José Pereira Neto/FIERGS. Não havendo nada mais para ser tratado encerrou-se a
61 reunião às 15h.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E INFRAESTRUTURA

RESOLUÇÃO CONSEMA N.º XXX/2020.

Dispõe sobre os procedimentos e critérios para a instalação e o licenciamento ambiental da atividade de geração de energia a partir de fonte eólica no Estado do Rio Grande do Sul.

O **CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE** - CONSEMA no uso de suas atribuições, que lhe conferem a Lei nº 10.330, de 27 de dezembro de 1.994,

CONSIDERANDO a necessidade de utilizar o licenciamento ambiental como instrumento de gestão ambiental, e de definir os critérios técnicos e compatibilização dos procedimentos de licenciamento de geração de energia a partir de fonte eólica;

CONSIDERANDO os termos da Resolução CONAMA nº 462, de 24 de julho de 2014, que estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica em superfície terrestre e havendo a necessidade de o órgão de licenciamento ambiental estadual regulamentar o disposto no art. 3º definindo critérios para licenciamento de parques eólicos quanto a sua localização e porte;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre diretrizes, critérios e procedimentos básicos a serem seguidos no âmbito do licenciamento ambiental de geração de energia a partir de fonte eólica.

CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA: estudo ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental, exigido para o licenciamento de empreendimento de geração de energia eólica potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente;



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E INFRAESTRUTURA

II - Relatório Ambiental Simplificado - RAS: estudo relativo aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de empreendimento de geração de energia eólica, apresentado como subsídio para a concessão da Licença Prévia - LP requerida, que conterá, dentre outras, as informações relativas ao diagnóstico ambiental da região de inserção do empreendimento, sua caracterização, a identificação dos impactos ambientais e as medidas de controle, de mitigação e de compensação destes impactos;

III - Ampliação de um empreendimento eólico: é o aumento da sua potência instalada, com ou sem ampliação de sua área;

IV - Repotenciação de um empreendimento eólico: é a instalação de novos aerogeradores, na mesma área ocupada pelo já existente, podendo ser completa, quando há a substituição total do aerogerador (rotor, torre e nacelle), ou parcial, que é a instalação de novo rotor e sistema de transmissão nas torres e fundações já existentes.

CAPÍTULO III

DO LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE GERAÇÃO DE ENERGIA A PARTIR DE FONTE EÓLICA

Seção I

Dos procedimentos e critérios gerais para o licenciamento

Art. 3º Os empreendimentos de geração de energia a partir de fonte eólica de que trata esta Resolução serão licenciados em conformidade com a sensibilidade ambiental da respectiva região eólica de localização, conforme o “Mapa de Diretrizes para o Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Eólicos no Estado do Rio Grande do Sul”.

Parágrafo Único. O “Mapa de Diretrizes para o Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Eólicos no Estado do Rio Grande do Sul”, bem como as “Diretrizes e Condicionantes para licenciamento ambiental nas regiões com potencial eólico do RS” e a “Compilação de estudos, metodologias, dados técnicos e conclusões como subsídios às diretrizes ambientais para implantação de empreendimentos eólicos no Estado do RS” constam como Anexo I desta Resolução e deverão ser disponibilizados em meio eletrônico.

Art. 4º Ficam estabelecidas três classes de empreendimentos de geração de energia a partir de fonte eólica conforme Tabela 1.

Tabela 1. Classificação de empreendimentos de geração de energia a partir de fonte eólica para finalidade de licenciamento ambiental.

	Sensibilidade ambiental				
Porte (MW)	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Sem classificação
até 20	Classe 1	Classe 1	Classe 3	Classe 3	Classe 1



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E INFRAESTRUTURA

de 20 a 100	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 3	Classe 2
de 100 a 300	Classe 2	Classe 2	Classe 3	Classe 3	Classe 2
de 300 a 500	Classe 2	Classe 2	Classe 3	Classe 3	Classe 3
acima de 500	Classe 2	Classe 2	Classe 3	Classe 3	Classe 3

Art. 5º A implantação e a operação de empreendimentos de geração de energia a partir de fonte eólica somente poderá ser realizada após obtenção de Licença Ambiental, devendo ser atendidos os Termos de Referência Específicos e diretrizes técnicas estabelecidos pela FEPAM e disponíveis no Sistema Online de Licenciamento Ambiental – SOL, conforme as Classes apresentadas na Tabela 1, de acordo com o rito descrito a seguir:

I - Os empreendimentos classificados como Classe 1 poderão ser licenciados em duas fases: LPI – Licença Prévia e de Instalação, mediante solicitação do requerente, e LO - Licença de Operação.

II - Os empreendimentos classificados como Classe 2 serão licenciados em três fases: LP – Licença Prévia, LI – Licença de Instalação e LO – Licença de Operação.

III - Os empreendimentos classificados como Classe 3 serão licenciados em três fases: LPER – Licença Prévia de EIA/RIMA, LIER – Licença de Instalação de EIA/RIMA e LOER – Licença de Operação de EIA/RIMA, sendo proposto Termo de Referência para EIA/RIMA pelo requerente, em processo administrativo, segundo regramento estabelecido pela FEPAM.

Parágrafo único. Para empreendimentos classificados como classe 2, o órgão licenciador, mediante parecer técnico justificado, poderá em uma única fase, atestar a viabilidade ambiental, aprovar a localização e autorizar a implantação do empreendimento eólico de baixo impacto ambiental, sendo emitida diretamente Licença de Instalação, cujo requerimento deverá ser realizado antes da implantação do empreendimento, desde que apresentados pelo empreendedor, os elementos necessários a tal concessão.

Art. 6º A Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - FEPAM, durante a avaliação específica dos empreendimentos, poderá solicitar o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA para que seja expedido o licenciamento ambiental requerido, identificando os atributos e vulnerabilidades ambientais relevantes, em escala local, sem prejuízo da legislação vigente, nos casos listados abaixo:

I - Intervenção de aerogeradores em Áreas de Preservação Permanente - APP, definidas no art. 144 da Lei Estadual nº 15.434/2020;



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E INFRAESTRUTURA

II - corte e supressão de vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração no Bioma Mata Atlântica, conforme Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 e Decreto Federal nº 6.660, de 21 de novembro de 2008;

III - quando afetar diretamente espécies da fauna ameaçada de extinção constantes em listas oficiais declaradas em legislações Federal ou Estadual, quando identificadas na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento eólico;

IV - quando os aerogeradores se localizarem em áreas indicadas na edição mais recente do *Relatório Anual de Concentração de Aves Migratórias no Brasil*, emitido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

Art. 7º Nas áreas impróprias para instalação de atividades de geração de energia eólica, identificadas no Mapa de Diretrizes para o Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Eólicos no Estado do Rio Grande do Sul, constante no Anexo I desta Resolução, fica vetada a instalação de aerogeradores, estejam os equipamentos sujeitos ao licenciamento ambiental ou não, à exceção de empreendimento considerado de microgeração conforme definido em legislação específica.

Seção II

Dos procedimentos para ampliação

Art. 8º Serão passíveis de ampliação os empreendimentos de geração de energia a partir de fonte eólica com licença ambiental em vigor.

§ 1º A ampliação de um empreendimento de geração de energia a partir de fonte eólica com aumento de potência, solicitada durante a vigência ou no momento da renovação da Licença de Instalação, não demandará a emissão de nova Licença Prévia nos casos em que não houver ampliação das dimensões e/ou reposicionamento dos aerogeradores, tanto quanto da área originalmente licenciada.

§ 2º Para os empreendimentos de classe 2 e 3 a ampliação com aumento de dimensões dos equipamentos, com ou sem reposicionamento e sem ampliação da área licenciada, mediante parecer técnico, poderá ser licenciada através de LPIA - Licença Prévia e de Instalação para Alteração.

§ 3º Para os empreendimentos de classe 2 e 3 a ampliação da potência com o aumento da área originalmente licenciada terá a licença emitida através de LPA - Licença Prévia de Alteração.

Seção III

Dos procedimentos para repotenciação

Art. 9º A repotenciação de empreendimentos de geração de energia a partir de fonte eólica deverá ser licenciada através de Licença Prévia e de Instalação para Alteração - Avenida Borges de Medeiros, 261, 14º andar - Centro - 90020-021- Porto Alegre - Rio Grande do Sul
Telefone: (51) 3288-8178- E-mail: gabinete@sema.rs.gov.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E INFRAESTRUTURA

LPIA, devendo ser atendido Termo de Referência específico disponível no Sistema Online de Licenciamento Ambiental – SOL, conforme refira-se à repotenciação, total ou parcial.

Seção IV

Da validade e procedimentos para renovação das licenças ambientais

Art. 10 Os pedidos de renovação de licenças que não envolvam troca de características do empreendimento, independente do porte, deverão ser encaminhados de forma eletrônica junto ao órgão ambiental licenciador competente.

Seção V

Da Supressão de Vegetação Nativa

Art. 11 Havendo necessidade da supressão de vegetação nativa para a implantação de empreendimentos de geração de energia a partir de fonte eólica, esta deverá ser requerida no momento da solicitação da Licença de Instalação – LI para a atividade.

Parágrafo único: Nos casos em que a supressão solicitada incorra vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração no Bioma Mata Atlântica, conforme Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 e Decreto Federal nº 6.660, de 21 de novembro de 2008, aplica-se o disposto no Art. 6º desta Resolução.

Seção VI

Dos procedimentos de desativação de empreendimentos de geração de energia a partir de fonte eólica

Art. 12 No caso de desativação de empreendimentos de geração de energia, a partir de fonte eólica, caberá ao empreendedor responsável requerer a emissão de Termo de Encerramento – TE da atividade ao órgão ambiental competente.

Parágrafo Único. A emissão do Termo de Encerramento de que trata o *caput* está condicionada à comprovação do cumprimento das obrigações ambientais e à inexistência de passivo ambiental decorrente do exercício da atividade.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 Para fins de aplicação do *caput* do art. 14 da Resolução CONAMA nº 462/2014, a expedição da Licença de Instalação – LI do empreendimento de geração de energia eólica fica condicionada à concessão da Licença Prévia - LP de seus respectivos sistemas associados.

Parágrafo Único. Todos os sistemas associados no interior da área licenciada para a



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E INFRAESTRUTURA

geração de energia eólica deverão ser licenciados conjuntamente a esta.

Art. 14 A compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei Federal nº 9.985 de 2000 será exigida somente nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia eólica considerados de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA.

Art. 15 O “Mapa de Diretrizes para o Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Eólicos no Estado do Rio Grande do Sul” disposto no artigo 3º poderá ser revisado, de acordo com a produção de novos estudos e aprimoramento de dados.

Art. 16 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

“Diretrizes e Condicionantes para licenciamento ambiental nas regiões com potencial eólico do RS.”

Regulamenta o Art.º 3º Seção I Capítulo II da **RESOLUÇÃO CONAMA 462 de julho de 2014**, que define critérios para licenciamento de parques eólicos quanto a sua localização.

Consideram-se como áreas impróprias para empreendimentos eólicos e atividades associadas indicadas no mapa:

1. Áreas legalmente protegidas, Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais;
2. Áreas com processo de criação de unidade de conservação formalizado nos órgãos competentes;
3. IBAS (Important Birds Areas) já mapeadas em escala local: Banhado do Maçarico, Estuário da Laguna dos Patos e Canal do São Gonçalo;
4. Áreas úmidas relevantes para a avifauna, demarcadas no mapa;
5. Dormitórios do papagaio charão, demarcados em mapa ;
6. Áreas com concentração de ninhais de aves, demarcados em mapa;
7. Geossítios das dunas do Albardão: de singular importância geológica geomorfológica e paleontológica.

Consideram-se áreas de interesse sócio-cultural, sujeitas a manifestações de órgãos competentes:

1. Territórios indígenas (FUNAI): deverão ser consultadas as comunidades indígenas com a participação da FUNAI, mediante procedimentos apropriados através de consulta prévia livre e informada, conforme previsto pelos dispositivos da Convenção 169 da OIT.
2. Comunidades quilombolas reconhecidas e as com processo de titulação de território em andamento no INCRA: deverão ser consultadas, mediante procedimentos apropriados através de consulta prévia livre e informada, conforme previsto pelos dispositivos da Convenção 169 da OIT.
3. Patrimônio paleontológico e arqueológico: deverá ser submetido a avaliação do órgão competente.

Consideram-se como instrumentos para o licenciamento:

1. Nas áreas de sensibilidade ambiental média e alta, indicadas no mapa: EIA-RIMA
2. Nas áreas de sensibilidade ambiental baixa e muito baixa, indicadas no mapa: procedimento simplificado, RAS
3. Caso a localização específica envolva os elementos listados na resolução CONAMA 462 de 2014, art. 3º, §3º, o licenciamento será realizado mediante EIA-RIMA.

Os Termos de Referência Básicos para a elaboração de RAS e EIA-RIMA, devem obedecer aos anexos I e II previstos na Resolução CONAMA 462/2014, bem como o conteúdo técnico constante neste documento: “Diretrizes e Condicionantes para licenciamento ambiental nas regiões com potencial eólico do RS”.

ÍNDICE

1. DIRETRIZES E CONDICIONANTES POR REGIÃO.....	6
2. REGIÃO EÓLICA CAMPANHA.....	6
HERPETOFAUNA.....	6
PAISAGEM.....	6
MASTOFAUNA.....	6
PEIXES ANUAIS.....	7
QUIRÓPTEROS.....	7
ÁREAS ÚMIDAS RELEVANTES PARA A AVIFAUNA.....	7
AVIFAUNA.....	7
ÁREAS DE INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO.....	8
MEIO FÍSICO.....	8
VEGETAÇÃO.....	8
3. REGIÃO EÓLICA COSTA LESTE DA LAGUNA.....	9
HERPETOFAUNA.....	9
PAISAGEM.....	9
MASTOFAUNA.....	9
PEIXES ANUAIS.....	10
QUIRÓPTEROS.....	10
ÁREAS ÚMIDAS RELEVANTES PARA A AVIFAUNA.....	10
AVIFAUNA.....	11
ÁREAS DE INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO.....	12
MEIO FÍSICO.....	12
4. REGIÃO EÓLICA COSTA NORTE DA LAGUNA.....	13
HERPETOFAUNA.....	13
PAISAGEM.....	13
MASTOFAUNA.....	13
PEIXES ANUAIS.....	14
QUIRÓPTEROS.....	14
ÁREAS ÚMIDAS RELEVANTES PARA A AVIFAUNA.....	14
AVIFAUNA.....	15
MEIO FÍSICO.....	15
5. REGIÃO EÓLICA COSTA OESTE DA LAGUNA.....	16
HERPETOFAUNA.....	16
PAISAGEM.....	16

MASTOFAUNA	16
PEIXES ANUAIS.....	17
QUIRÓPTEROS.....	17
ÁREAS ÚMIDAS RELEVANTES PARA A AVIFAUNA	17
AVIFAUNA	18
AREAS DE INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO.....	19
MEIO FÍSICO	19
VEGETAÇÃO.....	19
6. REGIÃO EÓLICA COXILHA DE SANTANA.....	20
HERPETOFAUNA.....	20
PAISAGEM	20
MASTOFAUNA	20
PEIXES ANUAIS.....	21
QUIRÓPTEROS.....	21
ÁREAS ÚMIDAS RELEVANTES PARA A AVIFAUNA	21
AVIFAUNA	22
ÁREAS DE INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO.....	22
MEIO FÍSICO	23
VEGETAÇÃO.....	23
7. REGIÃO EÓLICA ESCUDO.....	24
HERPETOFAUNA.....	24
PAISAGEM	24
MASTOFAUNA	24
PEIXES ANUAIS.....	25
QUIRÓPTEROS.....	25
ÁREAS ÚMIDAS RELEVANTES PARA A AVIFAUNA	25
AVIFAUNA	26
ÁREAS DE INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO.....	26
MEIO FÍSICO	27
VEGETAÇÃO.....	27
8. REGIÃO EÓLICA LITORAL NORTE.....	28
HERPETOFAUNA.....	28
PAISAGEM	28
MASTOFAUNA	28
PEIXES ANUAIS.....	29
QUIRÓPTEROS.....	29

ÁREAS ÚMIDAS RELEVANTES PARA A AVIFAUNA	29
AVIFAUNA	30
ÁREAS DE INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO.....	31
MEIO FÍSICO	31
VEGETAÇÃO.....	31
9. REGIÃO EÓLICA LITORAL SUL.....	33
HERPETOFAUNA.....	33
PAISAGEM	33
MASTOFAUNA	33
PEIXES ANUAIS.....	34
QUIRÓPTEROS.....	34
ÁREAS ÚMIDAS RELEVANTES PARA A AVIFAUNA	34
AVIFAUNA	35
ÁREAS DE INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO.....	36
MEIO FÍSICO	36
10. REGIÃO EÓLICA PLANALTO DAS MISSÕES	37
HERPETOFAUNA.....	37
PAISAGEM	37
PEIXES ANUAIS.....	37
QUIRÓPTEROS.....	38
AVIFAUNA	38
MEIO FÍSICO	38
VEGETAÇÃO.....	39
11. REGIÃO EÓLICA SERRA GAÚCHA.....	40
HERPETOFAUNA.....	40
PAISAGEM	40
PEIXES ANUAIS.....	41
QUIRÓPTEROS.....	41
AVIFAUNA	41
ÁREAS DE INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO.....	42
MEIO FÍSICO	42
VEGETAÇÃO.....	43
12. MAPAS	44

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1: Mapa das regiões eólicas.	44
Figura 2: Mapa Síntese de sensibilidade ambiental.	45
Figura 3: Mapa Síntese: sensibilidade ambiental e áreas impróprias discriminadas. ..	45

1. DIRETRIZES E CONDICIONANTES POR REGIÃO

2. REGIÃO EÓLICA CAMPANHA

HERPETOFAUNA

- Manter a herpetofauna local, protegendo seus ambientes de ocorrência, em especial os das espécies prioritárias para a conservação, tais como a rã (*Leptodactylus furnarius*), o sapinho-de-barriga-vermelha (*Melanophryniscus sanmartini*), a nariguda-rajada (*Xenodon histricus*), o lagartinho-do-pampa (*Homonota uruguayensis*), a falsa-cobra-espada (*Calamodontophis paucidens*) e o cágado-de-ferradura (*Phrynops williamsi*);
- Preservar áreas com afloramentos rochosos e campos nativos que abrigam fauna específica a estes biótopos, bem como sítios de reprodução e desova das espécies de répteis e anfíbios;
- Preservar áreas de campos alagadiços (incluindo áreas alagadiças temporárias), várzeas de rios e banhados, ambientes de reprodução de anfíbios e répteis aquáticos;
- Respeitar uma distância mínima de 200 metros de áreas de ocorrência de espécies prioritárias, de sítios de reprodução, incluindo áreas de floresta nativa que podem abrigar espécies ameaçadas na região.

PAISAGEM

- Garantir a manutenção das **paisagens de referência da comunidade, de patrimônio ambiental, histórico e cultural** na AID e All do empreendimento, considerando o efeito sinérgico da possibilidade de construção de vários empreendimentos.

MASTOFAUNA

- Providenciar medidas para proteção das áreas em que forem detectadas colônias de tuco-tuco (*Ctenomys* sp.) e outros abrigos de mamíferos terrestres de hábitos semi-fossoriais.

PEIXES ANUAIS

- Proteger as populações de peixes-anuais, com destaque para *Austrolebias juanlangi*, *A. litzi*, *A. paucisquama*, *A. quirogai*, *A. vazferreirai*, e *Cynopoecilus intimus*;
- Estabelecer uma faixa de transição no entorno das áreas de ocorrência das espécies protegidas de maneira a garantir a dinâmica hídrica de ambientes aquáticos temporários.

QUIRÓPTEROS

- Garantir a manutenção das rotas de deslocamento e áreas de forrageio de morcegos na área de influência direta, bem como a proteção de cavernas, furnas e grutas na área de influência indireta do empreendimento;
- Manter a distância de pelo menos 300 metros dos corpos d'água com superfície superior a um hectare (lagoas, lagoas, reservatórios ou açudes), bem como das formações florestais com área maior que 20 hectares (mata nativa).

ÁREAS ÚMIDAS RELEVANTES PARA A AVIFAUNA

- Não ocupar as áreas úmidas, os banhados e o seu entorno, em particular os justapostos a corpos d'água, garantindo uma área de amortecimento de impacto, com um raio mínimo de 300 metros;
- Garantir uma área de amortecimento de impacto com raio mínimo de 600 metros das áreas de ocorrência de cisne-de-pescoço-preto (*Cygnus melanocoryphus*), e/ou de capororoca (*Coscoroba coscoroba*), aves aquáticas muito sensíveis à perturbação;
- Assegurar a permanência de corredores de movimentação das aves aquáticas entre áreas úmidas próximas, pré-existent;
- Compatibilizar a operação dos empreendimentos eólicos que tenham plantio de arroz irrigado no seu entorno, assegurando medidas de proteção às aves durante os períodos de plantio e de colheita;
- Evitar qualquer plantio em um raio de 50 metros em torno dos aerogeradores para assegurar o monitoramento das aves e morcegos mortos por impacto direto.

AVIFAUNA

- Proteger as populações de aves ameaçadas de extinção na região onde se pretende instalar o empreendimento eólico, mapeando seus habitats potenciais de ocorrência, em especial para as espécies: papagaio-charão (*Amazona pretrei*),

gavião-cinza (*Circus cinereus*), corruíra-do-campo (*Cistothorus platensis*), águia-chilena (*Geranoaetus melanoleucus*), urubu-rei (*Sarcoramphus papa*), caboclinho-de-chapéu-cinzento (*Sporophila cinnamomea*), caboclinho-de-barriga-vermelha (*Sporophila hypoxanta*), caboclinho-de-papo-branco (*Sporophila palustres*), veste-amarela (*Xanthopsar flavus*) e noivinha-do-rabo-preto (*Xolmis dominicanus*);

- Garantir a manutenção dos territórios de aves de rapina;
- Proteger os dormitórios e ninhais de aves nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, considerando-se a possibilidade das aves relocarem os pontos de concentração ao longo do tempo, em função de alterações estruturais na vegetação de suporte ou nas condições hidrológicas do local
- Garantir que no mínimo 20% do total de aerogeradores do parque seja utilizado para monitoramento das colisões de aves, num raio mínimo de 50 m, onde não poderão ser desenvolvidas atividades que prejudiquem o monitoramento de busca de animais que tenham sofrido colisão. Estas atividades incluem lavouras de arroz e o plantio de espécies vegetais de médio e grande porte.

ÁREAS DE INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO

- Compatibilizar os objetivos de conservação e status de implementação com relação à “Proposta de Novas Unidades de Conservação – Bioma Pampa e Extremo Sul da Mata Atlântica” e vetar o licenciamento nas áreas propostas para Unidades de Conservação - UC: “Pedra do Segredo” e “Guaritas/Rincão do Inferno”.

MEIO FÍSICO

- Evitar áreas passíveis de instabilidades geotécnicas em função da ocorrência de falhas e fraturas, de depósitos coluviais e corpos de tálus;
- Evitar a contaminação dos aquíferos fraturados e sedimentares;
- Evitar a localização dos empreendimentos em áreas de relevo ruiformes (guaritas).

VEGETAÇÃO

- Não poderão ser implantados aerogeradores nos locais de ocorrência de espécies típicas de afloramentos rochosos com interesse conservacionista.

3. REGIÃO EÓLICA COSTA LESTE DA LAGUNA

HERPETOFAUNA

- Manter a herpetofauna local, protegendo seus ambientes de ocorrência em especial os das espécies prioritárias para a conservação, tais como a lagartixa-da-praia (*Liolaemus occipitalis*), o lagartinho-listrado (*Contomastix lacertoides*) e o sapinho-de-barriga-vermelha (*Melanophryniscus dorsalis*);
- Preservar áreas de dunas, cordões arenosos de deposição eólica que abrigam fauna específica a estes biótopos, bem como sítios de reprodução e desova das espécies de répteis e anfíbios;
- Preservar áreas de campos alagadiços (incluindo áreas alagadiças temporárias), várzeas de rios e banhados, ambientes de reprodução de anfíbios e répteis aquáticos;
- Respeitar uma distância mínima de 200 metros de áreas de ocorrência de espécies prioritárias, de sítios de reprodução, incluindo áreas de floresta nativa que podem abrigar espécies ameaçadas na região.

PAISAGEM

- Garantir a manutenção das ***paisagens de referência da comunidade, de patrimônio ambiental, histórico e cultural*** na AID e All do empreendimento, considerando o efeito sinérgico da possibilidade de construção de vários empreendimentos.

MASTOFAUNA

- Providenciar medidas para proteção das áreas em que forem detectadas colônias de tuco-tuco (*Ctenomys* sp.) e outros abrigos de mamíferos terrestres de hábitos semi-fossoriais;
- Não poderão ser implantados aerogeradores nos locais de ocorrência de tuco-tuco-das-dunas (*Ctenomys flamarioni*), espécie endêmica da primeira linha de dunas da Planície Costeira do RS.

PEIXES ANUAIS

- Proteger as populações de peixes-anuais, com destaque para *Atlantirivulus riograndensis*, *Austrolebias minuano*, *A. wolterstorffi*, *Cynopoecilus fulgens* e *Cynopoecilus multipapillatus*;
- Estabelecer uma faixa de transição de 15m no entorno das áreas de ocorrência confirmada das espécies protegidas de maneira a garantir a dinâmica hídrica de ambientes aquáticos temporários.

QUIRÓPTEROS

- Garantir a manutenção das rotas de deslocamento e áreas de forrageio de morcegos na área de influência direta, bem como a proteção de cavernas, furnas e grutas na área de influência indireta do empreendimento;
- Manter a distância de pelo menos 300 metros dos corpos d'água com superfície superior a um hectare (lagoas, lagoas, reservatórios ou açudes), bem como das formações florestais com área maior que 20 hectares (mata nativa).

ÁREAS ÚMIDAS RELEVANTES PARA A AVIFAUNA

- Não ocupar as áreas úmidas, os banhados e o seu entorno, em particular os justapostos à grandes corpos d'água da região, garantindo uma área de amortecimento de impacto, com um raio mínimo de 300 metros. Especial atenção a Lagoa do Casamento, Lagoa do Gateados, o Saco do Cocuruto, Lagoa do Peixe e outros corpos de água presentes na longa península de São José do Norte, que separa a Lagoa dos Patos do Oceano Atlântico;
- Garantir uma área de amortecimento de impacto com raio mínimo de 600 metros das áreas de ocorrência de cisne-de-pescoço-preto (*Cygnus melanocoryphus*), e/ou de capororoca (*Coscoroba coscoroba*), aves aquáticas muito sensíveis à perturbação;
- Assegurar a permanência de corredores de movimentação das aves aquáticas entre áreas úmidas próximas, pré-existent. Especial atenção aos locais que concentram aves migratórias, com as características ambientais do Parque Nacional da Lagoa do Peixe e seus ecossistemas associados;

- Compatibilizar a operação dos empreendimentos eólicos que tenham plantio de arroz irrigado no seu entorno, assegurando medidas de proteção às aves durante os períodos de plantio e de colheita;
- Evitar qualquer plantio em um raio de 50 metros em torno dos aerogeradores para assegurar o monitoramento das aves e morcegos mortos por impacto direto.

AVIFAUNA

- Proteger as populações de aves ameaçadas de extinção na região onde se pretende instalar o empreendimento eólico, seus habitats potenciais de ocorrência com especial atenção as espécies: caminheiro-grande (*Anthus nattereri*), João-Platino (*Asthenes hudsoni*), Maçarico-acanelado (*Calidris subruficollis*), Gavião-cinza (*Circus cinereus*), Corruíra-do-campo (*Cistothorus platensis*), Sanã-cinza (*Porzana spiloptera*) e Noivinha-do-rabo-preto (*Xolmis dominicanus*);
- Garantir a manutenção dos territórios de aves de rapina;
- Garantir a distribuição espacial dos deslocamentos das espécies migratórias mais abundantes, principalmente Maçarico-de-papo-vermelho (*Calidris canutus*), Maçarico-branco (*C. alba*), Maçarico-de-sobre-branco (*C. fuscicollis*), Maçarico-acanelado (*C. subruficollis*), Batuiruçu (*Pluvialis dominica*) e Trinta-réis-boreal (*Sterna hirundo*);
- Garantir a permanência de fluxos migratórios de outono-inverno que envolvem espécies meridionais, como Marrecão (*Netta peposaca*), e deslocamentos estacionais ou diários realizados por aves de áreas úmidas entre a linha de praia oceânica/lagoas costeiras e áreas internas do litoral (por exemplo, laguna dos Patos e lagoa Mirim);
- Proteger os dormitórios e ninhais de aves nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, considerando-se a possibilidade das aves relocarem os pontos de concentração ao longo do tempo, em função de alterações estruturais na vegetação de suporte ou nas condições hidrológicas do local
- Garantir que no mínimo 20% do total de aerogeradores do parque seja utilizado para monitoramento das colisões de aves, num raio mínimo de

50m, onde não poderão ser desenvolvidas atividades que prejudiquem o monitoramento de busca de animais que tenham sofrido colisão. Estas atividades incluem lavouras de arroz e o plantio de espécies vegetais de médio e grande porte.

ÁREAS DE INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO

- Compatibilizar os objetivos de conservação e status de implementação com relação à “Proposta de Novas Unidades de Conservação – Bioma Pampa e Extremo Sul da Mata Atlântica” e vetar o licenciamento na área proposta para Unidade de Conservação: Lagoa do Casamento.

MEIO FÍSICO

- Controlar os processos erosivos em sedimentos inconsolidados;
- Evitar a contaminação do aquífero freático;
- Não ocupar as áreas de campos de dunas, praias, lagoas e pontais;
- Conservar os banhados da região.

4. REGIÃO EÓLICA COSTA NORTE DA LAGUNA

HERPETOFAUNA

- Manter a herpetofauna local, protegendo seus ambientes de ocorrência em especial os das espécies prioritárias para a conservação, tais como o sapinho-de-barriga-vermelha-rajada (*Melanophryniscus pachyrhynchus*), a lagartixa-de-dunas (*Liolaemus arambarensis*), o sapinho-de-barriga-vermelha (*Melanophryniscus dorsalis*) e o lagartinho-listrado (*Contomastix lacertoides*).
- Preservar áreas de dunas, cordões arenosos de deposição eólica e afloramentos rochosos que abrigam fauna específica a estes biótopos, bem como sítios de reprodução e desova das espécies de répteis e anfíbios;
- Preservar áreas de campos alagadiços (incluindo áreas alagadiças temporárias), várzeas de rios e banhados, ambientes de reprodução de anfíbios e répteis aquáticos;
- Respeitar uma distância mínima de 200 metros de áreas de ocorrência de espécies prioritárias, de sítios de reprodução, incluindo áreas de floresta nativa que podem abrigar espécies ameaçadas na região.

PAISAGEM

- Garantir a manutenção das ***paisagens de referência da comunidade, de patrimônio ambiental, histórico e cultural*** na AID e AII do empreendimento, considerando o efeito sinérgico da possibilidade de construção de vários empreendimentos.

MASTOFAUNA

- Providenciar medidas para proteção das áreas em que forem detectados colônias de tuco-tuco (*Ctenomys* sp.) e outros abrigos de mamíferos terrestres de hábitos semi-fossoriais.
- Não poderão ser implantados aerogeradores nos locais de ocorrência da espécie endêmica e sob ameaça tuco-tuco (*Ctenomys lamí*).

PEIXES ANUAIS

- Proteger as populações de peixes-anuais e estabelecer uma faixa de transição de 15m no entorno das áreas de ocorrência confirmada das espécies protegidas de maneira a garantir a dinâmica hídrica de ambientes aquáticos temporários.

QUIRÓPTEROS

- Garantir a manutenção das rotas de deslocamento e áreas de forrageio de morcegos na área de influência direta, bem como a proteção de cavernas, furnas e grutas na área de influência indireta do empreendimento;
- Manter a distância de pelo menos 300 metros dos corpos d'água com superfície superior a um hectare (lagoas, lagoas, reservatórios ou açudes), bem como das formações florestais com área maior que 20 hectares (mata nativa).

ÁREAS ÚMIDAS RELEVANTES PARA A AVIFAUNA

- Não ocupar as áreas úmidas, os banhados e o seu entorno, em particular os justapostos a corpos d'água, como a Lagoa do Casamento, L. Bonifácia e L. do Mato, garantindo uma área de amortecimento de impacto, com um raio mínimo de 300 metros;
- Garantir uma área de amortecimento de impacto com raio mínimo de 600 metros das áreas de ocorrência de cisne-de-pescoço-preto (*Cygnus melanocoryphus*), e/ou de capororoca (*Coscoroba coscoroba*), aves aquáticas muito sensíveis à perturbação;
- Assegurar a permanência de corredores de movimentação das aves aquáticas entre áreas úmidas próximas, pré-existent;
- Compatibilizar a operação dos empreendimentos eólicos que tenham plantio de arroz irrigado no seu entorno, assegurando medidas de proteção às aves durante os períodos de plantio e de colheita;
- Evitar qualquer plantio em um raio de 50 metros em torno dos aerogeradores para assegurar o monitoramento das aves e morcegos mortos por impacto direto.

AVIFAUNA

- Proteger as populações de aves ameaçadas de extinção na região onde se pretende instalar o empreendimento eólico, mapeando seus habitats potenciais de ocorrência em especial para as espécies: gavião-cinza (*Circus cinereus*), narcejão (*Gallinago undulata*), veste-amarela (*Xanthopsar flavus*) e noivinha-do-rabo-preto (*Xolmis dominicanus*);
- Garantir a manutenção dos territórios de aves de rapina;
- Proteger os dormitórios e ninhais de aves nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, considerando-se a possibilidade das aves relocarem os pontos de concentração ao longo do tempo, em função de alterações estruturais na vegetação de suporte ou nas condições hidrológicas do local
- Garantir que no mínimo 20% do total de aerogeradores do parque seja utilizado para monitoramento das colisões de aves, num raio mínimo de 50 m, onde não poderão ser desenvolvidas atividades que prejudiquem o monitoramento de busca de animais que tenham sofrido colisão. Estas atividades incluem lavouras de arroz e o plantio de espécies vegetais de médio e grande porte.

MEIO FÍSICO

- Evitar a contaminação do aquífero freático, em especial observância ao aquífero Coxilha das Lombas;
- Controlar os processos erosivos em sedimentos inconsolidados;
- Não ocupar as áreas de praias, lagoas e pontais;
- Conservar os banhados da região.

5. REGIÃO EÓLICA COSTA OESTE DA LAGUNA

HERPETOFAUNA

- Manter a herpetofauna local, protegendo seus ambientes de ocorrência em especial os das espécies prioritárias para a conservação, tais como o sapinho-de-barriga-vermelha-rajada (*Melanophryniscus pachyrhynchus*), a lagartixa-das-dunas (*Liolaemus arambarensis*), o sapinho-de-barriga-vermelha (*Melanophryniscus dorsalis*), o papa-vento-do-sul (*Anisolepis undulatus*) e o lagartinho-listrado (*Contomastix lacertoides*);
- Preservar áreas de dunas, cordões arenosos de deposição eólica e afloramentos rochosos que abrigam fauna específica a estes biótopos, bem como sítios de reprodução e desova das espécies de répteis e anfíbios;
- Preservar áreas de campos alagadiços (incluindo áreas alagadiças temporárias), várzeas de rios e banhados, ambientes de reprodução de anfíbios e répteis aquáticos;
- Respeitar uma distância mínima de 200 metros de áreas de ocorrência de espécies prioritárias, de sítios de reprodução, incluindo áreas de floresta nativa que podem abrigar espécies ameaçadas na região.

PAISAGEM

- Garantir a manutenção das **paisagens de referência da comunidade, de patrimônio ambiental, histórico e cultural** na AID e AII do empreendimento, considerando o efeito sinérgico da possibilidade de construção de vários empreendimentos.

MASTOFAUNA

- Providenciar medidas para proteção das áreas em que forem detectados colônias de tuco-tuco (*Ctenomys* sp.) e outros abrigos de mamíferos terrestres de hábitos semi-fossoriais, em especial na porção sul da região.

PEIXES ANUAIS

- Proteger as populações de peixes-anuais, com destaque para *Austrolebias* aff. *gymnoventris*, *A. aff. jaegari*, *A. jaegari*, *A. nigrofasciatus*, *A. wolterstorffi* e *Cynopoecilus nigrovittatus*;
- Estabelecer uma faixa de transição de 15m no entorno das áreas de ocorrência confirmada das espécies protegidas de maneira a garantir a dinâmica hídrica de ambientes aquáticos temporários.

QUIRÓPTEROS

- Garantir a manutenção das rotas de deslocamento e áreas de forrageio de morcegos na área de influência direta, bem como a proteção de cavernas, furnas e grutas na área de influência indireta do empreendimento;
- Manter a distância de pelo menos 300 metros dos corpos d'água com superfície superior a um hectare (lagoas, lagoas, reservatórios ou açudes), bem como das formações florestais com área maior que 20 hectares (mata nativa).

ÁREAS ÚMIDAS RELEVANTES PARA A AVIFAUNA

- Não ocupar as áreas úmidas, os banhados e o seu entorno, em particular os justapostos a corpos d'água, em particular os justapostos à margem oeste da Laguna dos Patos, do canal São Gonçalo e da Lagoa Pequena, garantindo uma área de amortecimento de impacto, com um raio mínimo de 300 metros;
- Garantir uma área de amortecimento de impacto com raio mínimo de 600 metros das áreas de ocorrência de cisne-de-pescoço-preto (*Cygnus melanocoryphus*), e/ou de capororoca (*Coscoroba coscoroba*), aves aquáticas muito sensíveis à perturbação;
- Garantir o afastamento de Parque Eólicos do complexo de açudes e de represas nas planícies dos municípios de Tapes, Arambaré, Camaquã, São Lourenço e Pelotas;
- Assegurar a permanência de corredores de movimentação das aves aquáticas entre áreas úmidas próximas pré-existentes, em particular

aquelas justapostas ao Canal de São Gonçalo e na região estuarina da Laguna dos Patos;

- Compatibilizar a operação dos empreendimentos eólicos que tenham plantio de arroz irrigado no seu entorno, assegurando medidas de proteção às aves durante os períodos de plantio e de colheita;
- Evitar qualquer plantio em um raio de 50 metros em torno dos aerogeradores para assegurar o monitoramento das aves e morcegos mortos por impacto direto.

AVIFAUNA

- Avaliar as populações de aves ameaçadas de extinção na região onde se pretende instalar o empreendimento eólico, mapeando seus habitats potenciais de ocorrência em especial para as espécies: maçarico-acanelado (*Calidris subruficollis*), gavião-cinza (*Circus cinereus*), corruíra-do-campo (*Cistothorus platensis*), águia-chilena (*Geranoaetus melanoleucus*), caboclinho-do-papo-branco (*Sporophila palustres*) e noivinha-do-rabo-preto (*Xolmis dominicanus*);
- Garantir a manutenção dos territórios de aves de rapina;
- Proteger os dormitórios e ninhais de aves nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, considerando-se a possibilidade das aves relocarem os pontos de concentração ao longo do tempo, em função de alterações estruturais na vegetação de suporte ou nas condições hidrológicas do local
- Garantir a permanência de fluxos migratórios de outono-inverno que envolvem espécies meridionais, como marrecão (*Netta peposaca*), e deslocamentos estacionais ou diários realizados por aves de áreas úmidas entre a linha de praia oceânica/lagoas costeiras e áreas internas do litoral (por exemplo, laguna dos Patos e lagoa Mirim);
- Garantir que no mínimo 20% do total de aerogeradores do parque seja utilizado para monitoramento das colisões de aves, num raio mínimo de 50 m, onde não poderão ser desenvolvidas atividades que prejudiquem o monitoramento de busca de animais que tenham sofrido colisão. Estas

atividades incluem lavouras de arroz e o plantio de espécies vegetais de médio e grande porte.

AREAS DE INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO

- Compatibilizar os objetivos de conservação e status de implementação com relação à “Proposta de Novas Unidades de Conservação – Bioma Pampa e Extremo Sul da Mata Atlântica” e vetar o licenciamento nas áreas propostas para Unidades de Conservação - UC: Planícies do Rio Camaquã e Butiazal de Tapes.

MEIO FÍSICO

- Controlar os processos erosivos em sedimentos inconsolidados;
- Evitar a contaminação do aquífero freático;
- Não ocupar as áreas de praias, em especial do Lago Guaíba e da Laguna dos Patos, demais lagoas, pontais e do vale fluvial e do delta do Rio Camaquã;
- Conservar os banhados da região.

VEGETAÇÃO

- Não poderão ser implantados aerogeradores nos locais de ocorrência de espécies vegetais criticamente ameaçadas de extinção identificadas na região (*Dyckia elisabethae*, *Geonoma schottiana*, *Parodia concinna* e *Tillandsia crocata*).

6. REGIÃO EÓLICA COXILHA DE SANTANA

HERPETOFAUNA

- Manter a herpetofauna local, protegendo seus ambientes de ocorrência, em especial os das espécies prioritárias para a conservação, tais como o sapinho-de-barriga-vermelha (*Melanophryniscus sanmartini*), a rã (*Leptodactylus furnarius*), o sapo (*Rhinella azarae*), o lagartinho-do-pampa (*Homonota uruguayensis*), a iguaninha-azul (*Stenocercus azureus*), a nariguda-rajada (*Xenodon histricus*), a falsa-cobra-espada (*Calamodontophis paucidens*), a caninana-marrom-listrada (*Chironius flavolineatus*) e o cágado-de-ferradura (*Phrynops williamsi*).
- Preservar áreas de afloramentos rochosos e campos nativos que abrigam fauna específica a estes biótopos, bem como sítios de reprodução e desova das espécies de répteis e anfíbios;
- Preservar áreas de campos alagadiços (incluindo áreas alagadiças temporárias), várzeas de rios e banhados, ambientes de reprodução de anfíbios e répteis aquáticos;
- Respeitar uma distância mínima de 200 metros de áreas de ocorrência de espécies prioritárias, de sítios de reprodução, incluindo áreas de floresta nativa que podem abrigar espécies ameaçadas na região.

PAISAGEM

- Garantir a manutenção das **paisagens de referência da comunidade, de patrimônio ambiental, histórico e cultural** na AID e All do empreendimento, considerando o efeito sinérgico da possibilidade de construção de vários empreendimentos.

MASTOFAUNA

- Providenciar medidas para proteção das áreas em que forem detectados colônias de tuco-tuco (*Ctenomys* sp.) e outros abrigos de mamíferos terrestres de hábitos semi-fossoriais.

PEIXES ANUAIS

- Proteger as populações de peixes-anuais, com destaque para a espécie *Austrolebias periodicus*, criticamente ameaçada;
- Estabelecer uma faixa de transição de 15m no entorno das áreas de ocorrência confirmada das espécies protegidas de maneira a garantir a dinâmica hídrica de ambientes aquáticos temporários.

QUIRÓPTEROS

- Garantir a manutenção das rotas de deslocamento e áreas de forrageio de morcegos na área de influência direta, bem como a proteção de cavernas, furnas e grutas na área de influência indireta do empreendimento;
- Manter a distância de pelo menos 300 metros dos corpos d'água com superfície superior a um hectare (lagoas, lagoas, reservatórios ou açudes), bem como das formações florestais com área maior que 20 hectares (mata nativa).

ÁREAS ÚMIDAS RELEVANTES PARA A AVIFAUNA

- Não ocupar as áreas úmidas, os banhados e o seu entorno, em particular os justapostos a corpos d'água, garantindo uma área de amortecimento de impacto, com um raio mínimo de 300 metros;
- Garantir uma área de amortecimento de impacto com raio mínimo de 600 metros das áreas de ocorrência de cisne-de-pescoço-preto (*Cygnus melanocoryphus*), e/ou de capororoca (*Coscoroba coscoroba*), aves aquáticas muito sensíveis à perturbação;
- Assegurar a permanência de corredores de movimentação das aves aquáticas entre áreas úmidas próximas, pré-existent;
- Compatibilizar a operação dos empreendimentos eólicos que tenham plantio de arroz irrigado no seu entorno, assegurando medidas de proteção às aves durante os períodos de plantio e de colheita;
- Evitar qualquer plantio em um raio de 50 metros em torno dos aerogeradores para assegurar o monitoramento das aves e morcegos mortos por impacto direto.

AVIFAUNA

- Proteger as populações de aves ameaçadas de extinção na região onde se pretende instalar o empreendimento eólico, garantir seus habitats potenciais de ocorrência em especial para as espécies: caminheiro-grande (*Anthus nattereri*), maçarico-acanelado (*Calidris subruficollis*), gavião-cinza (*Circus cinereus*), corruíra-do-campo (*Cistothorus platensis*), papa-moscas-do-campo (*Culicivora caudacuta*), águia-chilena (*Geranoaetus melanoleucus*), papa-moscas-canela (*Polystictus pectoralis*), caboclinho-de-chapéu-cinza (*Sporophila cinnamomea*), veste-amarela (*Xanthopsar flavus*) e noivinha-do-rabo-preto (*Xolmis dominicanus*).
- Garantir a manutenção dos territórios de aves de rapina;
- Dedicar esforço específico para obtenção de registros da espécie papa-moscas-canela (*Polystictus pectoralis*), protegendo os habitats potenciais da espécie;
- Proteger os dormitórios e ninhais de aves nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, considerando-se a possibilidade das aves relocarem os pontos de concentração ao longo do tempo, em função de alterações estruturais na vegetação de suporte ou nas condições hidrológicas do local
- Garantir que no mínimo 20% do total de aerogeradores do parque seja utilizado para monitoramento das colisões de aves, num raio mínimo de 50 m, onde não poderão ser desenvolvidas atividades que prejudiquem o monitoramento de busca de animais que tenham sofrido colisão. Estas atividades incluem lavouras de arroz e o plantio de espécies vegetais de médio e grande porte.

ÁREAS DE INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO

- Compatibilizar os objetivos de conservação e status de implementação com relação à “Proposta de Novas Unidades de Conservação – Bioma Pampa e Extremo Sul da Mata Atlântica” e vetar o licenciamento nas áreas propostas para Unidades de Conservação - UC: Cerro do Jarau, Butiazal do Coatepe e Caverá.

MEIO FÍSICO

- Evitar a contaminação dos aquíferos fraturados e sedimentares, com ênfase na zona de recarga do Sistema Aquífero Guarani- SAG;
- Evitar a interferência dos empreendimentos nos morros testemunhos da região, salientando-se o geossítio astroblema do Cerro do Jarau;
- Evitar áreas passíveis de instabilidades geotécnicas em função da ocorrência de falhas e fraturas, de depósitos coluviais e corpos de tálus.

VEGETAÇÃO

- Não poderão ser implantados aerogeradores nos locais de ocorrência de espécies vegetais criticamente ameaçadas de extinção identificadas na região, com especial destaque para as cactáceas *Frailea buenekeri*, *F. castanea*, *F. gracilima*, *F. phaeodisca*, *F. pygmaea*, *F. schilinzkyana*, *Gymnocalycium denudatum*, *G. uruguayense*, *Parodia allosiphon*, *P. buiningii*, *P. herteri* e *P. mammulosa*.

7. REGIÃO EÓLICA ESCUDO

HERPETOFAUNA

- Manter a herpetofauna local, protegendo seus ambientes de ocorrência em especial os das espécies prioritárias para a conservação, tais como rã (*Leptodactylus furnarius*), o sapo-de-barriga-vermelha (*Melanophryniscus sanmartini*), o sapo-de-barriga-vermelha-rajada (*Melanophryniscus pachyrhynchus*), a nariguda-rajada (*Xenodon histricus*), o lagartinho-do-pampa (*Homonota uruguayensis*), a falsa-cobra-espada (*Calamodontophis paucidens*) e o cágado-de-ferradura (*Phrynops williamsi*).
- Preservar áreas com afloramentos rochosos e campos nativos que abrigam fauna específica a estes biótopos, bem como sítios de reprodução e desova das espécies de répteis e anfíbios;
- Preservar áreas de campos alagadiços (incluindo áreas alagadiças temporárias), várzeas de rios e banhados, ambientes de reprodução de anfíbios e répteis aquáticos;
- Respeitar uma distância mínima de 200 metros de áreas de ocorrência de espécies prioritárias, de sítios de reprodução, incluindo áreas de floresta nativa que podem abrigar espécies ameaçadas na região.

PAISAGEM

- Garantir a manutenção das **paisagens de referência da comunidade, de patrimônio ambiental, histórico e cultural** na AID e All do empreendimento, considerando o efeito sinérgico da possibilidade de construção de vários empreendimentos.

MASTOFAUNA

- Providenciar medidas para proteção das áreas em que forem detectados colônias de tuco-tuco (*Ctenomys* sp.) e outros abrigos de mamíferos terrestres de hábitos semi-fossoriais.

PEIXES ANUAIS

- Proteger as populações de peixes-anuais, com destaque para *Austrolebias* aff. *gymnoventris*, *A. aff. nigrofasciatus*, *A. arachan*, *A. cheradophilus*, *A. jaegari*, *A. juanlangi*, *A. minuano*, *A. nachtigalli*, *A. nigrofasciatus*, *A. univentripinnis*, *A. wolterstorffi* e *Cynopoecilus fulgens* e estabelecer uma faixa de transição no entorno das áreas de ocorrência confirmada das espécies protegidas de maneira a garantir a dinâmica hídrica de ambientes aquáticos temporários.

QUIRÓPTEROS

- Garantir a manutenção das rotas de deslocamento e áreas de forrageio de morcegos na área de influência direta, bem como a proteção de cavernas, furnas e grutas na área de influência indireta do empreendimento;
- Manter a distância de pelo menos 300 metros dos corpos d'água com superfície superior a um hectare (lagoas, lagoas, reservatórios ou açudes), bem como das formações florestais com área maior que 20 hectares (mata nativa).

ÁREAS ÚMIDAS RELEVANTES PARA A AVIFAUNA

- Não ocupar as áreas úmidas, os banhados e o seu entorno, em particular os justapostos à Lagoa Mirim e ao longo do Canal São Gonçalo, as fozes dos vários arroios que desaguam na Lagoa e os pulsos de inundação da mesma, garantindo uma área de amortecimento de impacto, com um raio mínimo de 300 metros;
- Garantir uma área de amortecimento de impacto com raio mínimo de 600 metros das áreas de ocorrência de cisne-de-pescoço-preto (*Cygnus melanocoryphus*), e/ou de capororoca (*Coscoroba coscoroba*), aves aquáticas muito sensíveis à perturbação;
- Assegurar a permanência de corredores de movimentação das aves aquáticas entre áreas úmidas próximas, pré-existentes em especial ao Banhado Mundo Novo e as fozes dos arroios existentes na margem oeste da Lagoa Mirim;

- Compatibilizar a operação dos empreendimentos eólicos que tenham plantio de arroz irrigado no seu entorno, assegurando medidas de proteção às aves durante os períodos de plantio e de colheita;
- Evitar qualquer plantio em um raio de 50 metros em torno dos aerogeradores para assegurar o monitoramento das aves e morcegos mortos por impacto direto.

AVIFAUNA

- Proteger as populações de aves ameaçadas de extinção na região onde se pretende instalar o empreendimento eólico, garantindo seus habitats potenciais de ocorrência em especial para as espécies: papagaio-charão (*Amazona pretrei*), maçarico-acanelado (*Calidris subruficollis*), gavião-cinza (*Circus cinereus*), águia-chilena (*Geranoaetus melanoleucus*), caboclinho-de-chapéu-cinzento (*Sporophila cinnamomea*), caboclinho-do-papo-branco (*Sporophila palustres*), águia-cinzenta (*Urubitinga coronata*), veste-amarela (*Xanthopsar flavus*) e noivinha-do-rabo-preto (*Xolmis dominicanus*);
- Garantir a manutenção dos territórios de aves de rapina;
- Proteger os dormitórios e ninhais de aves nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, considerando-se a possibilidade das aves relocarem os pontos de concentração ao longo do tempo, em função de alterações estruturais na vegetação de suporte ou nas condições hidrológicas do local
- Garantir que no mínimo 20% do total de aerogeradores do parque seja utilizado para monitoramento das colisões de aves, num raio mínimo de 50 m, onde não poderão ser desenvolvidas atividades que prejudiquem o monitoramento de busca de animais que tenham sofrido colisão. Estas atividades incluem lavouras de arroz e o plantio de espécies vegetais de médio e grande porte.

ÁREAS DE INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO

- Compatibilizar os objetivos de conservação e status de implementação com relação à “Proposta de Novas Unidades de Conservação – Bioma Pampa e Extremo Sul da Mata Atlântica”.

MEIO FÍSICO

- Evitar áreas passíveis de instabilidades geotécnicas em função da ocorrência de falhas e fraturas, de depósitos coluviais e corpos de tálus;
- Evitar a contaminação dos aquíferos fraturados e sedimentares;
- Evitar a localização dos empreendimentos nos topos e vertentes íngremes de morros e nos vales fluviais da região.

VEGETAÇÃO

- Não poderão ser implantados aerogeradores nos locais de ocorrência de espécies vegetais criticamente ameaçadas de extinção identificadas na região, com especial destaque para as cactáceas *Gymnocalycium denudatum*, *Parodia concinna*, *P. mammulosa* e *P. scopa*.

8. REGIÃO EÓLICA LITORAL NORTE

HERPETOFAUNA

- Manter a herpetofauna local, protegendo seus ambientes de ocorrência em especial os das espécies prioritárias para a conservação, tais como o lagartixa-da-praia (*Liolaemus occipitalis*), o lagartinho-listrado (*Contomastix lacertoides*), o sapo-de-barriga-vermelha (*Melanophrhyniscus dorsalis*) e a perereca-verde-do-brejo (*Sphaenorhynchus caramaschii*).
- Preservar áreas de dunas e cordões arenosos de deposição eólica que abrigam fauna específica a estes biótopos, bem como sítios de reprodução e desova das espécies de répteis e anfíbios;
- Preservar áreas de campos alagadiços (incluindo áreas alagadiças temporárias), várzeas de rios e banhados, ambientes de reprodução de anfíbios e répteis aquáticos;
- Respeitar uma distância mínima de 200 metros de áreas de ocorrência de espécies prioritárias, de sítios de reprodução, incluindo áreas de floresta nativa, que podem abrigar espécies ameaçadas na região como o sapinho-narigudo de-barriga-vermelha (*Melanophrhyniscus macrogranulosus*), a rã-das-matas (*Haddadus binotatus*), a perereca-macaca (*Phyllomedusa distincta*), a perereca (*Itapotihyla langsdorffii*) e a perereca (*Scinax rizibilis*).

PAISAGEM

- Garantir a manutenção das **paisagens de referência da comunidade, de patrimônio ambiental, histórico e cultural** na AID e All do empreendimento, considerando o efeito sinérgico da possibilidade de construção de vários empreendimentos.

MASTOFAUNA

- Providenciar medidas para proteção das áreas em que forem detectados colônias de tuco-tuco (*Ctenomys* sp.) e outros abrigos de mamíferos terrestres de hábitos semi-fossoriais.

- Não poderão ser implantados aerogeradores nos locais de ocorrência de tuco-tuco-das-dunas (*Ctenomys flamarioni*), espécie endêmica da primeira linha de dunas da Planície Costeira do RS.

PEIXES ANUAIS

- Proteger as populações de peixes-anuais, com destaque para *Cynopoecilus multipapillatus*, classificada como Vulnerável, incluindo a restrição de ocupação em algumas áreas.
- Estabelecer uma faixa de transição de 15m no entorno das áreas de ocorrência confirmada das espécies protegidas de maneira a garantir a dinâmica hídrica de ambientes aquáticos temporários.

QUIRÓPTEROS

- Garantir a manutenção das rotas de deslocamento e áreas de forrageio de morcegos na área de influência direta, bem como a proteção de cavernas, furnas e grutas na área de influência indireta do empreendimento;
- Manter a distância de pelo menos 300 metros dos corpos d'água com superfície superior a um hectare (lagoas, lagoas, reservatórios ou açudes), bem como das formações florestais com área maior que 20 hectares (mata nativa).

ÁREAS ÚMIDAS RELEVANTES PARA A AVIFAUNA

- Não ocupar as áreas úmidas, os banhados e o seu entorno, em particular os justapostos à corpos d'água, garantindo uma área de amortecimento de impacto, com um raio mínimo de 300 metros;
- Garantir uma área de amortecimento de impacto com raio mínimo de 600 metros das áreas de ocorrência de cisne-de-pescoço-preto (*Cygnus melanocoryphus*), e/ou de capororoca (*Coscoroba coscoroba*), aves aquáticas muito sensíveis à perturbação;
- Assegurar a permanência de corredores de movimentação das aves aquáticas entre áreas úmidas próximas, pré-existent;

- Compatibilizar a operação dos empreendimentos eólicos que tenham plantio de arroz irrigado no seu entorno, assegurando medidas de proteção às aves durante os períodos de plantio e de colheita;
- Evitar qualquer plantio em um raio de 50 metros em torno dos aerogeradores para assegurar o monitoramento das aves e morcegos mortos por impacto direto.

AVIFAUNA

- Proteger as populações de aves ameaçadas de extinção na região onde se pretende instalar o empreendimento eólico, mapeando seus habitats potenciais de ocorrência em especial para as espécies: papagaio-charão (*Amazona pretrei*), maçarico-acanelado (*Calidris subruficollis*), gavião-cinza (*Circus cinereus*), narcejão (*Gallinago undulata*), águia-chilena (*Geranoaetus melanoleucus*), papa-moscas-canela (*Polystictus pectoralis*), urubu-rei (*Sarcoramphus papa*) e noivinha-do-rabo-preto (*Xolmis dominicanus*);
- Garantir a manutenção dos territórios de aves de rapina;
- Garantir a distribuição espacial dos deslocamentos das espécies migratórias mais abundantes, principalmente maçarico-de-papo-vermelho (*Calidris canutus*), maçarico-branco (*C. alba*), maçarico-de-sobre-branco (*C. fuscicollis*), maçarico-acanelado (*C. subruficollis*), batuiruçu (*Pluvialis dominica*) e trinta-réis-boreal (*Sterna hirundo*);
- Garantir a permanência de fluxos migratórios de outono-inverno que envolvem espécies meridionais, como marrecão (*Netta peposaca*), e deslocamentos estacionais ou diários realizados por aves de áreas úmidas entre a linha de praia oceânica/lagoas costeiras e áreas internas do litoral;
- Proteger os dormitórios e ninhais de aves nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, considerando-se a possibilidade das aves relocarem os pontos de concentração ao longo do tempo, em função de alterações estruturais na vegetação de suporte ou nas condições hidrológicas do local
- Garantir que no mínimo 20% do total de aerogeradores do parque seja utilizado para monitoramento das colisões de aves, num raio mínimo de

50m, onde não poderão ser desenvolvidas atividades que prejudiquem o monitoramento de busca de animais que tenham sofrido colisão. Estas atividades incluem lavouras de arroz e o plantio de espécies vegetais de médio e grande porte.

ÁREAS DE INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO

- Toda a área que implicar em corte e supressão de vegetação primária, secundária no estágio avançado de regeneração conforme dispõe a lei será exigido a elaboração de EIA-RIMA
- Compatibilizar os objetivos de conservação e status de implementação com relação à “Proposta de Novas Unidades de Conservação – Bioma Pampa e Extremo Sul da Mata Atlântica” e vetar o licenciamento nas áreas propostas para Unidades de Conservação - UC: Dunas e Lagoas Litoral Médio e Porta de Torres e região do Complexo Lagoa do Jacaré e Morro do Forno.
- Compatibilizar os empreendimentos eólicos com a função ecológica dos “Alvos de Conservação e corredores do Parque Estadual do Tainhas”.

MEIO FÍSICO

- Controlar os processos erosivos em sedimentos inconsolidados;
- Evitar a contaminação do aquífero freático;
- Não ocupar as áreas de campos de dunas, praias e lagoas;
- Conservar os banhados da região.
- Evitar a localização dos empreendimentos nos topos e vertentes íngremes dos morros testemunhos.

VEGETAÇÃO

- Não poderão ser implantados aerogeradores nos locais de ocorrência de espécies vegetais criticamente ameaçadas de extinção, identificadas na região, com especial destaque para *Aechmea calyculata*, *Annona glabra*, *A. neosericea*, *Duguetia lanceolata*, *Esenbeckia hieronymi*, *Geonoma gamiova*, *G. schottiana*, *Guatteria australis*, *Heisteria silvianii*, *Hillia parasítica*, *Nematanthus tessmanii*, *Parodia alacriportana*, *Perezia squarrosa*, *Pilea*

hydra, Podocarpus sellowii, Streptochaeta spicata, Tillandsia mallemonii e Xylopia brasiliensis.

9. REGIÃO EÓLICA LITORAL SUL

HERPETOFAUNA

- Excluir das áreas de intervenção os locais de ocorrência do escuerzo (*Ceratophrys ornata*);
- Manter a herpetofauna local, protegendo seus ambientes de ocorrência em especial os das espécies prioritárias para a conservação, tais como o sapinho-de-barriga-vermelha-uruguaio (*Melanophryniscus montevidensis*), a lagartixa-da-praia (*Liolaemus occipitalis*), sapinho-de-barriga-vermelha (*Melanophryniscus dorsalis*), o papa-vento-do-sul (*Anisolepis undulatus*) e lagartinho-listrado (*Contomastix lacertoides*).
- Preservar áreas de dunas, cordões arenosos de deposição eólica que abrigam fauna específica a estes biótopos, bem como sítios de reprodução e desova das espécies de répteis e anfíbios;
- Preservar áreas de campos alagadiços (incluindo áreas alagadiças temporárias), várzeas de rios e banhados, ambientes de reprodução de anfíbios e répteis aquáticos;
- Respeitar uma distância mínima de 200 metros de áreas de ocorrência de espécies prioritárias, de sítios de reprodução, incluindo áreas de floresta nativa que podem abrigar espécies ameaçadas na região.

PAISAGEM

- Garantir a manutenção das **paisagens de referência da comunidade, de patrimônio ambiental, histórico e cultural** na AID e All do empreendimento, considerando o efeito sinérgico da possibilidade de construção de vários empreendimentos.

MASTOFAUNA

- Providenciar medidas para proteção das áreas em que forem detectados colônias de tuco-tuco (*Ctenomys* sp.) e outros abrigos de mamíferos terrestres de hábitos semi-fossoriais.

- Não poderão ser implantados aerogeradores nos locais de ocorrência de tuco-tuco-das-dunas (*Ctenomys flamarioni*), espécie endêmica da primeira linha de dunas da Planície Costeira do RS.

PEIXES ANUAIS

- Proteger as populações de peixes-anuais, com destaque para *Austrolebias charrua*, *A. luteoflammulatus*, *A. minuano*, *A. nigrofasciatus*, *A. prognathus* e *A. wolterstorffi*.
- Estabelecer uma faixa de transição de 15m no entorno das áreas de ocorrência confirmada das espécies protegidas de maneira a garantir a dinâmica hídrica de ambientes aquáticos temporários.

QUIRÓPTEROS

- Garantir a manutenção das rotas de deslocamento e áreas de forrageio de morcegos na área de influência direta, bem como a proteção de cavernas, furnas e grutas na área de influência indireta do empreendimento;
- Manter a distância de pelo menos 300 metros dos corpos d'água com superfície superior a um hectare (lagoas, lagoas, reservatórios ou açudes), bem como das formações florestais com área maior que 20 hectares (mata nativa).

ÁREAS ÚMIDAS RELEVANTES PARA A AVIFAUNA

- Não ocupar as áreas úmidas, os banhados e o seu entorno, em particular os justapostos: ao complexo de banhados do Arroio Del Rei, Arroio Pastoreio, o entorno da Reserva Biológica do Taim, a Lagoa Mirim, a Lagoa Mangueira e ao longo do canal São Gonçalo, garantindo uma área de amortecimento de impacto, com um raio mínimo de 300 metros;
- Garantir uma área de amortecimento de impacto com raio mínimo de 600 metros das áreas de ocorrência de cisne-de-pescoço-preto (*Cygnus melanocoryphus*), e/ou de capororoca (*Coscoroba coscoroba*), aves aquáticas muito sensíveis à perturbação;

- Assegurar a permanência de corredores de movimentação das aves aquáticas entre áreas úmidas próximas, como o complexo de banhados do Arroio Del Rei, Arroio Pastoreio, a Reserva Biológica do Taim;
- Compatibilizar a operação dos empreendimentos eólicos que tenham plantio de arroz irrigado no seu entorno, assegurando medidas de proteção às aves durante os períodos de plantio e de colheita;
- Evitar qualquer plantio em um raio de 50 metros em torno dos aerogeradores para assegurar o monitoramento das aves e morcegos mortos por impacto direto.

AVIFAUNA

- Proteger as populações de aves ameaçadas de extinção na região onde se pretende instalar o empreendimento eólico, garantir seus habitats potenciais de ocorrência em especial para as espécies: caminheiro-grande (*Anthus nattereri*), João-Platino (*Asthenes hudsoni*), Maçarico-acanelado (*Calidris subruficollis*), Gavião-cinza (*Circus cinereus*), Corruíra-do-campo (*Cistothorus platensis*), Sanã-cinza (*Porzana spiloptera*), Caboclinho-de-papo-branco (*Sporophila palustres*), Veste-amarela (*Xanthopsar flavus*) e Noivinha-do-rabo-preto (*Xolmis dominicanus*);
- Garantir a manutenção dos territórios de aves de rapina;
- Garantir a distribuição espacial dos deslocamentos das espécies migratórias mais abundantes, principalmente Maçarico-de-papo-vermelho (*Calidris canutus*), Maçarico-branco (*C. alba*), Maçarico-de-sobre-branco (*C. fuscicollis*), Maçarico-acanelado (*C. subruficollis*), Batuiruçu (*Pluvialis dominica*) e Trinta-réis-boreal (*Sterna hirundo*);
- Garantir a permanência de fluxos migratórios de outono-inverno que envolvem espécies meridionais, como Marrecão (*Netta peposaca*), e deslocamentos estacionais ou diários realizados por aves de áreas úmidas entre a linha de praia oceânica/lagoas costeiras e áreas internas do litoral (por exemplo, laguna dos Patos e lagoa Mirim);
- Proteger os dormitórios e ninhais de aves nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, considerando-se a possibilidade das aves relocarem os pontos de concentração ao longo do tempo, em função de

alterações estruturais na vegetação de suporte ou nas condições hidrológicas do local

- Garantir que no mínimo 20% do total de aerogeradores do parque seja utilizado para monitoramento das colisões de aves, num raio mínimo de 50 m, onde não poderão ser desenvolvidas atividades que prejudiquem o monitoramento de busca de animais que tenham sofrido colisão. Estas atividades incluem lavouras de arroz e o plantio de espécies vegetais de médio e grande porte.

ÁREAS DE INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO

- Compatibilizar os objetivos de conservação e status de implementação com relação à “Proposta de Novas Unidades de Conservação – Bioma Pampa e Extremo Sul da Mata Atlântica” e vetar o licenciamento nas áreas propostas para Unidades de Conservação - UC: Banhado do Maçarico, Pontal Latinos & Santiago” e “Planície Canal São Gonçalo”.

MEIO FÍSICO

- Controlar os processos erosivos em sedimentos inconsolidados;
- Evitar a contaminação do aquífero freático;
- Não ocupar as áreas de campos de dunas, praias e lagoas;
- Investigar a presença de sítios fossilíferos;
- Conservar os banhados da região.
- Não ocupar o geossítio das Dunas do Albardão.

10. REGIÃO EÓLICA PLANALTO DAS MISSÕES

HERPETOFAUNA

- Manter a herpetofauna local, protegendo seus ambientes de ocorrência, em especial os das espécies prioritárias para a conservação, tais como a jararacuçu (*Bothrops jararacuçu*), a serpente (*Apostolepis quiroga*), a rã-pimenta (*Leptodactylus labyrinthicus*), rãzinha (*Crossodactylus schmidt*), a perereca (*Hypsiboas curupí*), a perereca-macaca (*Phyllomedusa tetraploidea*) e o cágado-de-ferradura (*Phrynops williamsi*).
- Preservar áreas com floresta e campos nativos, bem como sítios de reprodução e desova das espécies de répteis e anfíbios;
- Preservar os riachos e as áreas de campos alagadiços (incluindo áreas alagadiças temporárias), várzeas de rios e banhados, ambientes de reprodução de anfíbios e répteis aquáticos;
- Respeitar uma distância mínima de 200 metros de áreas de ocorrência de espécies prioritárias, de sítios de reprodução, incluindo áreas de riachos e floresta nativa que podem abrigar espécies ameaçadas na região.

PAISAGEM

- Garantir a manutenção das **paisagens de referência da comunidade, de patrimônio ambiental, histórico e cultural** na AID e AII do empreendimento, considerando o efeito sinérgico da possibilidade de construção de vários empreendimentos.

PEIXES ANUAIS

- Proteger as populações de peixes-anuais e estabelecer uma faixa de transição de 15m no entorno das áreas de ocorrência confirmada das espécies protegidas de maneira a garantir a dinâmica hídrica de ambientes aquáticos temporários.

QUIRÓPTEROS

- Garantir a manutenção das rotas de deslocamento e áreas de forrageio de morcegos na área de influência direta, bem como a proteção de cavernas, furnas e grutas na área de influência indireta do empreendimento;
- Manter a distância de pelo menos 300 metros dos corpos d'água com superfície superior a um hectare (lagoas, lagoas, reservatórios ou açudes), bem como das formações florestais com área maior que 20 hectares (mata nativa).

AVIFAUNA

- Proteger as populações de aves ameaçadas de extinção na região onde se pretende instalar o empreendimento eólico, garantindo seus habitats potenciais de ocorrência em especial para as espécies: papagaio-charão (*Amazona pretrei*), urubu-rei (*Sarcoramphus papa*), gavião-pato (*Spizaetus melanoleucus*), caboclinho (*Sporophila bouvreuil*) e veste-amarela (*Xanthopsar flavus*);
- Garantir a manutenção dos territórios de aves de rapina;
- Manter áreas de dormitórios e ninhais nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, considerando a possibilidade de as aves relocarem esses pontos de concentração ao longo do tempo, em função de alterações estruturais na vegetação de suporte ou nas condições hidrológicas do local
- Garantir que no mínimo 20% do total de aerogeradores do parque seja utilizado para monitoramento das colisões de aves, num raio mínimo de 50 m, onde não poderão ser desenvolvidas atividades que prejudiquem o monitoramento de busca de animais que tenham sofrido colisão. Estas atividades incluem lavouras de arroz e o plantio de espécies vegetais de médio e grande porte.

MEIO FÍSICO

- Evitar a contaminação dos aquíferos fraturados.
- Controlar os processos erosivos;

- Evitar áreas passíveis de instabilidades geotécnicas em função da ocorrência de falhas e fraturas, de depósitos coluviais e corpos de tálus;
- Evitar a localização dos empreendimentos nos vales fluviais da região.

VEGETAÇÃO

- Não poderão ser implantados aerogeradores nos locais de ocorrência de espécies vegetais criticamente ameaçadas de extinção identificadas na região, com especial destaque para *Gochnatia ramboi* e *Parodia mammulosa*;
- Não poderão ser implantados aerogeradores nos locais de ocorrência de espécies típicas de afloramentos rochosos com interesse conservacionista.
- Toda a área que implicar em corte e supressão de vegetação primária, secundária no estágio avançado de regeneração conforme dispõe a lei será exigido a elaboração de EIA-RIMA

11. REGIÃO EÓLICA SERRA GAÚCHA

HERPETOFAUNA

- Manter a herpetofauna local, em especial as espécies prioritárias para a conservação, tais como o lagartinho-pintado (*Contomastix vacariensis*), o cágado-de-ferradura (*Phrynops williamsi*), muçurana (*Clelia hussami*), a iguaninha-azul (*Stenocercus azureus*) e papa-vento-de-barriga-lisa (*Urostrophus vautieri*) dentre os anfíbios a perereca (*Trachycephalus dibernardoii*), a rã-de-vidro (*Vitreorana uranoscopa*), a rãzinha-das-pedras (*Cycloramphus valae*), a perereca-macaca (*Phyllomedusa distincta*), a rã-da-cachoeira (*Hylodes meridionalis*), o sapinho (*Dendrophryniscus krausae*) e a perereca (*Dendropsophus nahdereri*). Representando os ambientes abertos podem ser citadas a rã-de-barriga-vermelha (*Elachistocleis erythrogaster*), a perereca (*Hypsiboas joaquina*), o sapinho-verde-de-barriga-vermelha (*Melanophryniscus cambaraensis*), a perereca (*Hypsiboas prasinus*), a rã-quatro-olhos (*Pleurodema bibroni*) e o sapinho (*Melanophryniscus tumifrons*). Preservar áreas com afloramentos rochosos que abrigam fauna específica a estes biótopos, bem como sítios de reprodução e desova das espécies de répteis e anfíbios;
- Preservar áreas com floresta e campos nativos, bem como sítios de reprodução e desova das espécies de répteis e anfíbios;
- Preservar as áreas de campos alagadiços (incluindo áreas alagadiças temporárias), várzeas de rios e banhados, ambientes de reprodução de anfíbios e répteis aquáticos;
- Respeitar uma distância mínima de 200 metros de áreas de ocorrência de espécies prioritárias, de sítios de reprodução, incluindo áreas de floresta nativa e campos de altitude que podem abrigar espécies ameaçadas na região.

PAISAGEM

- Garantir a manutenção das **paisagens de referência da comunidade, de patrimônio ambiental, histórico e cultural** na AID e All do

empreendimento, considerando o efeito sinérgico da possibilidade de construção de vários empreendimentos.

PEIXES ANUAIS

- Proteger as populações de peixes-anuais e estabelecer uma faixa de transição de 15m no entorno das áreas de ocorrência confirmada das espécies protegidas de maneira a garantir a dinâmica hídrica de ambientes aquáticos temporários.

QUIRÓPTEROS

- Garantir a manutenção das rotas de deslocamento e áreas de forrageio de morcegos na área de influência direta, bem como a proteção de cavernas, furnas e grutas na área de influência indireta do empreendimento;
- Manter a distância de pelo menos 300 metros dos corpos d'água com superfície superior a um hectare (lagoas, lagoas, reservatórios ou açudes), bem como das formações florestais com área maior que 20 hectares (mata nativa).

AVIFAUNA

- Proteger as populações de aves ameaçadas de extinção na região onde se pretende instalar o empreendimento eólico, garantindo seus habitats potenciais de ocorrência em especial para as espécies: papagaio-charão (*Amazona pretrei*), caminheiro-grande (*Anthus nattereri*), maçarico-acanelado (*Calidris subruficollis*), pedreiro (*Cinclodes pabsti*), papa-moscas-do-campo (*Culicivora caudacuta*), narcejão (*Gallinago undulata*), águia-chilena (*Geranoaetus melanoleucus*), papa-moscas-canela (*Polystictus pectoralis*), urubu-rei (*Sarcoramphus papa*), gavião-pato (*Spizaetus melanoleucus*), caboclinho (*Sporophila bouvreuil*), caboclinho-de-barriga-vermelha (*Sporophila hypoxantha*), caboclinho-de-barriga-preta (*Sporophila melanogaster*), águia-cinzenta (*Urubitinga coronata*), veste-amarela (*Xanthopsar flavus*) e noivinha-do-rabo-preto (*Xolmis dominicanus*).
- Garantir a manutenção dos territórios de aves de rapina;

- Dedicar esforço específico para obtenção de registros da espécie papamoscas-canela (*Polystictus pectoralis*), protegendo os habitats potenciais da espécie.
- Proteger os dormitórios e ninhais de aves nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, considerando-se a possibilidade das aves relocarem os pontos de concentração ao longo do tempo, em função de alterações estruturais na vegetação de suporte ou nas condições hidrológicas do local
- Garantir que no mínimo 20% do total de aerogeradores do parque seja utilizado para monitoramento das colisões de aves, num raio mínimo de 50 m, onde não poderão ser desenvolvidas atividades que prejudiquem o monitoramento de busca de animais que tenham sofrido colisão. Estas atividades incluem lavouras de arroz e o plantio de espécies vegetais de médio e grande porte.

ÁREAS DE INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO

- Compatibilizar os objetivos de conservação e status de implementação com relação à “Proposta de Novas Unidades de Conservação – Bioma Pampa e Extremo Sul da Mata Atlântica” e vetar o licenciamento nas áreas propostas para Unidades de Conservação - UC: Vales do Taquari e do Antas e Rio Pelotas e Campos de Cima da Serra;
- Compatibilizar os empreendimentos eólicos com a função ecológica dos “Alvos de Conservação e corredores do Parque Estadual do Tainhas”.
- Toda a área que implicar em corte e supressão de vegetação primária, secundária no estágio avançado de regeneração conforme dispõe a lei será exigido a elaboração de EIA-RIMA

MEIO FÍSICO

- Evitar a contaminação dos aquíferos fraturados;
- Controlar os processos erosivos;
- Evitar áreas passíveis de instabilidades geotécnicas em função da ocorrência de falhas e fraturas, de depósitos coluviais e corpos de tálus;
- Evitar a localização dos empreendimentos nos vales fluviais da região;

- Evitar a localização dos empreendimentos nas áreas de vertentes íngremes.

VEGETAÇÃO

- Não poderão ser implantados aerogeradores em distância inferior a 300 metros de formações florestais nativas com área maior que 20 hectares;
- Não poderão ser implantados aerogeradores nos locais de ocorrência de espécies vegetais criticamente ameaçadas de extinção identificadas na região, com especial destaque para as cactáceas *Parodia alacriportana*, *P. haselbergii*, *P. leninghausii* e *P. rechensis*;
- Não poderão ser implantados aerogeradores nos locais de ocorrência de espécies vegetais criticamente ameaçadas de extinção identificadas na região (*Eryngium ramboanum*, *Histerionica pinnatiloba*, *Lathyrus parodii*, *Perezia squarrosa*, *Persea willdenowii*, *Pilea hydra*, *Poa reitzii* e *Sollanum phyllosepalum*);
- Não poderão ser implantados aerogeradores nos locais de ocorrência de espécies típicas de afloramentos rochosos com interesse conservacionista.

12. MAPAS

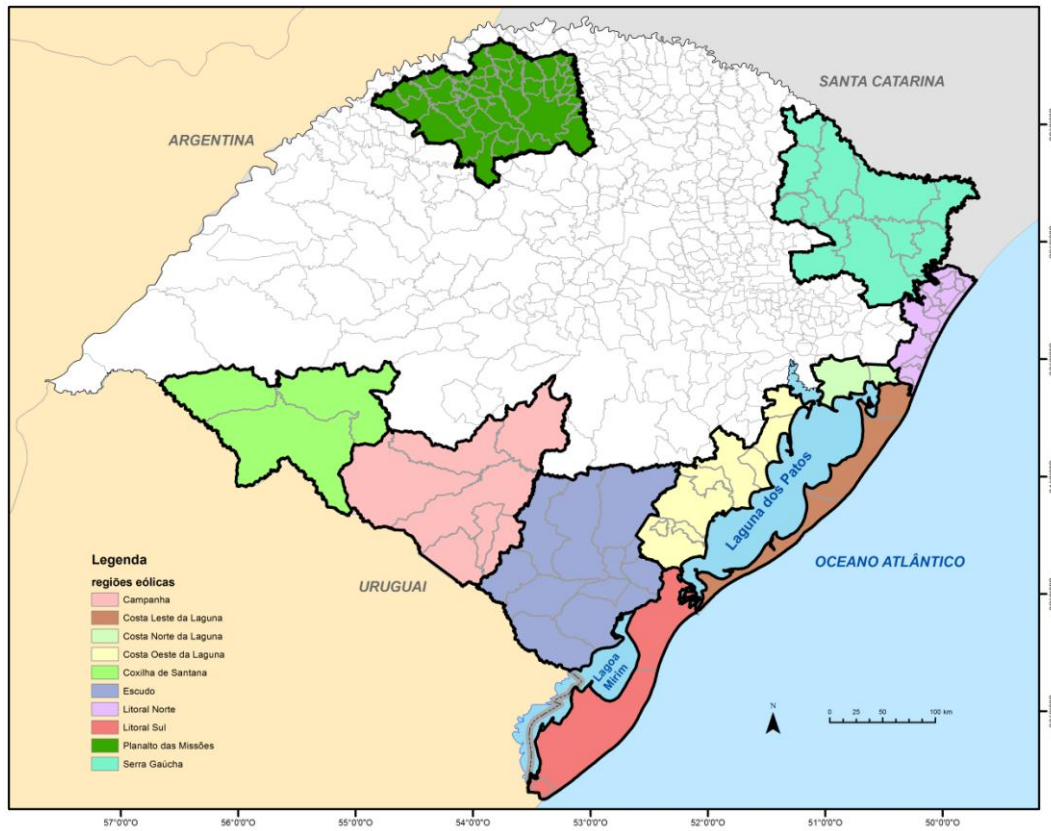


Figura 1: Mapa das regiões eólicas.

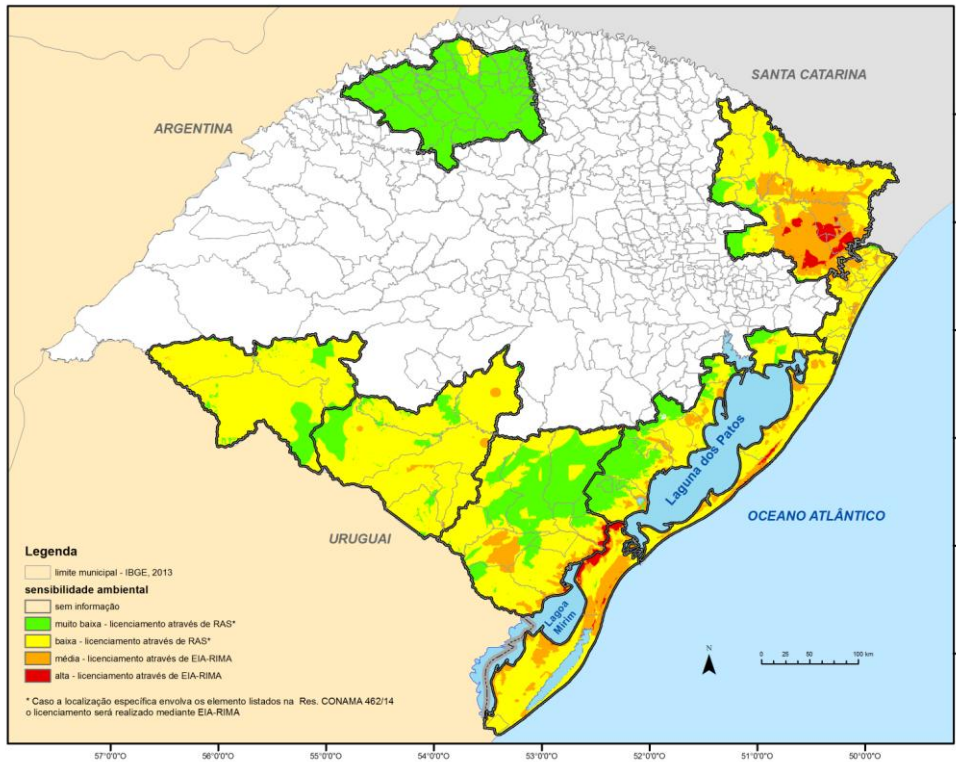


Figura 2: Mapa Síntese de sensibilidade ambiental.

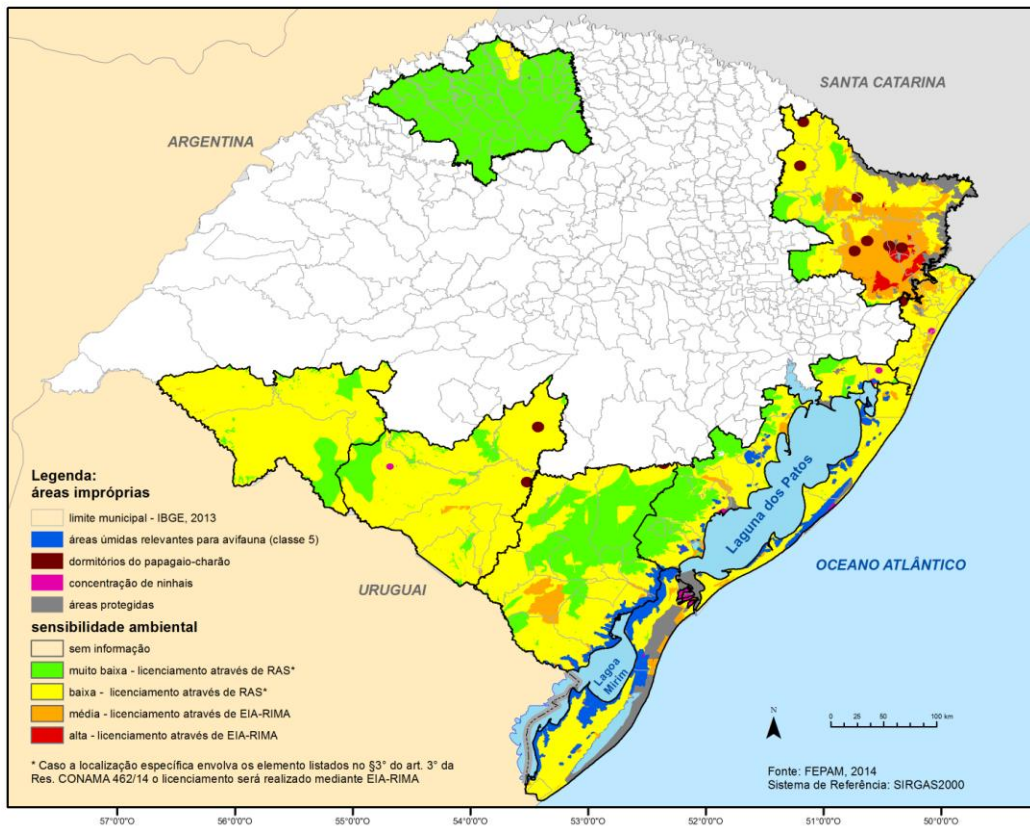


Figura 3: Mapa Síntese: sensibilidade ambiental e áreas impróprias discriminadas.

ANEXO II

“Compilação de estudos, metodologias, dados técnicos e conclusões como subsídios as diretrizes ambientais para implantação de empreendimentos eólicos no Estado do RS”,

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. ROTEIRO	5
3. ÁREA DE ESTUDO	6
4. REGIÃO EÓLICA CAMPANHA.....	11
5. REGIÃO EÓLICA COSTA LESTE DA LAGUNA	13
6. REGIÃO EÓLICA COSTA NORTE DA LAGUNA.....	15
7. REGIÃO EÓLICA COSTA OESTE DA LAGUNA	17
8. REGIÃO EÓLICA COXILHA DE SANTANA.....	19
9. REGIÃO EÓLICA ESCUDO.....	21
10. REGIÃO EÓLICA LITORAL NORTE	23
11. REGIÃO EÓLICA LITORAL SUL.....	25
12. REGIÃO EÓLICA PLANALTO DAS MISSÕES	27
13. REGIÃO EÓLICA SERRA GAÚCHA	28
14. MAPAS TEMÁTICOS.....	30
VEGETAÇÃO:.....	30
ICTIOFAUNA - PEIXES ANUAIS:	31
HERPETOFAUNA:.....	32
AVIFAUNA:	33
MASTOFAUNA:	37
Mamíferos fossoriais.....	37
Quirópteros.....	38
PAISAGEM:	39
MEIO FÍSICO:.....	40
ÁREAS DE INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO:.....	42
15. MAPA-SÍNTESE - METODOLOGIA	44
16. EQUIPE TÉCNICA.....	47

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1: Distribuição das regiões definidas na delimitação da área de estudo.....	7
Figura 2: Mapa classificado da vegetação.	31
Figura 3: Mapa classificado dos peixes anuais.	32
Figura 4: Mapa classificado da herpetofauna.....	33
Figura 5: Mapa classificado da avifauna - cruzamento de 20 espécies.....	35
Figura 6: Mapa classificado da avifauna - áreas úmidas relevantes para a avifauna. .	36
Figura 7: Mapa classificado da mastofauna: tuco-tucos.....	38
Figura 8: Mapa classificado pela importância dos elementos da paisagem.	40
Figura 9: Mapa classificado pelo potencial de geração de processos erosivos.....	41
Figura 10: Mapa classificado pelo potencial de contaminação de águas subterrâneas.	42
Figura 11: Mapa classificado das áreas de interesse para a conservação.....	43
Figura 12: Mapa Síntese de sensibilidade ambiental.	45
Figura 13: Mapa Síntese: sensibilidade ambiental e áreas impróprias discriminadas. .	45
Figura 14: Mapa Síntese Final: grau de sensibilidade ambiental e áreas impróprias. .	46

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Municípios das regiões eólicas.....	7
Tabela 2: Classes de zoneamento para peixes-anuais de acordo com valores de Nota final para cada Unidade de paisagem com ocorrência de peixes-anuais.	32
Tabela 3: Bases utilizadas para os mapas de restrições ambientais:.....	42

1. INTRODUÇÃO

A partir da publicação do Atlas eólico do Rio Grande do Sul em agosto de 2002, a implantação de programas como o PROINFA, e demais iniciativas governamentais para incentivar a inclusão de energia eólica na matriz energética, tornou-se necessário ao órgão ambiental a busca de subsídios para atender esta demanda.

A instalação de parques eólicos no Estado é uma realidade, com inúmeras solicitações de licenciamentos ambientais nas etapas de Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação nas regiões do Litoral, Escudo Rio-Grandense, Coxilha Santana, Planalto das Missões e Serra Gaúcha.

O trabalho realizado contou com a contratação de serviços de consultoria técnica para a sua elaboração. O projeto foi originalmente concebido para ser concluído no ano de 2005, sendo parcialmente realizado e retomado em 2012.

É de fundamental importância que o órgão ambiental possua ferramentas que possam atender a demanda, com fundamentações técnicas sólidas para melhor avaliar os impactos dos parques eólicos em nosso Estado, as quais facilitam a tomada de decisão tornando o processo mais rápido e mais transparente.

Este documento contempla a sistematização dos dados técnicos, metodologias, estudos e conclusões utilizados na formulação das diretrizes ambientais regionais para a implantação e operação de empreendimentos eólicos e sistemas associados no Estado do Rio Grande do Sul. Foram produzidos dados primários e secundários de responsabilidade da equipe de especialistas contratada, que foram trabalhados pela equipe da FEPAM / SEMA gerando os critérios e condicionantes para o licenciamento ambiental. Os resultados obtidos na análise técnica são de inteira responsabilidade do Órgão Ambiental Estadual.

2. ROTEIRO

O trabalho foi executado a partir da seleção de descritores que, pela experiência acumulada nos processos de licenciamento ambiental conduzidos pela FEPAM e pelo conhecimento científico disponível na literatura especializada, podem vir a sofrer efeitos adversos decorrentes da implantação de parques eólicos, seja na fase de implantação ou de operação dessas instalações.

Foram definidos os seguintes temas a serem analisados:

- Vegetação
- Ictiofauna - peixes anuais
- Herpetofauna
- Avifauna
- Mastofauna - mamíferos fossoriais e quirópteros
- Paisagem
- Meio físico - potencial de geração de processo erosivo e potencial de contaminação da água subterrânea
- Áreas de interesse para a conservação

Os estudos desenvolveram-se considerando bases de dados relevantes para os diferentes itens tratados, dando-se especial destaque a informações georreferenciadas, capazes de serem analisadas diretamente mediante o uso de Sistemas de Informações Geográficas (SIG).

Na ausência de informações consistentes em bases georreferenciadas, foi necessária a construção dos mapas específicos, trabalho que envolveu diretamente os profissionais responsáveis, com o apoio técnico dos membros da equipe encarregados da operação e consolidação do SIG do estudo.

Os temas estudados e avaliados espacialmente receberam notas em função de sua importância e da suscetibilidade aos impactos associados à construção e operação dos empreendimentos eólicos, tendo sido adotado um sistema de cinco classes (valores de 1 a 5) para composição dos mapas temáticos. Para cada uma das classes foi elaborado um conjunto de recomendações técnicas considerando o grau de vulnerabilidade do ambiente e o impacto gerado pela atividade.

O mapa síntese é resultado do cruzamento destes planos de informação, considerando pesos relativos ao comparar-se uma variável com a outra. O produto final é representado por um mapa da área de estudo hierarquizado em diferentes classes de favorabilidade frente aos empreendimentos de energia eólica e sistemas associados, onde cada classe apresenta um conjunto de diretrizes ambientais para orientar o processo de licenciamento ambiental.

3. ÁREA DE ESTUDO

A delimitação das áreas a serem consideradas adotou como ponto de partida o “Atlas Eólico: Rio Grande do Sul” de 2002¹, que define, em linhas gerais, as áreas do Estado cujas condições topográficas e de movimentação atmosférica apresentariam o potencial de garantir a geração de energia elétrica a partir do vento em escala compatível com a necessidade de investimentos para esse tipo de empreendimento.

Em análise desenvolvida em Sistema de Informações Geográficas (SIG), foram selecionados, a partir da base cartográfica com os limites dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul (IBGE, 2013), aqueles que estavam incluídos nas áreas de maior potencial para geração de energia eólica, considerando-se o seguinte conjunto de regiões: Campanha, Costa Oeste da Laguna, Costa Norte da Laguna, Costa Leste da Laguna, Coxilha de Santana, Escudo, Litoral Norte, Litoral Sul, Planalto das Missões e Serra Gaúcha.

A Figura 1 e a Tabela 1 apresentados a seguir apresentam a delimitação espacial das áreas consideradas no presente estudo e a relação dos municípios que compõem as regiões definidas.

¹ CAMARGO, O.A. *et al.* Atlas eólico: Rio Grande do Sul. Secretaria de Energia Minas e Comunicações, Porto Alegre: SEMC, 2002. 70 p.: Il., mapas.

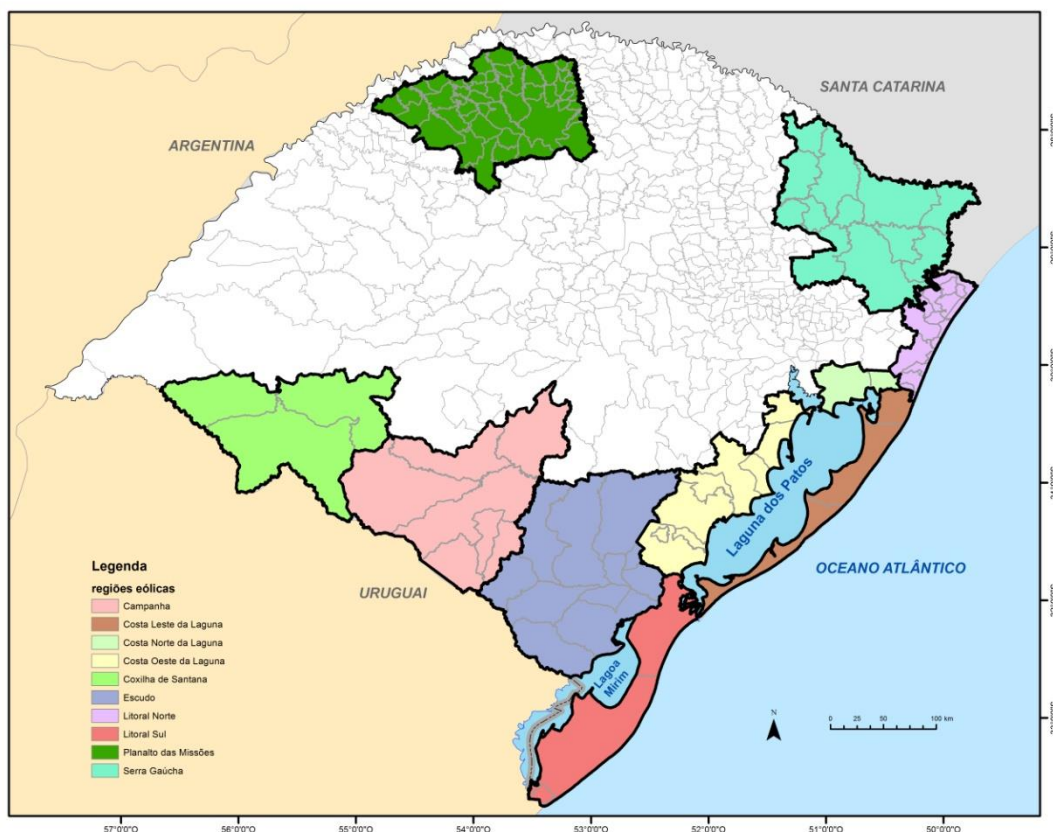


Figura 1: Distribuição das regiões definidas na delimitação da área de estudo.

Tabela 1: Municípios das regiões eólicas.

Região eólica	Município
CAMPANHA	ACEGUÁ
	BAGÉ
	CAÇAPAVA DO SUL
	CANDIOTA
	DOM PEDRITO
	HULHA NEGRA
	LAVRAS DO SUL
COSTA OESTE DA LAGUNA	ARAMBARÉ
	ARROIO DO PADRE
	BARRA DO RIBEIRO
	CAMAQUÃ
	CRISTAL
	PELOTAS
	TAPES
	SÃO LOURENÇO DO SUL
TURUÇU	

Região eólica	Município
COSTA NORTE DA LAGUNA	CAPIVARI DO SUL
	VIAMÃO
COSTA LESTE DA LAGUNA	MOSTARDAS
	PALMARES DO SUL
	SÃO JOSÉ DO NORTE
	TAVARES
COXILHA DE SANTANA	QUARÁI
	ROSÁRIO DO SUL
	SANTANA DO LIVRAMENTO
ESCUDO	ARROIO GRANDE
	CANGUÇU
	CAPÃO DO LEÃO
	CERRITO
	HERVAL
	JAGUARÃO
	MORRO REDONDO
	PEDRAS ALTAS
	PEDRO OSÓRIO
	PINHEIRO MACHADO
PIRATINI	
LITORAL NORTE	ARROIO DO SAL
	BALNEÁRIO PINHAL
	CAPÃO DA CANOA
	CIDREIRA
	DOM PEDRO DE ALCÂNTARA
	IMBÉ
	ITATI
	MAMPITUBA
	MAQUINÉ
	MORRINHOS DO SUL
	OSÓRIO
	TERRA DE AREIA
	TORRES
	TRAMANDÁI
TRÊS CACHOEIRAS	
TRÊS FORQUILHAS	
XANGRI-LÁ	
LITORAL SUL	CHUI

Região eólica	Município
	RIO GRANDE
	SANTA VITÓRIA DO PALMAR
PLANALTO DAS MISSÕES	AJURICABA
	ALEGRIA
	BOA VISTA DAS MISSÕES
	BOA VISTA DO BURICÁ
	BOM PROGRESSO
	BRAGA
	CAMPO NOVO
	CATUÍPE
	CERRO GRANDE
	CHAPADA
	CHIAPETA
	CONDOR
	CORONEL BICACO
	CRISTAL DO SUL
	DOIS IRMÃOS DAS MISSÕES
	ERVAL SECO
	GIRUÁ
	HORIZONTINA
	HUMAITÁ
	IJUÍ
	INDEPENDÊNCIA
	INHACORÁ
	JABOTICABA
	LAJEADO DO BUGRE
	MIRAGUAÍ
	NOVA CANDELÁRIA
	NOVA RAMADA
	NOVO BARREIRO
	NOVO TIRADENTES
	PALMEIRA DAS MISSÕES
	PINHAL
	REDENTORA
RODEIO BONITO	
SAGRADA FAMÍLIA	
SANTA ROSA	
SANTO AUGUSTO	

Região eólica	Município
	SANTO CRISTO
	SÃO JOSÉ DAS MISSÕES
	SÃO JOSÉ DO INHACORÁ
	SÃO MARTINHO
	SÃO PEDRO DAS MISSÕES
	SÃO VALÉRIO DO SUL
	SEBERI
	SEDE NOVA
	TENENTE PORTELA
	TRÊS DE MAIO
	TRÊS PASSOS
	TUCUNDUVA
	TUPARENDI
	SERRA GAÚCHA
CAMBARÁ DO SUL	
CAMPESTRE DA SERRA	
CAXIAS DO SUL	
ESMERALDA	
IPÊ	
JAQUIRANA	
MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	
MUITOS CAPÕES	
SÃO FRANCISCO DE PAULA	
SÃO JOSÉ DOS AUSENTES	
VACARIA	

4. REGIÃO EÓLICA CAMPANHA

Caracterização

A região da Campanha está situada na porção centro-sul do Estado do Rio Grande do Sul, entre as regiões da Coxilha de Santana do Livramento, a oeste, e a região do Escudo Sul-rio-grandense, a leste. O relevo da região caracteriza-se como um planalto dissecado, com colinas suaves (localmente denominadas de “coxilhas”), extensas planícies, apresentando igualmente serras baixas, morros convexo-côncavos e tabuleiros (morros com topos normalmente planos com médias a localmente altas declividades das vertentes), baixas a médias espessuras de solo, com presença localizada de depósitos colúviais e de tálus. Trata-se de uma área situada, em sua porção sul, nos limites sul da bacia sedimentar² do Paraná³, onde afloram rochas sedimentares clásticas (arenitos, mais subordinadamente siltitos); abrangendo uma porção com rochas cristalinas diversas do embasamento (granitos, gnaisses, subordinadamente xistos); e rochas sedimentares clásticas da bacia sedimentar do Camaquã⁴ (principalmente arenitos grosseiros e conglomerados, além de rochas vulcânicas associadas), no restante da área. As estruturas geológicas (lineamentos estruturais) tendem a interferir na geração de processos erosivos e em instabilidades geológicas. As rochas sedimentares da bacia do Paraná apresentam média à baixa coesão e baixa resistência aos processos de intemperismo. As rochas cristalinas do embasamento tendem a apresentar alta coesão e boa resistência aos processos de intemperismo, enquanto que as rochas sedimentares e vulcânicas da bacia do Camaquã tendem a mostrar média à alta coesão e resistência aos processos de intemperismo. O potencial fossilífero para as áreas com rochas sedimentares é significativo.

As principais drenagens da área são as nascentes do rio Camaquã na porção central, o rio Vacacaí e suas nascentes, a oeste, e o rio Negro ao sul. As altitudes da região oscilam entre os 150 os 500 m.

De singular relevância ambiental na região são as “guaritas” formadas nas rochas sedimentares clásticas da bacia do Camaquã, caracterizando-se como elevações rochosas de formas diversas, esculpidas pela atuação do vento, da água, do sol e de agentes biológicos ao longo do tempo geológico, e que se sobressaem na

² Área da superfície terrestre que sofre ou sofreu lenta subsidência (afundamento) originada na crosta terrestre, ao longo do tempo geológico (nota dos autores).

³ Bacia sedimentar, intracratônica ou sinéclise, que evoluiu sobre a Plataforma Sul-Americana. Sua formação teve início a cerca de 400 milhões de anos, no Período Devoniano, terminando no Período Cretáceo. A persistente subsidência na área de formação da bacia, embora de caráter oscilatório, possibilitou a acumulação de grande espessura de rochas sedimentares e derrames de lavas basálticas. Fonte: <http://www.mineropar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=24>.

Acesso em: 22/07/2014.

⁴ Bacia sedimentar interior cuja base é composta de rochas clásticas continentais de planície aluvial, com sequência de natureza vulcanosedimentar; e, no topo rochas sedimentares de ambientes transicional e marinho; com idade entre 600 e 470 milhões de anos. Fonte: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/capll.pdf>. Acesso em: 22/07/2014.

paisagem formando um relevo *sui generis*, que lembra ruínas (relevo ruiniforme)⁵. Como exemplo podem ser citados os geossítios⁶ da Pedra do Segredo e seu entorno, em Caçapava do Sul, as Minas do Camaquã, no mesmo município, o Rincão do Inferno, nas nascentes do rio Camaquã, no município de Bagé.

Com referência à água subterrânea, as rochas do embasamento, tratando-se de aquíferos fraturados com pouca conexão entre as fraturas, apresentam baixa capacidade específica de produtividade. As rochas sedimentares aflorantes da bacia do Paraná e da bacia do Camaquã apresentam baixa à média permeabilidade, em função do maior ou menor conteúdo de argila nas suas matrizes, e maior ou menor presença de cimentação.

A paisagem da área caracteriza-se por uma superfície constituída por padrões diferenciados de colinas que se apresentam ora com topos planos, ora com topos convexos. As colinas amplas e suaves (baixas) são recobertas por vastas planícies aluviais dos sistemas de drenagem do rio Ibicuí, do rio Santa Maria (seu afluente principal) e os altos cursos do rio Negro (drena em direção ao Uruguai) e do rio Jaguarão.

⁵ Feição morfológica semelhante a ruínas, isto é, forma de relevo que ocorre em consequência da erosão que esculpe principalmente arenitos ou rochas carbonáticas, elaborando esculturas naturais na paisagem, em consequência da ação da água das chuvas, do sol e da atividade biológica. Fonte: <http://www.uepg.br/dicion/verbetes/n-z/relevo.htm>. Acesso em: 24/07/2014.

⁶ Sítio geológico, lugar de interesse particular para o estudo da geologia, geralmente com características notáveis do ponto de vista científico, didático ou turístico. In: Infopédia Porto: Porto Editora, 2003-2014. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/geoss%C3%ADtio?homografia=0>. Acesso em: 28/07/ 2014.

5. REGIÃO EÓLICA COSTA LESTE DA LAGUNA

Caracterização

Na porção centro-leste da planície costeira do Estado do Rio Grande do Sul, entre a margem leste da laguna dos Patos e o Oceano Atlântico, correspondendo ao litoral médio do Estado, está situada a região denominada Costa Leste da Laguna dos Patos. Trata-se de uma região geologicamente recente, formada a partir das oscilações do nível oceânico (transgressões e regressões marinhas) ocorridas nos últimos 2 milhões de anos, composta por sedimentos arenosos, sílticos e argilosos inconsolidados aflorantes. O relevo da região é plano, formado por planícies e terraços fluviais, lacustres e lagunares, várzeas pantanosas, campos de dunas associados, além de toda faixa litorânea, com altitudes que raramente ultrapassam os 20 m. Apresenta declividades das vertentes muito baixas, normalmente com médias a altas espessuras de solo, o que vem a favorecer o uso de maquinário agrícola, nas épocas com pouca chuva, minimizando os riscos de inundações. Em função de sua composição, os terrenos tendem a apresentar baixa coesão, baixa resistência aos processos de intemperismo e alta favorabilidade a instalação de processos erosivos. O potencial fóssilífero da região ainda é pouco conhecido, mas deve ser considerado significativo, em função da sua geologia.

Inúmeras lagoas de diversos tamanhos situam-se nesta região, sendo as principais e maiores, de sul para norte, as lagoas do Peixe, integrante do Parque Nacional da lagoa do Peixe, do Bonito, do Sumidouro, da Reserva, dos Gateados, além da laguna dos Patos e suas grandes praias, enseadas e pontais.

O Parque Nacional da Lagoa do Peixe (localizado nos municípios de Tavares, São José do Norte e Mostardas) integra a Rede Hemisférica de Reservas de Aves Praieiras, um dos quatro sítios da Convenção sobre as Zonas Úmidas de Importância Ambiental (Convenção de RAMSAR) e da Rede de Reservas da Biosfera, pela sua importância ambiental. A biodiversidade é considerada grande, devido à presença do sistema marinho adjacente que sustenta uma comunidade de praia abundante e diversificada.

Os aspectos ambientais de maior relevância na região relacionam-se ao grande número de lagoas, às margens da laguna dos Patos, suas praias e pontais⁷, aos campos arenosos ainda preservados da faixa litorânea e aos banhados, dentre os quais destaca-se o banhado do Estreito, na parte sul da área.

A região caracteriza-se pela presença dos aquíferos costeiros, formados por intercalações de sedimentos arenosos, sílticos e argilosos, com o nível freático situado

⁷ Faixa de areia, normalmente estreita, que avança para dentro de um corpo hídrico (nota dos autores).

muito próximo à superfície topográfica, com capacidades específicas normalmente altas. Salienta-se ainda que os aquíferos costeiros tem relevante importância na manutenção e na regulação dos mananciais hídricos superficiais da área, em especial as lagoas e banhados.

A paisagem dos banhados da lagoa do Casamento e de seus ecossistemas associados (localizada em Palmares do Sul, Capivari do Sul, Mostardas e Viamão) caracteriza-se como uma paisagem com grandes lagoas (lagoa Capivari, Lagoa do Casamento e lagoa dos Gateados) e terrenos relativamente planos, e com a existência de um mosaico de habitats: dunas de areia, campos arenosos e campos úmidos, matas brejosas ou sobre dunas e áreas úmidas (banhados). É considerada como uma das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira, pelo Ministério do Meio Ambiente (2007).

6. REGIÃO EÓLICA COSTA NORTE DA LAGUNA

Caracterização

No extremo norte-nordeste da laguna dos Patos, inserida na porção norte da planície costeira do Estado do Rio Grande do Sul e abrangendo parte do extremo nordeste da região do Escudo Sul-rio-grandense, está situada a região denominada Costa Norte da Laguna dos Patos. Genericamente, no leste, tem relevo plano, formado por planícies e terraços fluviais, lacustres e lagunares, e várzeas pantanosas, com altitudes em torno dos 20 m, e, em sua porção oeste, um relevo com colinas dissecadas e morros baixos remanescentes dos processos erosivos sobre rochas cristalinas antigas, podendo atingir pouco mais de 200 m de altitude nas elevações mais altas. Trata-se de uma área de transição geológica e geomorfológica composta por sedimentos arenosos, sílticos e argilosos consolidados a inconsolidados, na sua porção leste, e rochas do embasamento cristalino, na sua porção oeste. As estruturas geológicas (lineamentos estruturais) tendem interferir na geração de processos erosivos e na instabilidade de encostas apenas na porção relativa às rochas cristalinas. Na sua faixa central, marcando a transição do relevo de morros de rochas cristalinas, a oeste, e a planície costeira a leste, situa-se a Coxilhas das Lombas. Esta feição consiste em um corpo arenoso pertencente à planície costeira do RS, que se salienta na topografia (a altitude supera, em alguns locais, os 160 m), alongado segundo a direção NE-SW, com extensão de aproximadamente 100 km e largura variando de 5 a 10 km⁸. Constitui-se num conjunto de paleodunas⁹, registro da primeira grande transgressão marinha pleistocênica¹⁰. Na porção oeste, das rochas cristalinas, as declividades das vertentes são baixas a localmente médias, com espessuras de solo variáveis (de baixas a altas) em função da degradação intempérica, com o substrato apresentando coesão e resistência aos processos erosivos muito variáveis e presença localizada de depósitos coluviais e de tálus. Tais litotipos são estéreis quanto à presença de fósseis. Para a porção relativa às várzeas (leste), as declividades das vertentes são muito baixas, apresentando médias a altas espessuras de solo, situação favorável à mecanização agrícola, em especial nas épocas sem chuvas, minimizando os riscos de inundações. Os terrenos, em função dos sedimentos inconsolidados que formam seu substrato, tendem a apresentar baixa coesão, baixa resistência aos processos de intemperismo e alta favorabilidade a instalação de processos erosivos. O potencial fossilífero, embora ainda pouco conhecido, é relativamente significativo nesta porção.

⁸ Collischonn e Kirchheim, 2006, p.3.

⁹ Dunas fósseis (nota dos autores).

¹⁰ Subida do nível dos oceanos ocorrida a mais de 400 mil anos atrás, em um período interglacial, formando a Barreira Marinha I da planície costeira (Villwock & Tomazelli, 1995).

O limite sul da área é formado pela porção sudeste do lago Guaíba e pela porção norte da laguna dos Patos, com suas diversas baías, nas quais se inclui a lagoa do Casamento. O principal curso d'água é o rio Gravataí, com orientação de drenagem de leste para oeste, sendo que parte do banhado que o forma (Banhado Grande) está inserida na área.

De relevância ambiental na região são os grandes corpos hídricos presentes - lago Guaíba, laguna dos Patos, lagoa do Casamento, lagoa Negra -, suas praias e enseadas, suas penínsulas arenosas, com destaque às praias de Itapuã e do Pontal das Desertas integrantes do Parque Estadual de Itapuã, no município de Viamão; e os banhados, dentre os quais se destaca o Banhado Grande e sua Área de Proteção Ambiental/APA.

Com relação à água subterrânea, a região caracteriza-se pela presença dos aquíferos costeiros, formados por intercalações de sedimentos arenosos, sílticos e argilosos, com o nível freático situado muito próximo à superfície topográfica, com capacidades específicas geralmente altas.

Neste tópico salienta-se o denominado Aquífero Coxilha das Lombas, ou Aquífero Águas Claras, como grande reservatório de águas subterrâneas, e que se notabiliza pela excelente qualidade de suas águas e boas características hidrodinâmicas¹¹. Outro fator a ser considerado é a importância que os aquíferos costeiros tem na manutenção e na regulação dos mananciais hídricos superficiais da área, em especial as lagoas e banhados.

A paisagem se caracteriza pela predominância de terraços lagunares em meio a relevos planos, como a Coxilha das Lombas, afloramentos de rochas graníticas isoladas em meio à planície costeira formando um relevo de morros.

¹¹ Collischonn e Kirchheim, op. cit., p.2.

7. REGIÃO EÓLICA COSTA OESTE DA LAGUNA

Caracterização

Esta região caracteriza os limites oeste da planície costeira do Estado do Rio Grande do Sul, situando-se entre o lago Guaíba e a laguna dos Patos, que compõem seu limite leste, e as terras altas da região do Escudo Sul-rio-grandense, que compõem seu limite oeste. O relevo é plano, formado por planícies e terraços fluviais, lacustres e lagunares, e várzeas pantanosas. As declividades das vertentes são muito baixas. É uma região geologicamente recente, com o substrato composto por sequências de sedimentos arenosos, silticos e argilosos inconsolidados, subordinadamente com níveis e lentes de cascalhos, com muito baixa coesão e muito baixa resistência natural aos processos de intemperismo, apresentando com isto, alta favorabilidade a instalação de processos erosivos. Localmente, na sua porção oeste, junto às vertentes das elevações da área do Escudo, ocorrem depósitos coluviais e de tálus. Apresenta médias a altas espessuras de solo, fator este que beneficia a mecanização agrícola, em especial nas épocas sem chuvas, quando são minimizados os riscos de inundações. As estruturas geológicas (lineamentos estruturais) estão recobertas pelo pacote de sedimentos inconsolidados, não interferindo na geração de processos erosivos e na instabilidade de encostas. Apresenta, de uma maneira geral, potencial fossilífero pouco significativo.

As principais drenagens da área são o rio Camaquã na porção central e os arroios Turuçu e Velhaco, que deságuam na laguna dos Patos e o arroio Ribeiro que deságua no lago Guaíba. As altitudes da região raramente ultrapassam os 20 m.

De peculiar relevância ambiental nesta área encontra-se a margem oeste da porção centro-sul do lago Guaíba, a margem oeste da laguna dos Patos, com suas várias baías, praias extensas e pontais; o vale fluvial e o delta do rio Camaquã desembocando na Laguna dos Patos, na porção central da região.

Ao considerarem-se os aspectos relevantes com referência à água subterrânea, a área abrange os aquíferos situados na porção oeste da laguna dos Patos (porção interna da laguna), normalmente com a superfície freática próxima à superfície topográfica, formada por sedimentos normalmente inconsolidados arenosos, silticos e argilosos, com média possibilidade de obtenção água subterrânea. Nesta região, os aquíferos freáticos tem relevante importância na manutenção e na regulação dos mananciais hídricos superficiais da área, em especial as lagoas e banhados.

A paisagem da área caracteriza-se pelo predomínio de vastos terraços lagunares, rampas coluvionares no sopé do planalto e das planícies marinhas. A

cobertura vegetal caracteriza-se pela Formação Pioneira de Influência Marinha e pela Floresta Estadual Semidecidual.

8. REGIÃO EÓLICA COXILHA DE SANTANA

Caracterização

Região localizada na porção sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul, a oeste da região da Campanha. Trata-se de uma região situada no limite sul da bacia sedimentar do Paraná. O relevo da região caracteriza-se como um planalto dissecado, com colinas suaves, localmente denominadas de “coxilhas”, e extensas planícies, apresentando igualmente serras baixas, especialmente em sua porção central, morros convexo-côncavos e tabuleiros (morros com topos normalmente planos com médias a localmente altas declividades das vertentes), baixas a médias espessuras de solo, com presença localizada de depósitos coluviais e de tálus.

As estruturas geológicas (lineamentos estruturais) podem interferir na geração de processos erosivos e em instabilidades geológicas, sendo o substrato rochoso composto, genericamente, por rochas ígneas vulcânicas (porção oeste) e rochas sedimentares (porção leste) normalmente areníticas, subordinadamente pelíticas. As rochas vulcânicas apresentam alta coesão e boa resistência aos processos de intemperismo, enquanto que as rochas sedimentares mostram média à baixa coesão e baixa resistência aos processos de intemperismo. O potencialossilífero não é significativo para a porção oeste e relativamente significativo para a porção leste.

As principais drenagens da área são o rio Ibirapuitã, a oeste, e o rio Santa Maria, a leste, ambos integrante da bacia hidrográfica do rio Ibicuí. As altitudes oscilam entre os 200 os 300 m.

De singular relevância ambiental na região são os morros testemunhos por vezes de basalto¹², por vezes de arenito¹³ (ex: Cerro Palomas em Santana do Livramento, a Serra do Caverá em Rosário do Sul) - elevações remanescentes, resultantes dos processos de intemperismo sobre rochas com diferentes resistências a tais processos - e o geossítio astroblema Cerro do Jarau¹⁴, em Quaraí, que se salientam na paisagem da região em meio a extensas planícies.

Com referência à água subterrânea, as rochas vulcânicas da porção oeste, tratando-se de aquíferos fraturados com conexão entre as fraturas, apresentam variável (de baixa à alta) possibilidade para sua obtenção. A porção leste,

¹² Rocha ígnea vulcânica, normalmente de coloração cinza a cinza escuro, principal constituinte dos derrames vulcânicos presentes no Estado do Rio Grande do Sul (nota dos autores).

¹³ Rocha sedimentar resultante da compactação e litificação de materiais granulares da dimensão das areias (nota dos autores).

¹⁴ Crateras formadas pelo impacto de corpos celestes (meteoritos, asteróides ou cometas) contra a superfície da Terra são feições raras, sendo conhecidas mais de 170 delas em todo o planeta. Até recentemente, apenas 5 estruturas dessa natureza eram conhecidas no Brasil. A feição circular denominada Cerro do Jarau, situada no pampa do Rio Grande do Sul, próxima à divisa com o Uruguai, revelou recentemente características diagnósticas de fenômenos de impacto meteorítico, passando assim a ser a sexta estrutura de impacto em território brasileiro. Trata-se de uma estrutura em avançado estado de erosão (astroblema), com diâmetro de cerca de 13 km, formada sobre rochas basálticas e areníticas. Fonte: http://sigep.cprm.gov.br/propostas/Astroblema_Cerro_Jarau_RS.htm. Acesso em: 22/07/2014.

especialmente a faixa de afloramento de rochas areníticas é propícia a obtenção de água subterrânea, sendo caracterizada como zona de recarga do Sistema Aquífero Guarani/SAG.

A paisagem da área caracteriza-se na sua porção oriental por um relevo dissecado em colinas e morros e na sua porção ocidental, o relevo caracteriza-se por extensas planícies com terrenos planos ou modelados em colinas muito amplas e suaves (coxilhas), recobertas por uma vegetação de campos limpos. De singular relevância, se destacando na paisagem, pela sua morfologia imponente e composição geológica e ecológica, situam-se os morros testemunhos (Cerros), como o Cerro Palomas, Verdes, dos Munhoz, Florentina, e os conjuntos morfológicos do Cerro do Jarau e do Cerro do Caverá.

9. REGIÃO EÓLICA ESCUDO

Caracterização

Região situada na porção sul do Estado do Rio Grande do Sul, a oeste da lagoa Mirim e do canal São Gonçalo, tendo como limite oeste a região da Campanha. Trata-se da região de geologia mais antiga e complexa do Estado, composta de forma genérica por rochas cristalinas (rochas ígneas plutônicas e rochas metamórficas) pré-cambrianas¹⁵ com alta coesão e boa resistência aos processos de intemperismo. O relevo da região caracteriza-se como um planalto dissecado, apresentando serras baixas e morros convexo-côncavos, com topos normalmente arredondados, médias a localmente altas declividades das vertentes, baixas espessuras de solo (< 0,5 m), com presença comum de depósitos de colúvio e tálus. As estruturas geológicas (lineamentos estruturais) são importantes e podem interferir na geração de processos erosivos e na instabilidade de encostas. Em função dos litotipos dominantes em escala regional seu potencial fossilífero é muito pouco significativo.

As principais drenagens da área são o rio Jaguarão, ao sul, na fronteira com o Uruguai, o rio Piratini em sua porção média e o rio Camaquã, em sua porção norte, todos com sentido de drenagem de oeste para leste. As altitudes podem alcançar os 500 m.

As peculiaridades ambientais da área relacionam-se as serras mais elevadas remanescentes, aos vales fluviais encravados nas rochas cristalinas, em especial ao vale fluvial do rio Camaquã, o mais significativo da região.

Com referência à água subterrânea, as rochas cristalinas da região são maciças apresentando fraturas não conectadas, propiciando um comportamento de aquíferos fraturados com baixa a muito baixa possibilidade para obtenção e uso de água subterrânea.

A paisagem da área caracteriza-se por um padrão de relevo com colinas dissecadas marcadas por afloramentos rochosos e morros amplos (as coxilhas), com extensas vertentes suaves a moderadas. Nas áreas de relevo altamente dissecado, é possível individualizar setores bem definidos de cristas alinhadas e/ou vales entalhados. A vegetação é formada pela Floresta Estacional Semi-Decidua associada aos campos sujos, com matas galerias, além de ser uma área rica em plantas endêmicas, principalmente as cactáceas.

Rambo (1956, p. 78) cita que os elementos estruturais da paisagem do planalto Sul-Rio-Grandense são as serras, os rios e a vegetação. As serras “formam a moldura de um quadro” e determinam a direção geral da paisagem pela sua altitude

¹⁵ Denominação dada às rochas mais antigas que o Cambriano - período geológico iniciado em torno de 544 milhões de anos atrás (nota dos autores).

gradativamente crescente de sul a norte (com cotas de 100 m até 600 m). Os rios “modelam o esqueleto granítico” deslizando em sentido do declive geral para leste, dividindo o Planalto em três divisores de água: entre o Jaguarão e o Piratini, entre o Piratini e o Camaquã e entre o Camaquã e o Jacuí, além de ligar o Planalto a Planície Costeira. A vegetação possui a função de atenuar os contrastes nas zonas de transição, de acentuar os contrastes nas zonas extremas e de harmonizar as linhas do conjunto

10. REGIÃO EÓLICA LITORAL NORTE

Caracterização

No extremo nordeste da planície costeira do Estado do Rio Grande do Sul está situada a região denominada Litoral Norte. Trata-se de uma região geologicamente recente, composta por sedimentos arenosos, sílticos e argilosos inconsolidados aflorantes. Genericamente tem relevo plano, formado por planícies e terraços fluviais, lacustres e lagunares, várzeas pantanosas, campos de dunas associados, além de toda faixa litorânea. As declividades das vertentes são muito baixas, apresentando médias a altas espessuras de solo, situação favorável à mecanização agrícola, em especial nas épocas sem chuvas, minimizando os riscos de inundações. Os terrenos, em função dos sedimentos inconsolidados que formam seu substrato, tendem a apresentar baixa coesão, baixa resistência aos processos de intemperismo e alta favorabilidade a instalação de processos erosivos. O potencial fossilífero é pouco significativo na região em função da idade dos sedimentos e da intensa ocupação antrópica histórica da área.

Inúmeras lagoas de diversos tamanhos situam-se nesta região, sendo as principais e maiores, de sul para norte, as lagoas dos Barros, da Pinguela, dos Quadros e Itapeva; além de dois cursos d'água: o rio Tramandaí, ao sul, e o rio Mampituba no limite com o Estado de Santa Catarina. As altitudes da região raramente ultrapassam os 20 m.

De singular relevância ambiental na região são as lagoas presentes e, na sua porção norte, os morros testemunhos de basalto e arenito (ex: as torres rochosas do município de Torres) - elevações remanescentes, resultantes do recuo das escarpas das rochas vulcânicas, de idade jurássica¹⁶-cretácica¹⁷ e das rochas sedimentares areníticas, de idade triássica¹⁸-jurássica, em direção a oeste, ao longo do tempo geológico, por processos erosivos naturais.

Com relação à água subterrânea, a região caracteriza-se pela presença dos aquíferos costeiros, formados por intercalações de sedimentos arenosos, sílticos e argilosos, com o nível freático situado muito próximo à superfície topográfica, com capacidades específicas geralmente altas. Estes aquíferos são extremamente importantes na manutenção e na regulação dos mananciais hídricos superficiais da área, em especial as lagoas e banhados.

¹⁶ Período geológico iniciado a cerca de 208 milhões de anos atrás. Fonte: <http://www.geoturismobrasil.com/REVISTA%20ARTIGOS/o%20tempo%20geol%C3%B3gico%20-%20Manzig.pdf>. Acesso: 10/07/2014.

¹⁷ Período geológico iniciado a cerca de 146 milhões de anos atrás. Fonte: <http://www.geoturismobrasil.com/REVISTA%20ARTIGOS/o%20tempo%20geol%C3%B3gico%20-%20Manzig.pdf>. Acesso: 10/07/2014.

¹⁸ Período geológico iniciado a cerca de 245 milhões de anos atrás. Fonte: <http://www.geoturismobrasil.com/REVISTA%20ARTIGOS/o%20tempo%20geol%C3%B3gico%20-%20Manzig.pdf>. Acesso: 10/07/2014.

A paisagem da área caracteriza-se se por uma planície estreita, confinada entre a escarpa do Planalto e a linha de costa. Possui um expressivo número de lagoas de diversas dimensões, paralelas à linha de costa, dentre as quais são reconhecidas pelos seus nomes, pelos entrevistados. Também, nesse trecho, estende-se a Rodovia BR-101 (no mais importante eixo viário de interligação do Estado com o restante do país). A cidade de Torres se notabiliza pelos morros-testemunhos, formando falésias abruptas defronte ao oceano. A vegetação é caracterizada pelas formações do Bioma Mata Atlântica e pelo Bioma Pampa.

São paisagens singulares, as quais abrigam atributos culturais, históricos, geológicos, geomorfológicos e ecológicos; são consideradas remanescentes da paisagem original e do sistema eólico e marinho; são atrativas para o público e merecem ser preservadas e conhecidas pelas gerações futuras (VIEIRA, 2014).

11. REGIÃO EÓLICA LITORAL SUL

Caracterização

A região denominada Litoral Sul compreende a porção extremo sul da planície costeira do Estado do Rio Grande do Sul. É uma região geologicamente recente, com sedimentos arenosos, silticos e argilosos inconsolidados aflorantes. O relevo é plano, formado por planícies e terraços fluviais, lacustres e lagunares, várzeas pantanosas, e campos de dunas associados, além de toda faixa costeira, com declividades das vertentes muito baixas, médias a altas espessuras de solo, favorecendo a mecanização agrícola, em especial nas épocas sem chuvas. Em função do substrato composto por sequências de sedimentos inconsolidados, com muito baixa coesão, há baixa resistência aos processos de intemperismo e uma alta favorabilidade a instalação de processos erosivos. Apresenta potencial fossilífero significativo para icnofósseis¹⁹ de organismos marinhos (moluscos e crustáceos) e fósseis de mamíferos terrestres pertencentes à megafauna pleistocênica²⁰, especialmente na região do município de Santa Vitória do Palmar²¹.

Duas grandes lagoas com eixo maior de orientação sudoeste-nordeste situam-se na área: lagoa Mirim e lagoa Mangueira, além de outras de menor porte, e banhados de grande porte e significação ecológica (ex: banhado do arroio Del'Rey, banhado do Taim, banhado dos Maçaricos). No seu limite noroeste há a presença do canal São Gonçalo, importante drenagem regional, que une a lagoa Mirim à laguna dos Patos. As altitudes raramente atingem os 20 m.

Nesta região, além das lagoas e banhados, de peculiar relevância ambiental é a margem leste da lagoa Mangueira constituída por uma barreira arenosa formada durante o evento transgressivo-regressivo holocênico²². Nesta barreira, situada cerca de 120 km ao sul do estuário da laguna dos Patos, entre as latitudes 33°10'S e 33°40'S aproximadamente, encontra-se um campo de dunas costeiras bem desenvolvido e preservado, com cerca de 87 km de extensão e largura média de 4 km caracterizado como sítio de interesse geológico-geomorfológico e paleontológico (geossítio), denominado Dunas do Albardão²³.

A região, ao considerar-se os aspectos relevantes da água subterrânea, caracteriza-se pela ocorrência dos aquíferos costeiros, formados por intercalações de sedimentos arenosos, silticos e argilosos, com o nível freático situado muito próximo à

¹⁹ Fóssil de vestígios de atividade vital (isto é, de atividade biológica) de organismos do passado (do grego *icnós*, traço, vestígio + fóssil). Fonte: <http://webpages.fc.uol.pt/~cmsilva/Paleotemas/Icnofossil/Icnofoss.htm>. Acesso: 10/07/2014.

²⁰ Fósseis de mamíferos gigantes (preguiças, tatus, mastodontes, tigres de dentes-de-sabre, entre outros) estabelecidos há cerca de 130 mil anos. In: Lopes, R.P.; Ugrí, A.; Buchmann, F.S.C. 2008, p. 6.

²¹ Lopes, R.P.; Buchmann, F.S.C.; Caron, F.; Itusarry, M.E.G.S. 2005, p. 3.

²² Avanço e recuo do nível do mar, associado aos ciclos glaciais, ocorrido a partir de 6 mil anos atrás. In: Villwock, J. A., Tomazelli, L. J., 2000. p. 28. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/arquivos/cap_2_lagoa_casamento.pdf. Acesso em: 28/07/2014.

²³ Lopes, R.P.; Ugrí, A.; Buchmann, F.S.C. 2008, p. 4.

superfície topográfica, com capacidades específicas geralmente altas, tendendo a diminuir em direção às porções mais interiores, com maior influência continental. Salienta-se que os aquíferos costeiros são extremamente importantes na manutenção e na regulação dos mananciais hídricos superficiais da área, em especial as lagoas e banhados.

Ao sul da desembocadura da Laguna dos Patos até o arroio Chuí, a paisagem caracteriza-se por extensas faixas de campos de dunas alternadas por feixes de cordões arenosos ou por planícies lagunares. Os campos do litoral são de formação geológica recente e a vegetação pioneira encontra-se ancorada em uma tênue camada de solo arenoso.

Merece destaque a Estação Ecológica do Taim, pois é reconhecida mundialmente por possuir um patrimônio genético e paisagístico, devido a sua diversidade biológica e ecossistêmica; como uma das mais importantes áreas de conservação, preservando banhados e lagoas, campos, dunas e matas, além de ter uma avifauna migratória de países do hemisfério norte, do cone sul e também de espécies que vivem na unidade durante todo o ano.

12. REGIÃO EÓLICA PLANALTO DAS MISSÕES

Caracterização

A região denominada Planalto das Missões situa-se na porção noroeste do Estado do Rio Grande do Sul sendo caracterizada por um relevo dissecado, com formas bastante homogêneas. Estas formas, de modo geral, abrangem um conjunto de colinas suaves, bem arredondadas, por vezes alongadas, com pequenos desníveis entre a porção de topo e os vales, esculpidas em rochas vulcânicas de idade jurássica-cretácica com intenso fraturamento e, localmente, cobertura de rochas sedimentares mais jovens²⁴. As formas de relevo homogêneas e suaves apresentam solos profundos favoráveis à atividade agrícola, com limitada propensão à instalação de processos erosivos, a instabilidades de caráter geotécnico, tendo potencial muito pouco significativo quanto à ocorrência de fósseis.

O principal rio da região é o rio Ijuí, com sentido de drenagem de leste para oeste, desembocando no rio Uruguai. As altitudes oscilam dos 300 aos 600 m.

Nesta região ocorre o sistema aquífero Serra Geral²⁵, composto por rochas basálticas, por vezes amigdaloidais²⁶ e fraturadas, recobertas por espesso solo argiloso (>1 m) de coloração avermelhada. Apresenta boas possibilidades para o uso da água subterrânea, a partir da sua porosidade por fraturamento, uma vez ultrapassada a cobertura argilosa.

A paisagem da área caracteriza-se por um planalto, com um topo com colinas e morros ordenados em longas cristas arredondadas cobertas pelas atividades agropecuárias e agroindustriais, com destaque para o cultivo de soja, trigo e milho. Na sua origem, a paisagem era de uma vegetação florestal.

²⁴ Arenitos e conglomerados continentais fluviais do Período Paleógeno (65 milhões de anos atrás) (CPRM, 2006).

²⁵ CPRM, 2010; p. 78.

²⁶ As rochas vulcânicas costumam conter cavidades, formadas por gases que ficaram aprisionados durante o resfriamento. Essas cavidades podem ter desde alguns milímetros até alguns metros de diâmetro e são chamadas de vesículas, quando vazias, ou de amígdalas, quando estão preenchidas por minerais. Fonte: <http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1107&sid=129>. Acesso: 10/07/2014.

13. REGIÃO EÓLICA SERRA GAÚCHA

Caracterização

A região da Serra Geral abrange a porção nordeste do Estado do Rio Grande do Sul sendo caracterizada por uma área de planalto, com superfícies planas a levemente onduladas, formadas por um conjunto de colinas suaves, normalmente arredondadas, com pequenos desníveis entre a porção de topo e os vales, esculpidas em rochas vulcânicas de idade jurássica-cretácica intensamente fraturadas. Alguns vales são mais encaixados apresentando vertentes mais íngremes, especialmente associados aos grandes rios – rio das Antas mais ao sul e rio Pelotas ao norte. Nas áreas mais planas o solo residual tende a ser mais espesso (> 0,5 m), argiloso, com horizonte superficial orgânico com aptidão restrita para culturas de verão, com melhores opções para fruticultura de clima temperado²⁷. Estas porções mostram limitada propensão à instalação de processos erosivos, a instabilidades de caráter geotécnico, apresentando potencial muito pouco significativo quanto à ocorrência de fósseis.

Como peculiaridade ambiental específica da região, seu limite nordeste, na divisa com o Estado de Santa Catarina, é demarcado pelas escarpas do planalto verticais a subverticais, nas quais se localizam os cânions do Estado (ex: Itaimbezinho, Fortaleza, dos Índios, Malacara, Faxinalzinho, Josafá e outros.), com desníveis superando os 700 m. As altitudes oscilam dos 800 aos 1300 m.

Nesta região ocorre o sistema aquífero Serra Geral, composto por rochas basálticas, por vezes amigdaloidais, e fraturadas, recobertas por solo argiloso de coloração avermelhada, mostrando boas possibilidades para o uso da água subterrânea, a partir da sua porosidade por fraturamento, uma vez ultrapassada a cobertura argilosa.

A paisagem da área caracteriza-se por extensos platôs e superfícies planálticas embutidas, levemente inclinadas para oeste. Apresentam uma topografia plana à levemente ondulada, com cobertura predominantemente de campos limpos e com capões de Araucária (Floresta Ombrófila Mista), com desnivelamentos inferiores a 20m e uma densidade de drenagem baixa a moderada, produzindo uma morfologia de colinas muito amplas e suaves, com desnivelamentos sempre inferiores a 40m. Nessas áreas levemente entalhadas, observa-se, sobre as superfícies aplainadas, a ocorrência de formas residuais de relevo, com aparência de pequenos platôs ou mesas.

²⁷ Streck et al. 2008 in CPRM, 2010, p. 174.

No limite nordeste, encontramos bordeando o Planalto, as escarpas, uma feição geomorfológica da geodiversidade da região Sul do país (estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), com diversos cânions, entre os quais o Itambezinho, o Josafás, o Fortaleza, dos Índios, o Malacara, etc. Os rios Pelotas, Caí, das Antas e Taquari, drenam o planalto e entalham vales bastante aprofundados.

14. MAPAS TEMÁTICOS

VEGETAÇÃO:

O diagnóstico da vegetação compreendeu o estudo e mapeamento das espécies de angiospermas endêmicas e/ou criticamente ameaçadas de extinção presentes na área de estudo.

Os dados sobre a ocorrência e distribuição geográfica destas espécies foram obtidos através de informações disponíveis e especializadas sobre a quadrícula do conjunto de cartas da DSG para o Estado, escala 1:50.000.

Cada quadrícula foi valorada de 1 a 5, considerando a expressão

$$SQ = X + Y + W + Z$$

onde:

SQ = suscetibilidade da quadrícula

X = nº de espécies presentes na quadrícula

Y = nº de famílias presentes na quadrícula

W = valoração dos habitats presentes na quadrícula

Z = valoração do conjunto de espécies presentes na quadrícula

O mapa do critério vegetação (Figura 2) representa a nota final dada para cada quadrícula onde houve ocorrência de angiospermas endêmicas e/ou criticamente ameaçadas de extinção.

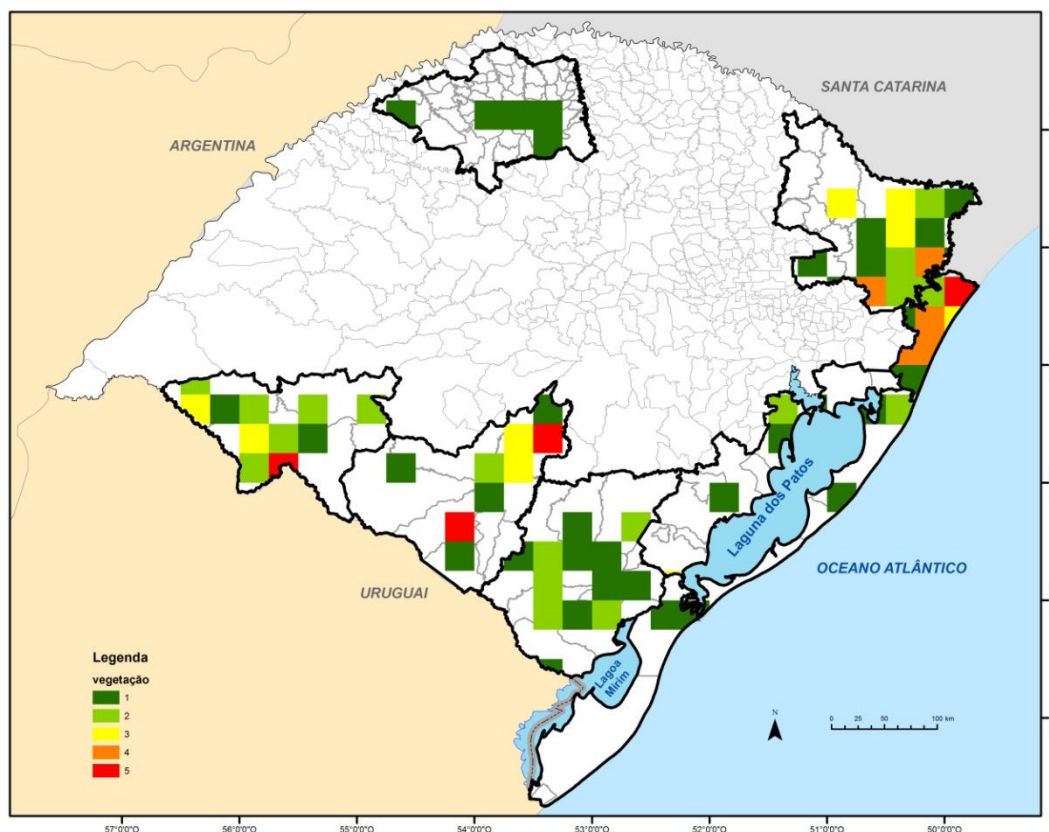


Figura 2: Mapa classificado da vegetação.

ICTIOFAUNA - PEIXES ANUAIS:

Este estudo considerou a listagem de espécies de peixes-anuais sob ameaça de extinção no Estado e no Brasil com ocorrência em regiões de interesse para a implantação de parques eólicos no Rio Grande do Sul.

A nota final de cada Unidade de Paisagem foi obtida pela soma da multiplicação do número de espécies enquadrado em cada grau de ameaça segundo as lista oficiais pelo peso dado a cada grau de ameaça, segundo a fórmula:

$$NF = (n \text{ sp. CR} * 5) + (n \text{ sp. EN} * 4) + (n \text{ sp. VU} * 3) + (n \text{ sp. DD} * 1)$$

onde,

espécies não descritas oficialmente (e. g. *Austrolebias* sp) ou não identificadas inequivocamente como uma espécie nova ou diferente (e. g. *Austrolebias aff. jaegeri*) foram consideradas como deficientes em dados e receberam peso = 1.

A classe de valor para cada unidade de paisagem foi definida através do enquadramento da nota final de cada UP dentro de um intervalo pré-determinado de cinco classes conforme a Tabela 2.

Tabela 2: Classes de zoneamento para peixes-anuais de acordo com valores de Nota final para cada Unidade de paisagem com ocorrência de peixes-anuais.

Nota final	Classe zoneamento
1 a 7	1
8 a 14	2
15 a 21	3
22 a 28	4
29 a 35	5

O mapa temático do critério peixes anuais apresenta a nota final obtida por cada unidade de paisagem natural (Figura 3).

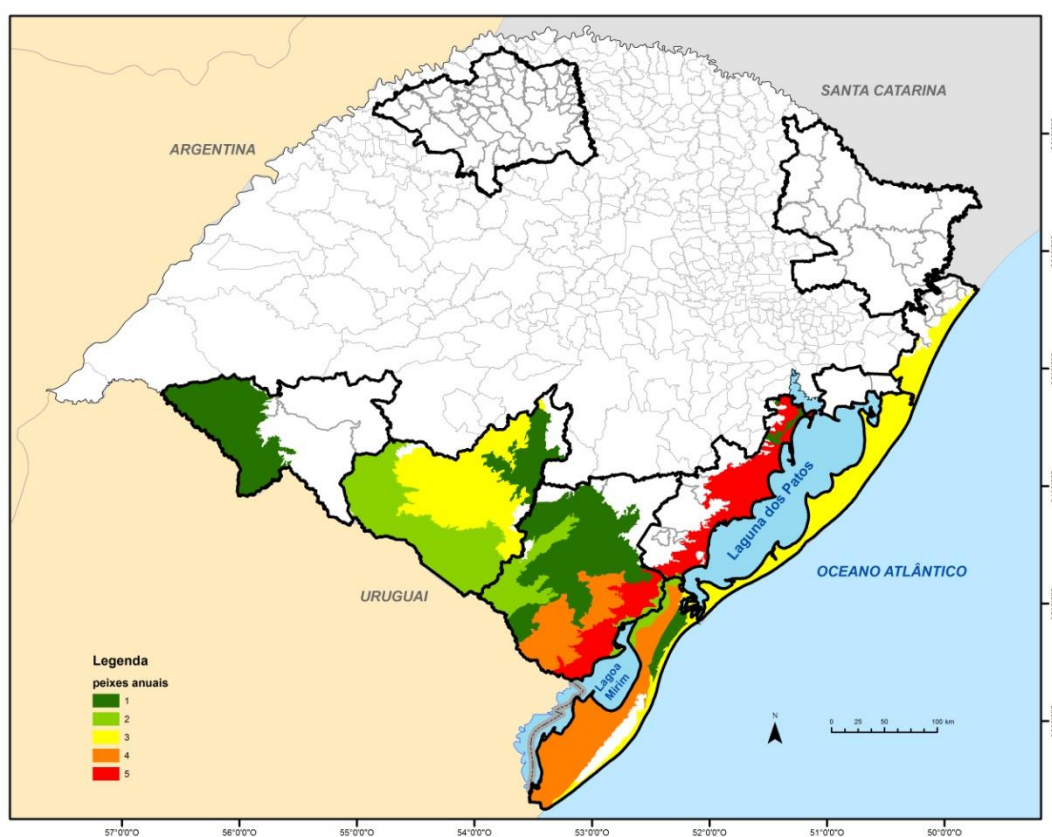


Figura 3: Mapa classificado dos peixes anuais.

HERPETOFAUNA:

A compilação dos dados das espécies com algum grau de ameaça na recente lista de espécies ameaçadas de extinção do Rio Grande do Sul (Avaliação do Estado de Conservação de Espécies Fauna - RS - 2012/2013) que apresentam ocorrência confirmada nas unidades de paisagem inseridas em regiões de interesse eólico, levou

a observar que 19 espécies de anfíbios estão sob alguma forma de ameaça, sendo dez sob a categoria *dados insuficientes* (DD), quatro *quase ameaçadas* (NT), uma *vulnerável* (VU), três *em perigo* (EN) e uma *criticamente ameaçada* (CR).

Dentre as espécies de répteis potencialmente afetadas pela implantação e o funcionamento parques eólicos no RS, foram selecionadas as espécies *Liolaemus arambarensis*, *Liolaemus occipitalis*, *Cnemidophorus vacariensis*, *Anisolepis undulatus* e *Homonota uruguayensis*.

Estas informações foram espacializadas e classificadas de forma que cada espécie recebeu um valor ponderado pelo seu grau de ameaça (cinco classes) e cada UP recebeu o valor correspondente àquelas espécies que ali foram registradas. Assim, temos a riqueza de espécies ameaçadas ponderada pelo grau de ameaça. O mapa temático da variável herpetofauna apresenta a nota obtida por cada unidade de paisagem natural segundo os critérios descritos (Figura 4).

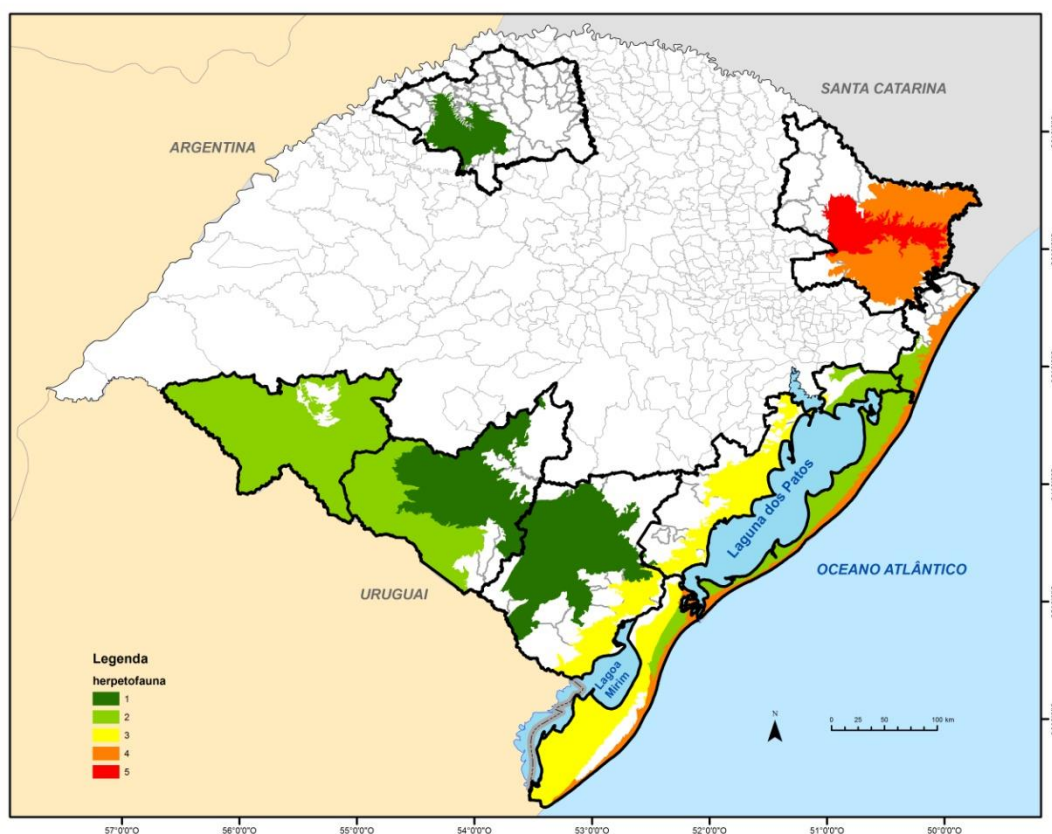


Figura 4: Mapa classificado da herpetofauna.

AVIFAUNA:

O diagnóstico da avifauna foi construído em duas etapas, uma que considerou a distribuição das espécies ameaçadas de extinção e outra que analisou as áreas úmidas relevantes para a concentração das aves.

Para a elaboração do primeiro estudo, foram consideradas as espécies de aves listadas como ocorrentes no Rio Grande do Sul por Bencke *et al.* (2010) e regionalmente ameaçadas de extinção segundo recente estudo elaborado pela Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB, 2014). Do universo de espécies consideradas, foram selecionadas aquelas que, segundo a revisão da literatura, mostraram-se potencialmente afetáveis pela implantação de parques eólicos.

Os dados referentes às localidades de ocorrência conhecida das espécies de interesse foram obtidos a partir de consulta à base de dados da recente revisão da fauna ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul (FZB, 2014). Complementaram-se as informações obtidas a partir dessas fontes com dados inéditos resultantes da experiência pessoal dos pesquisadores envolvidos no presente estudo ou fornecidos por outros pesquisadores especialmente contatados com este propósito.

A partir das planilhas de localidades de registro de cada espécie, construíram-se mapas de distribuição geográfica conhecida, área de ocorrência mínima e/ou área de ocorrência potencial das espécies de interesse, de acordo com o nível de qualidade e precisão associada aos dados disponíveis para cada espécie.

A partir de revisões exaustivas da literatura, foram reconhecidos três diferentes tipos de impactos negativos potenciais de parques eólicos sobre as aves (BirdLife International, 2003): (1) distúrbio, que pode levar ao abandono temporário ou permanente pelas aves das áreas afetadas; (2) perda de, ou dano ao, hábitat e; (3) mortalidade por colisão direta. As informações disponíveis indicam claramente que certos grupos de aves podem ser mais afetados pela presença de parques eólicos do que outros, servindo para classificar as espécies.

Para a construção do mapa final, 20 espécies de aves foram classificadas e espacializadas pelo grau de ameaça. Estes mapas intermediários foram cruzados, obtendo-se uma nota final classificada de 1 a 5, que representa a média das notas do conjunto de espécies que ocorrem naquele local (Figura 5).

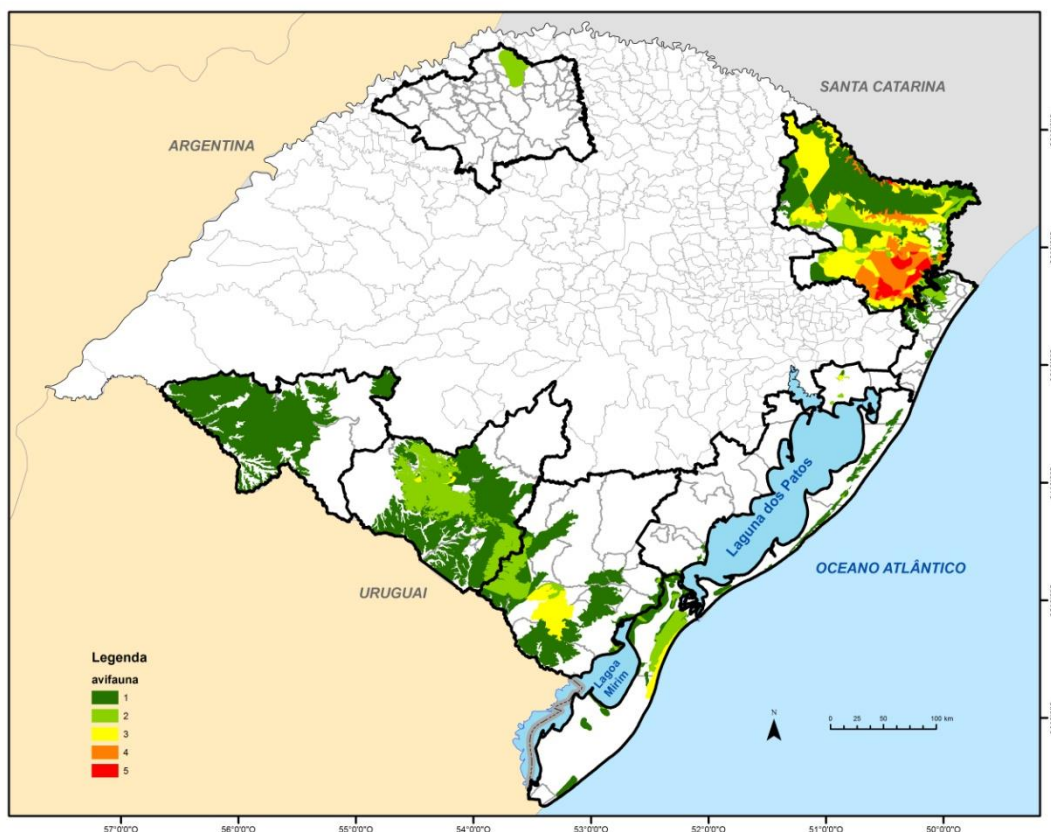


Figura 5: Mapa classificado da avifauna - cruzamento de 20 espécies.

O estudo que analisou as áreas úmidas relevantes para a concentração das aves baseou-se na eleição de aves pertencentes à família Anatidae, porque o Litoral Médio Leste, o Litoral Médio Oeste e o Litoral Sul são regiões ricas em áreas úmidas, várias delas coincidindo com o interesse dos empreendedores na instalação de parques eólicos.

Ocorrem dois tipos de impactos sobre anatídeos: o impacto sobre os cisnes se reflete na perda da qualidade de hábitat, devido à perturbação provocada pela presença e funcionamento dos aerogeradores, o que acaba determinando o afastamento dos cisnes de seus hábitats preferenciais, já os demais anatídeos, em particular as marrecas, sofrem outro tipo de impacto - a mortalidade provocada pela colisão com torres e pás dos aerogeradores, bem como com as linhas de transmissão. Foi devido aos dois tipos de impactos sobre anatídeos que se separou a análise em dois grupos de espécies, os cisnes e as marrecas. Logo, tanto as distribuições geográficas dos sítios onde são encontrados os cisnes, seus ninhos e seus filhotes, quanto as concentrações de marrecas e suas movimentações, foram critérios biológicos adotados para recomendações quanto à ordenação e ao zoneamento para a implantação de parques eólicos no Litoral Médio Leste, Litoral Médio Oeste e Litoral

Sul (FEPAM, 2000), detalhando que esta última região, dada sua importância, foi subdividida pelos autores como Litoral Sul Leste e Litoral Sul Oeste.

Além do objetivo de identificar os possíveis impactos diretos sobre as espécies de aves, anteriormente mencionadas, foi considerado também, a necessidade de se preservar áreas úmidas utilizadas pelas grandes concentrações de marrecas e por cisnes para, desta forma, evitarem-se prejuízos, possivelmente definitivos, sobre este grupo de aves e fauna associada. Sob esta ótica, a identificação e delimitação de áreas com diferentes graus de favorabilidade para a implantação de parques eólicos, estão fundamentadas nos sítios de ocorrência de anatídeos, bem como no atual estado de conservação das respectivas áreas úmidas.

Como resultado, apresenta-se um mapeamento com as áreas identificadas, delimitadas e codificadas segundo os riscos de impactos, de diferentes naturezas, por atividades de geração e transmissão de energia eólica sobre os anatídeos e seus ambientes preferenciais. Os registros das posições geográficas dos bandos de marrecas e de presença de cisnes, seus ninhos e filhotes, foram utilizados como base para identificar, selecionar, diferenciar e valorar ambientes naturais (Figura 6).

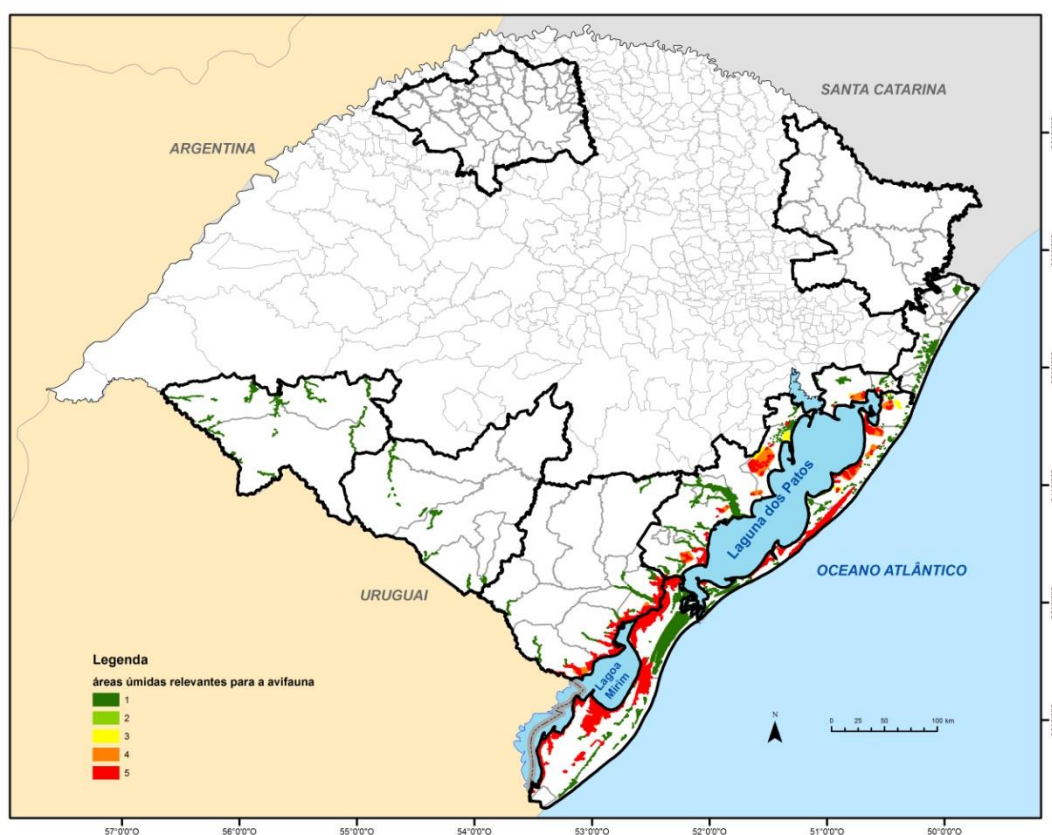


Figura 6: Mapa classificado da avifauna - áreas úmidas relevantes para a avifauna.

MASTOFAUNA:

Entre os mamíferos, há dois tipos principais de impactos causados por aerogeradores:

- aqueles relacionados às alterações nos habitats e áreas de vida de mamíferos terrestres, sobretudo em função da abertura e manutenção dos acessos,
- e os impactos causados sobre a fauna de mamíferos alados relacionados às colisões com as estruturas.

Mamíferos fossoriais

Os roedores fossoriais ou subterrâneos do gênero *Ctenomys* ocorrem na metade sul do continente sul-americano, no Brasil, Uruguai e Argentina. Cinco espécies ocorrem no sul do Brasil, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. São elas: *Ctenomys ibicuiensis*, recentemente descrita (Freitas *et al.*, 2012), que ocorre nos municípios gaúchos de Manoel Viana e Maçambará, além de *Ctenomys torquatus*, *C. minutus*, *C. flamarioni* e *C. lami*, tendo essas quatro sido investigadas em detalhe sob muitos aspectos (Freitas & Lessa, 1984; Freitas, 2001; Gava & Freitas, 2002, 2003, 2004; Freitas, 2006, 2007; Fernández-Stolz *et al.*, 2007).

Em função de suas características genéticas e da progressiva urbanização e ocupação humana da sua área de distribuição, a espécie *C. lami* torna-se uma espécie sob ameaça do ponto de vista da sua conservação.

Já a espécie *Ctenomys flamarioni* é endêmica da primeira linha de dunas da Planície Costeira do Rio Grande do Sul, ocorrendo desde a cidade de Arroio Teixeira, ao norte, até o arroio Chui, na fronteira com o Uruguai, ao sul (Fernández-Stolz *et al.*, 2007). A grande instabilidade ambiental que caracteriza a Planície Costeira é um importante fator a interferir na dinâmica das populações (Stolz, 2006) e nos padrões filogeográficos (Fernández-Stolz, 2007). Nas últimas décadas tem se observado diminuição na variabilidade genética e no tamanho das populações, influenciados pelo desenvolvimento urbano na área de ocorrência da espécie (Fernández-Stolz *et al.*, 2007).

Para a confecção do mapa intermediário, as espécies *C. flamarioni* e *C. lami* foram adotadas como classe 5 (Figura 7).

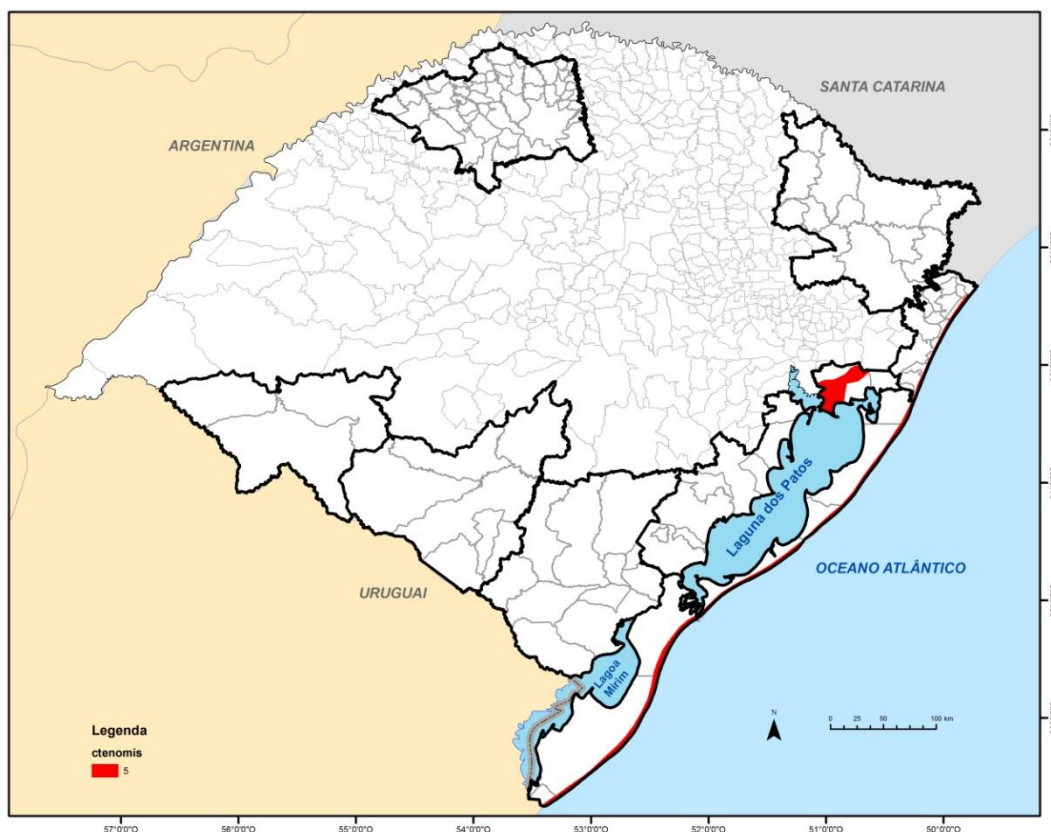


Figura 7: Mapa classificado da mastofauna: tuco-tucos.

Quirópteros

Com relação ao grupo dos mamíferos alados, pode-se afirmar que as causas das colisões de morcegos com aerogeradores e com outras estruturas construídas pelo homem não são bem conhecidas (Osborn *et al.*, 1996). Existem apenas hipóteses que tentam explicar as colisões, entre elas as seguintes: os aerogeradores exerceriam atração acústica sobre os morcegos; a turbulência no ar causada pelos aerogeradores desorientaria os morcegos; indivíduos migrantes perceberiam as torres como um ponto de descanso na paisagem; a ecolocação não seria utilizada durante a migração, o que facilitaria as colisões com obstáculos não naturais; as torres atrairiam insetos que, por sua vez, atrairiam morcegos (Ahlén, 2003).

O conhecimento sobre distribuição geográfica de espécies de morcegos das famílias Molossidae e Vespertilionidae é muito precário no Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, não há absolutamente nenhum tipo de informação sobre áreas de concentração de quirópteros, uso de hábitat, padrões e rotas de migração ou deslocamento e, principalmente, sobre a situação das populações destas espécies.

Esta falta de informações não permitiu a confecção de um mapa intermediário para este tema.

PAISAGEM:

Estudar a relação natureza e sociedade tendo como categoria de análise a paisagem é de extrema importância, pois através dela é possível compreender, em parte, a complexidade do espaço geográfico em um determinado momento ou ao longo do tempo.

As etapas propostas para o estudo de indicadores de percepção da paisagem são as seguintes:

- a) Levantamento bibliográfico sobre os métodos relativos ao estudo da paisagem, através da abordagem da paisagem perceptiva.
- b) Levantamento bibliográfico e visual sobre estudos relativos à implantação de aerogeradores no mundo e a adoção de métodos de avaliação dos indicadores de percepção, em face de sua instalação.
- c) Elaboração do instrumento de pesquisa para a definição de indicadores de percepção da paisagem.
- d) Aplicação do instrumento de pesquisa, junto à população fixa (rural e urbana) e flutuante (turistas), nos municípios de Pinheiro Machado, Livramento, Giruá, São Francisco de Paula, Osório, Tramandaí e Imbé.
- e) A pesquisa das paisagens ícones (identidades) nos sites disponibilizados pelas prefeituras na internet, que englobam os municípios potencialmente favoráveis à instalação dos aerogeradores.
- f) A pesquisa nas imagens Google Maps dos registros fotográficos que as pessoas realizam em relação às paisagens de interesse estético e patrimonial, nos municípios potencialmente favoráveis à instalação dos aerogeradores.

Os resultados da pesquisa foram espacializados, podendo ser valorados em três níveis:

- Paisagens muito transformadas socialmente (**valor 1**)
- Paisagens medianamente transformadas socialmente (**valor 3**)
- Paisagens pouco transformadas socialmente (**valor 5**)

Os elementos ou conjuntos da paisagem identificados como **patrimônios culturais**, individuais ou coletivos, são considerados como de **valor 4 ou 5**.

Esse método permitiu elaborar a expressão cartográfica dos **elementos da paisagem** passíveis de incorporarem os aerogeradores e aqueles considerados como

elementos ou conjuntos de referência (paisagens ícones) e que devem ser preservados de tais incorporações, diferenciados pela escala de valor de 1 a 5 (Figura 8).

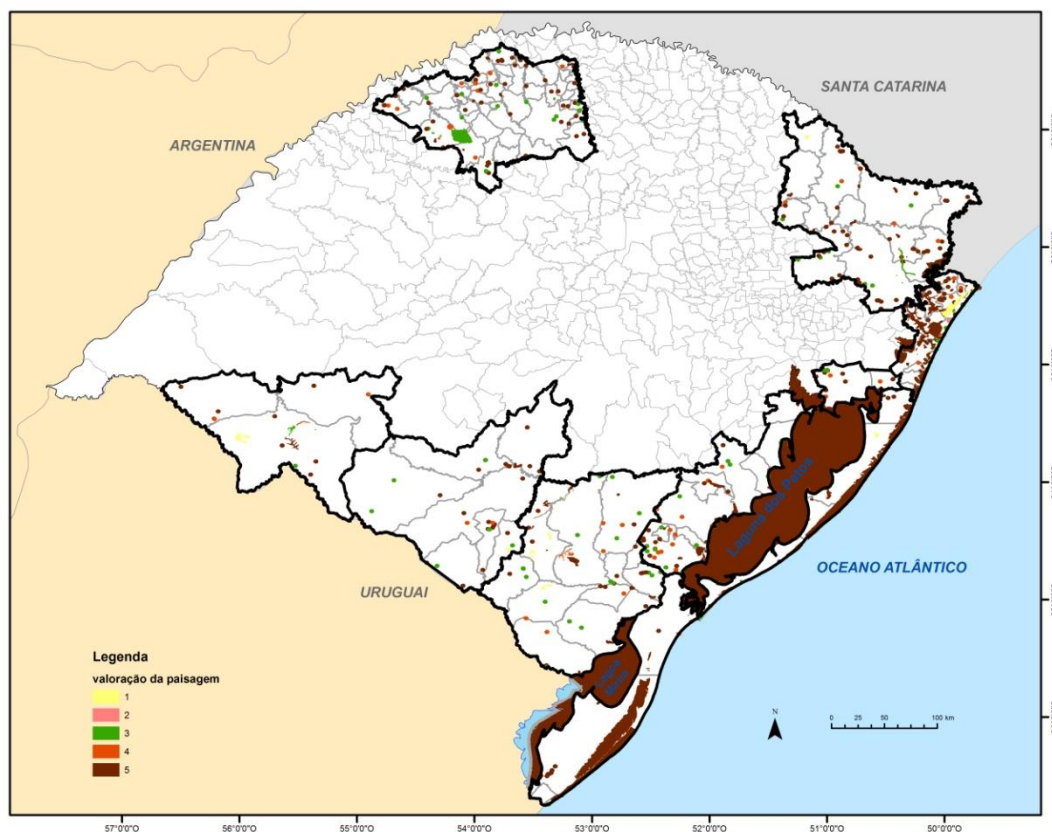


Figura 8: Mapa classificado pela importância dos elementos da paisagem.

MEIO FÍSICO:

Neste diagnóstico, procurou-se abranger questões associadas aos solos, ao subsolo, à composição e coesão das rochas, às estruturas geológicas (principalmente a presença de falhas e fraturas), ao relevo, suas características e fragilidades relacionadas aos potenciais de geração de processos erosivos e à instabilidade de encostas, ao potencial fossilífero das formações rochosas, às águas subterrâneas e o seu potencial de alteração de fluxo e de contaminação, para a caracterização ambiental e avaliação de impactos ambientais provenientes da futura instalação e operação de empreendimentos eólicos e sistemas associados - sistemas elétricos, subestações, linhas de transmissão, vias de acesso e outras obras de infraestrutura comprovadamente necessárias à implantação e operação do empreendimento.

A carta temática de *Potencial de geração de processos erosivos* foi confeccionada a partir do agrupamento das variáveis “processos erosivos”,

“instabilidades geotécnicas” e “degradação de sítios fossilíferos” em uma avaliação qualitativa unificada considerando-se os fatores: profundidade, espessura e estabilidade dos solos; formas de relevo; declividades dos terrenos; presença e magnitude de lineamentos estruturais (falhas e fraturas), profundidade da rocha sã; tipologia, afinidades e coesão dos litotipos do substrato geológico, e potencialidade das rochas para presença de conteúdo fossilífero.

A tabela de classificação para a avaliação do potencial à geração de processos erosivos das áreas estudadas foi escalonada entre 1 e 5, onde a classe 1 é muito baixo e a classe 5 muito alto (Figura 9).

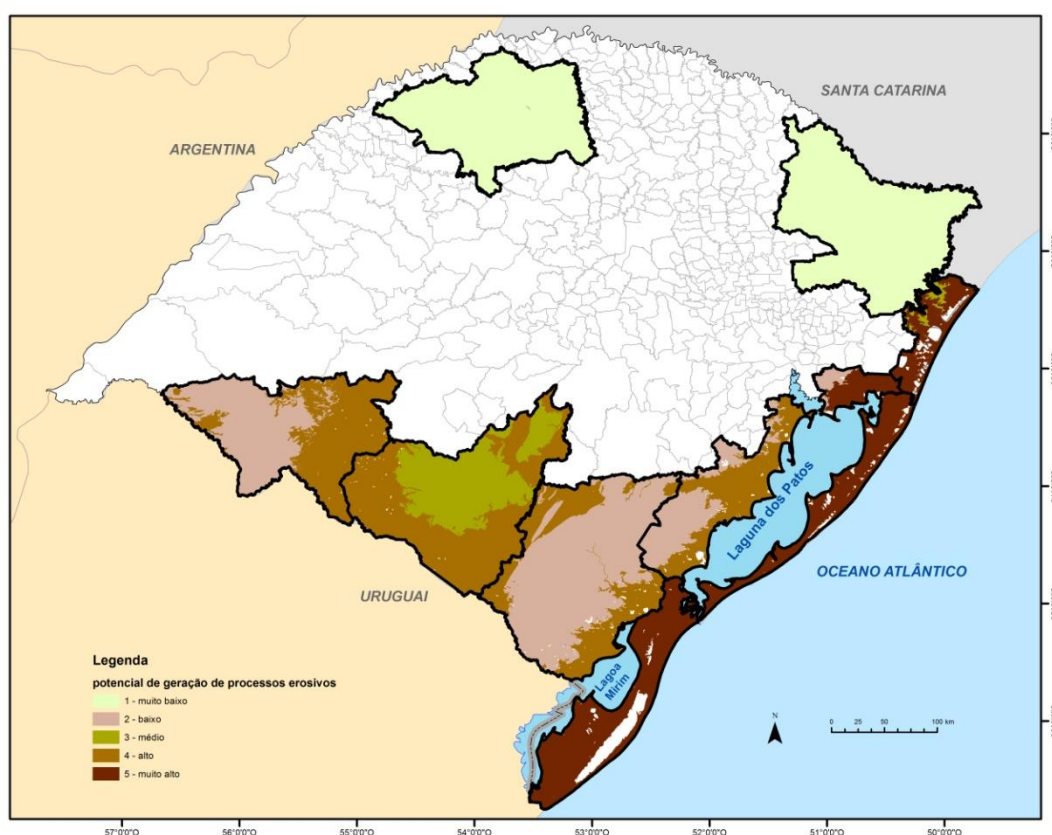


Figura 9: Mapa classificado pelo potencial de geração de processos erosivos.

A carta temática de *Potencial de contaminação da água subterrânea* foi confeccionada a partir da avaliação da variável “potencial de alteração dos fluxos e qualidade natural da água subterrânea” para a hierarquização de classes qualitativas considerando os fatores profundidade do aquífero freático, tipologia dos aquíferos, incluindo sua potencialidade para uso de água subterrânea, interação com sistemas de lagoas e banhados e presença de cobertura impermeável ou permeável.

A tabela de classificação para a avaliação relativa ao potencial de contaminação da água subterrânea das áreas estudadas foi escalonada entre 1 e 5, onde a classe 1 é muito baixo e a classe 5 muito alto (Figura 10).

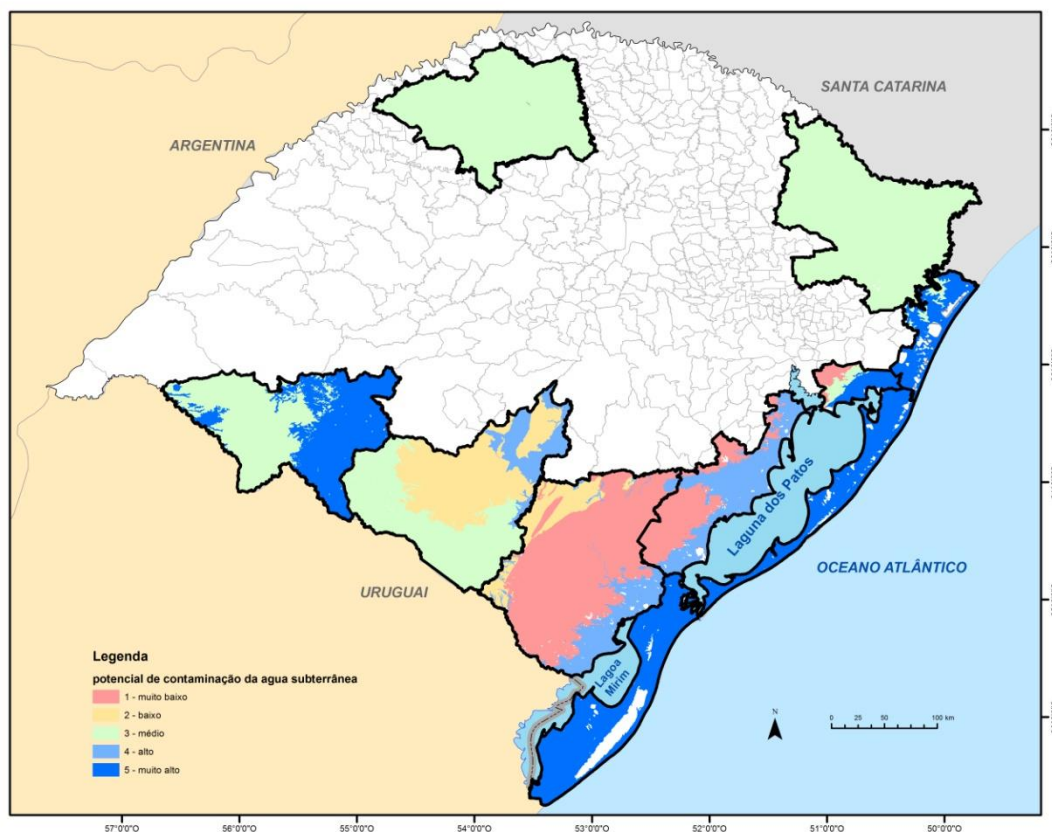


Figura 10: Mapa classificado pelo potencial de contaminação de águas subterrâneas.

ÁREAS DE INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO:

O mapa de áreas de interesse para a conservação foi criado com vistas à avaliação de alguns descritores das áreas de estudo que sintetizam características ambientais relevantes relacionadas às condições de preservação de certas áreas, à presença de espaços territoriais especialmente protegidos e à importância para a conservação da vida silvestre.

Tabela 3: Bases utilizadas para os mapas de restrições ambientais:

Descrição	Fonte
Mapa de áreas úmidas do Rio Grande do Sul	FZB, 2005
<i>Important Bird Areas</i>	BirdLife International, 2009
Proposta de Novas Unidades de Conservação – Bioma Pampa	MMA, 2009

Proposta de Novas Unidades de Conservação – Extremo Sul da Mata Atlântica	MMA, 2013
Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade	MMA, 2007
Zonas Núcleo de tombamento da Mata Atlântica	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - MAB/UNESCO, 2008
Alvos de conservação e corredores do P.E. do Tainhas	Instituto Curicaca, 2010

O mapa a seguir apresenta o resultado dos cruzamentos das informações consideradas neste capítulo. As áreas foram classificadas considerando os somatórios das valorações definidas em cada item e posteriormente reagrupadas no padrão de classes de 1 a 5 adotado no estudo (Figura 11).

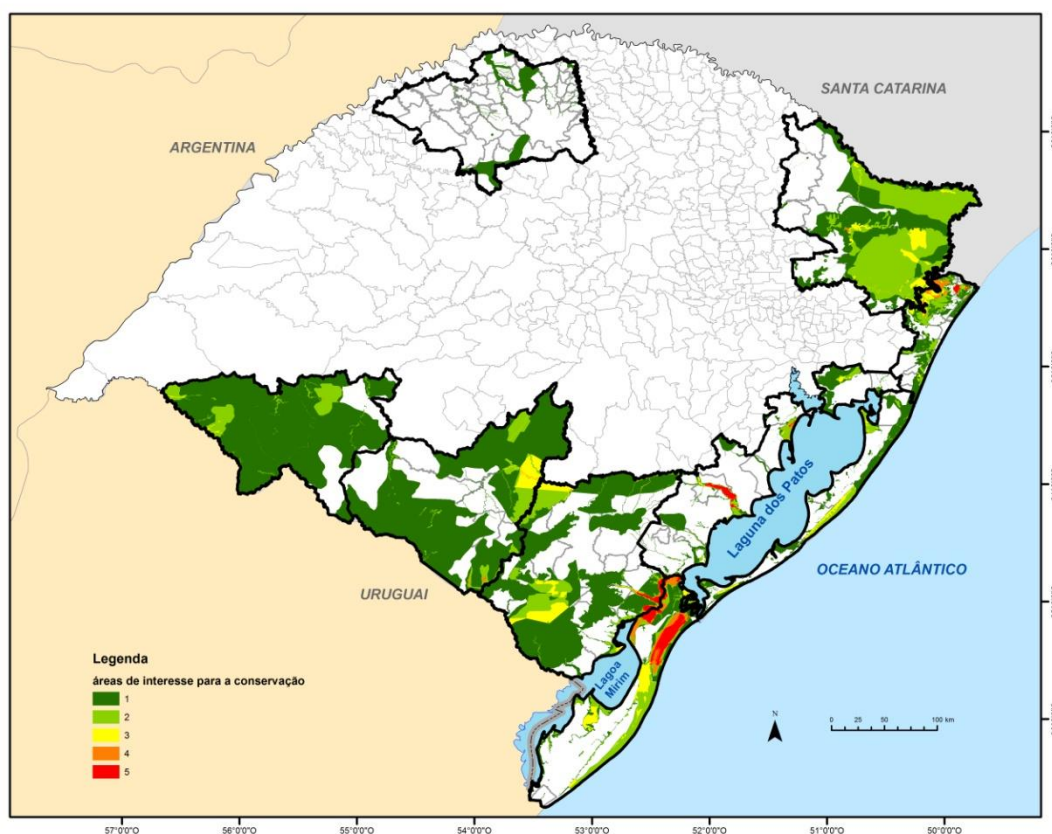


Figura 11: Mapa classificado das áreas de interesse para a conservação.

15. MAPA-SÍNTESE - METODOLOGIA

O mapa-síntese foi gerado cruzando-se as informações temáticas a partir de uma matriz-multicritério, utilizando a técnica de comparação pareada. Nesta matriz é atribuído um peso para cada fator, considerando o seu grau de importância para a análise. Também compara-se uma variável com a outra, atribuindo-se um peso relativo entre elas. Quando a matriz está preenchida, é possível calcular os pesos da comparação pareada. Nesta fase, alguns temáticos foram agrupados por semelhança, resultando em 6 fatores com diferentes valores de importância para o cruzamento final.

Os fatores considerados com os respectivos pesos foram:

- 0.2 - fator concentração de aves: áreas úmidas relevantes para a avifauna
- 0.3 - fator cruzamento de aves: avifauna - cruzamento de 20 spp
- 0.05 - fator meio físico: água subterrânea e potencial de erosão
- 0.2 - fator áreas de interesse para a conservação: 7 temas cruzados
- 0.1 - fator vegetação: espécies de angiospermas ameaçadas de extinção
- 0.15 - fator vertebrados: tuco-tuco, peixes anuais, herpetofauna

O mapa resultante é produto da multiplicação de cada tema pelo seu peso e cruzados entre si, gerando uma imagem síntese que indica a distribuição contínua de diferentes graus de favorabilidade à instalação e operação de empreendimento eólicos e sistemas associados (Figura 12). Sobre o mapa síntese foram sobrepostas as restrições consideradas absolutas - áreas impróprias ao estabelecimento destes empreendimentos, quais sejam (Figura 13):

- as áreas protegidas (uc's, 3 IBAS, novas uc's com processo de criação);
- as áreas úmidas relevantes para a avifauna (classe 5);
- os dormitórios do papagaio-charão e;
- as áreas com concentração de ninhais de aves.

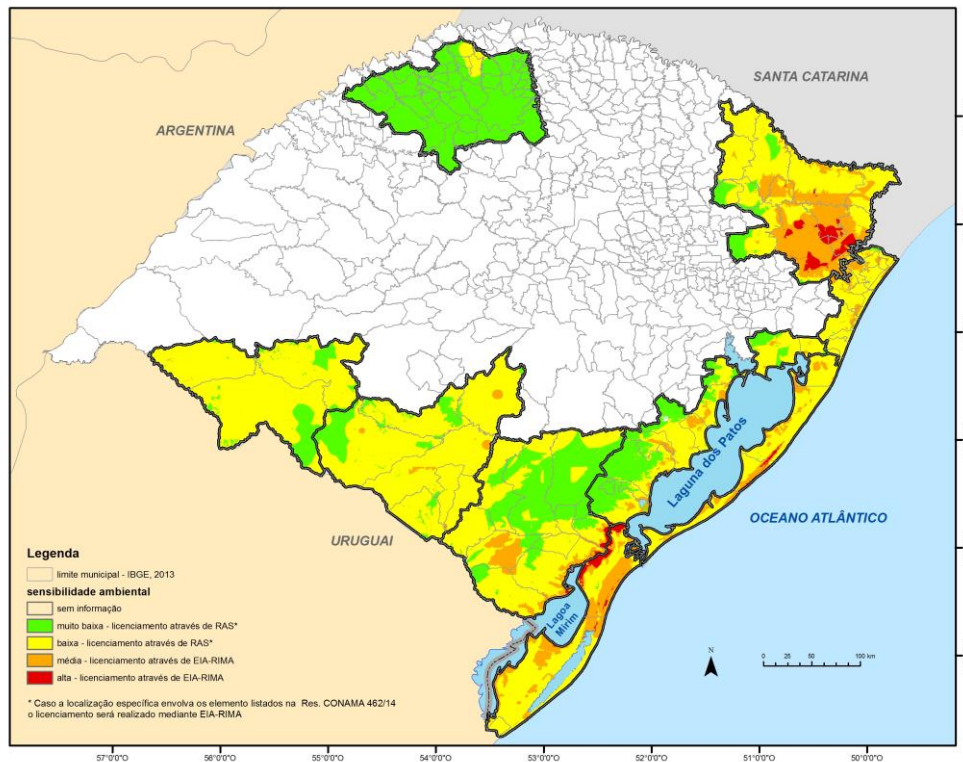


Figura 12: Mapa Síntese de sensibilidade ambiental.

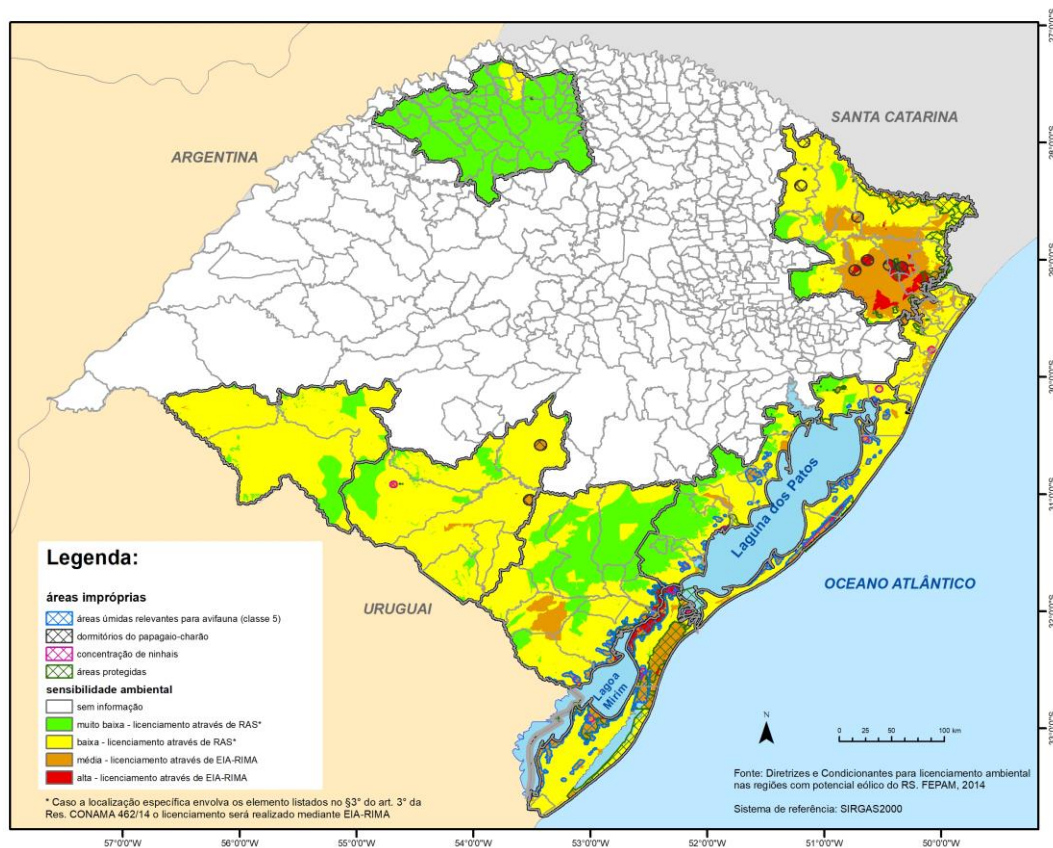


Figura 13: Mapa Síntese: sensibilidade ambiental e áreas impróprias discriminadas.

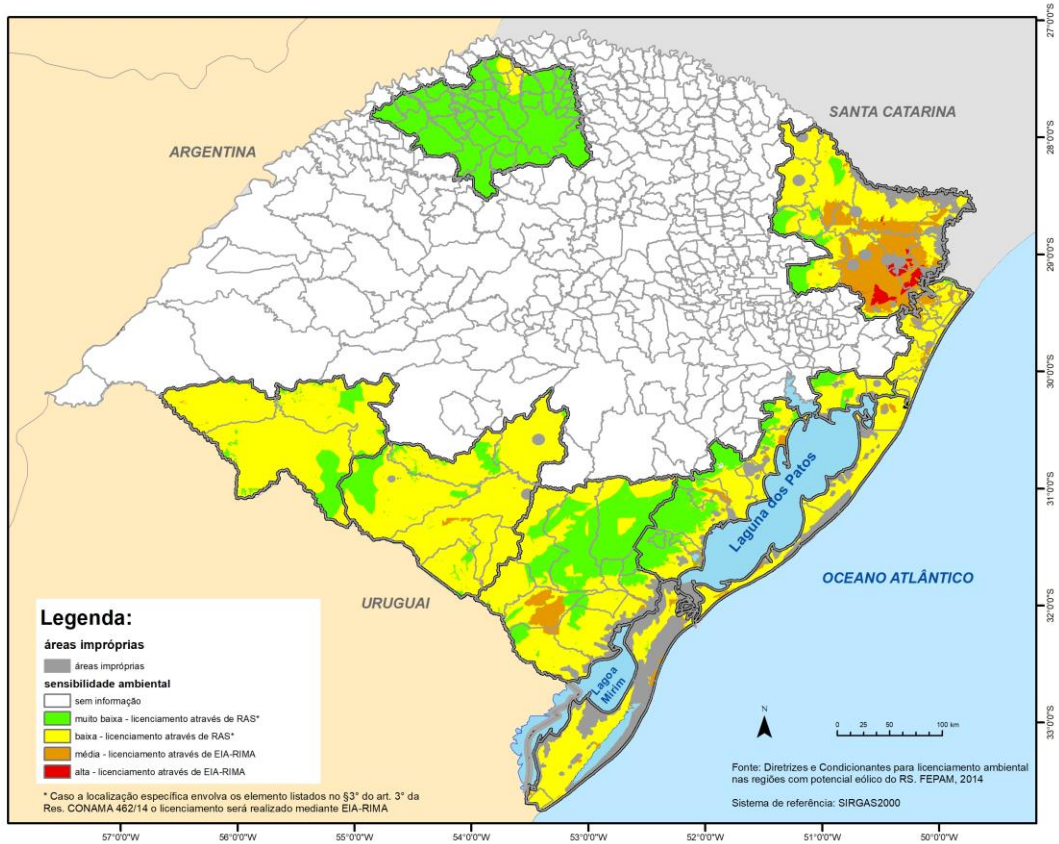


Figura 14: Mapa Síntese Final: grau de sensibilidade ambiental e áreas impróprias.

16. EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO

1ª Fase:

João Carlos P. Dotto – Biólogo, Mestre em Biociências (Mastozoologia) UFRGS, chefia o Setor de Fauna na SEMA/RS

2ª Fase :

Coordenação Técnica:

Ana Rosa Bered – Arquiteta e Urbanista UNISINOS, Especialista em Desenho Urbano pelo PROPUR/ UFRGS, chefia o Departamento de Planejamento, Qualidade Ambiental e Infra-Estrutura da FEPAM

Coordenação Institucional:

Clebes Brum Pinheiro – Biólogo, Mestre em Ecologia, Assessoria da Presidência da FEPAM

EQUIPE TÉCNICA

FEPAM

Ana Rosa Bered – Arquiteta e Urbanista UNISINOS, Especialista em Desenho Urbano pelo PROPUR/ UFRGS

Clebes Brum Pinheiro – Biólogo, Mestre em Ecologia

Glaucus V. B. Ribeiro – Geólogo UFRGS, Especialista em Geofísica pela Petrobras.

Lilian Maria Waquil Ferraro – Geógrafa UFRGS, Mestre em Ecologia UFRGS

Luciana Regina Petry Anele – Arquiteta e Urbanista UFRGS, Especialista em Geografia Ambiental na UFRGS

Rejane Maria Valdameri – Geógrafa, especialista em geoprocessamento e Mestre em Sensoriamento Remoto UFRGS

FZB

Glaysen Ariel Bencke – Biólogo, Mestre em Zoologia (Ornitologia) UNESP, pesquisador do Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul

SEMA

João Carlos P. Dotto – Biólogo, Mestre em Biociências (Mastozoologia) UFRGS

OUTRAS INSTITUIÇÕES

Adriano Souza da Cunha – Biólogo, Especialista em Fauna Terrestre, Mestre em Ecologia pela UFRGS, diretor na Biolaw Consultoria Ambiental

Ana Maria Rui – Bióloga UCS, Especialista em Sistemática e Biodiversidade Animal e Mestre em Zoologia pela PUC - RS e Doutora em Ecologia UnB (Mastozoologia), professora na UFPel

Daniel Borba Rocha - Biólogo, Especialista em herpetofauna, Mestre em Biologia Animal pela UFRGS, consultor na Biolaw Consultoria Ambiental

Eduardo Vélez Martin - Biólogo, Mestre e Doutor em Ecologia pela UFRGS

Giovani Nachtigall Mauricio – Biólogo, Doutor em Biociências (Ornitologia) PUCRS, professor na UFPel

Heinrich Hasenack – Geógrafo, Mestre em Ecologia UFRGS, professor na UFRGS e no Centro Universitário La Salle

Jan Karel Felix Mahler Junior - Biólogo UFRGS, Mestre em Manejo da Vida Silvestre e Doutor em Ecologia UFRGS

João Felisberto Larocca e Silva – Biólogo, Mestre em Botânica UFRGS, professor na UNISINOS

João Oldair Menegheti – Biólogo, Mestre em Ecologia (Ornitologia) UFRGS, professor da UFRGS

José Francisco Bonini Stolz – Biólogo, Doutor em Genética (Mastozoologia) UFRGS

Lucile Lopes Bier – Geógrafa, UFRGS

Lucimar de Fátima dos Santos Vieira – Bióloga e Geógrafa. Mestre em Geografia (Análise Ambiental), Doutora em Geografia (área: ambiente, ensino e território) UFRGS.

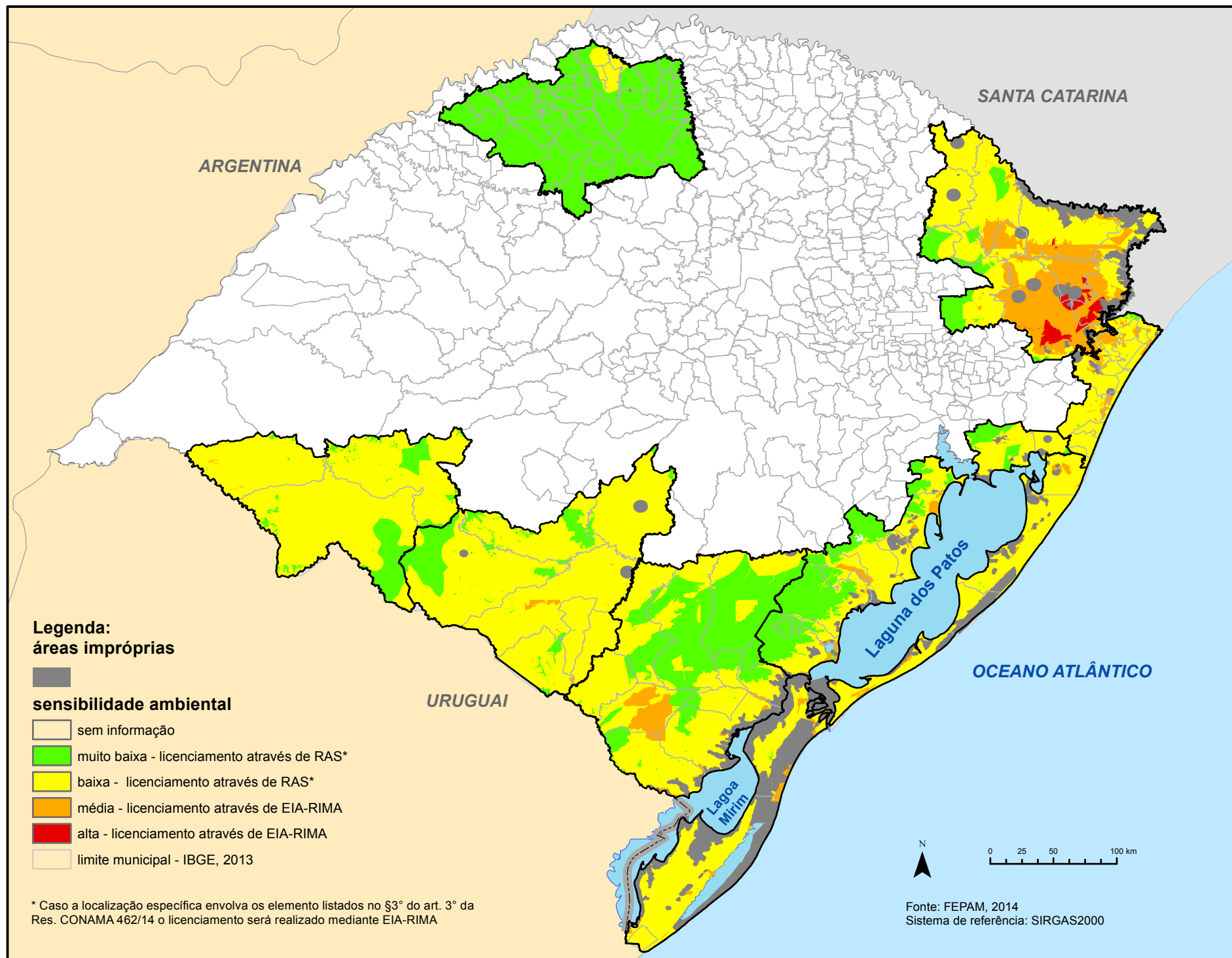
Márcio Borges Martins – Biólogo, Doutor em Biociências (Herpetologia) PUCRS, professor na UFRGS

Rafael Antunes Dias – Biólogo, Doutor em Ecologia (Ornitologia) UFRGS, professor na UFPel

Roberto Verdum – Geógrafo, Mestre e Doutor em Géographie et Aménagement pela Université de Toulouse Le Mirail, França, professor na UFRGS

Rodrigo Agra Balbuena – Biólogo, Especialista em ecologia de paisagem, Mestre em Ecologia UFRGS

Willi Bruschi Junior – Biólogo, Especialista em Ambientes Aquáticos, Doutor em Ecologia e Recursos Naturais pela UFSCar.



ARGENTINA

SANTA CATARINA

URUGUAI

Lagoa dos Patos

OCEANO ATLÂNTICO

Lagoa Mirim

57°0'0"O

56°0'0"O

55°0'0"O

54°0'0"O

53°0'0"O

52°0'0"O

51°0'0"O

50°0'0"O

28°0'0"S

29°0'0"S

30°0'0"S

31°0'0"S

32°0'0"S

33°0'0"S



0 25 50 100 km

* Caso a localização específica envolva os elementos listados no §3º do art. 3º da Res. CONAMA 462/14 o licenciamento será realizado mediante EIA-RIMA

Fonte: FEPAM, 2014
Sistema de referência: SIRGAS2000

ExpressoLivre - ExpressoMail

Enviado por: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <faleconosco@sema.rs.gov.br>

De: faleconosco@sema.rs.gov.br

Para: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <consema@sema.rs.gov.br>

Data: 08/09/2020 13:25 (1 minuto atrás)

Assunto: Consulta Pública Resolução CONSEMA

Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura

Consulta Pública Resolução CONSEMA

NOME COMPLETO Eduardo Ribeiro Peixoto

ENTIDADE Agapam

E-MAIL edupeixoto@terra.com.br

TELEFONE (48) 991113033

CEP 96200-290

MUNICÍPIO Rio grande

UF RS

MENSAGEM Projetos eólicos devem mitigar áreas onde estão sendo implantados. Empreendedor tem altos lucros.

ExpressoLivre - ExpressoMail

Enviado por: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <faleconosco@sema.rs.gov.br>

De: faleconosco@sema.rs.gov.br

Para: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <consema@sema.rs.gov.br>

Data: 09/09/2020 11:29

Assunto: Consulta Pública Resolução CONSEMA

Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura

Consulta Pública Resolução CONSEMA

NOME COMPLETO vitor hugo de lima knapp

ENTIDADE secretaria de meio ambiente de viamão

E-MAIL gabinete.smma@viamao.rs.gov.br

TELEFONE (51) 34927690

CEP 94410-405

MUNICÍPIO viamão

UF rs

MENSAGEM

Viamão conta com um parque eólico robusto e eficiente, a capacidade total de energia da Central Pontal é de ao redor de 200.000 MWh ano, sendo que o excesso é revertido para cidades vizinhas. Os parques do complexo eólico de Viamão possibilitam que mais de cem mil toneladas de CO2 - gás causador do efeito estufa - deixem de ser injetados na atmosfera. Ótima iniciativa do governo do estado do RS.

ExpressoLivre - ExpressoMail

Enviado por: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <faleconosco@sema.rs.gov.br>

De: faleconosco@sema.rs.gov.br

Para: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <consema@sema.rs.gov.br>

Data: 09/09/2020 18:23

Assunto: Consulta Pública Resolução CONSEMA

Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura

Consulta Pública Resolução CONSEMA

NOME COMPLETO Nanci Paula Alves Vieira

ENTIDADE

E-MAIL nancipaula12@gmail.com

TELEFONE (54) 996341522

CEP 95700-000

MUNICÍPIO Bento Gonçalves

UF RS

MENSAGEM Seria ótimo esse tipo de energia e o RS teria capacidade de ter essa energia

ExpressoLivre - ExpressoMail

Enviado por: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <faleconosco@sema.rs.gov.br>
De: faleconosco@sema.rs.gov.br
Para: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <consema@sema.rs.gov.br>
Data: 16/09/2020 11:27
Assunto: Consulta Pública Resolução CONSEMA

Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura

Consulta Pública Resolução CONSEMA

NOME COMPLETO Mauricio da Silveira Pereira
ENTIDADE Corticeira Cons. Ambiental
E-MAIL mauricio.aves@gmail.com
TELEFONE (51) 992249150
CEP 94070-080
MUNICÍPIO Gravataí
UF RS

MENSAGEM

Os monitoramentos de fauna deverão perdurar por longo período, mesmo que com campanhas semestrais, visando a obtenção de dados que comprovem ou não os impactos decorrentes da instalação destes empreendimento. Não apenas por 2 ou 4 anos após a implantação. A fauna, de modo geral, demora para apresentar "sintomas" dessas alterações.

ExpressoLivre - ExpressoMail

Enviado por: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <faleconosco@sema.rs.gov.br>
De: faleconosco@sema.rs.gov.br
Para: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <consema@sema.rs.gov.br>
Data: 16/09/2020 15:28
Assunto: Consulta Pública Resolução CONSEMA

Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura

Consulta Pública Resolução CONSEMA

NOME COMPLETO Cristiano Colombo
ENTIDADE
E-MAIL cristiano.colombo@prowindea.com.br
TELEFONE (51) 983017277
CEP
MUNICÍPIO viamão
UF rs
MENSAGEM Contribuições

ExpressoLivre - ExpressoMail

Enviado por: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <faleconosco@sema.rs.gov.br>
De: faleconosco@sema.rs.gov.br
Para: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <consema@sema.rs.gov.br>
Data: 16/09/2020 20:16
Assunto: Consulta Pública Resolução CONSEMA

Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura

Consulta Pública Resolução CONSEMA

NOME COMPLETO Fábio Silveira Vilel

ENTIDADE

E-MAIL fabio@simbiota.com.br

TELEFONE (51) 999686909

CEP 95800-000

MUNICÍPIO Venancio Aires

UF RS

MENSAGEM

A versão disponível da minuta está incompleta pois faltam no Anexo I as "Diretrizes e Condicionantes para licenciamento ambiental nas regiões com potencial eólico do RS" e a "Compilação de estudos, metodologias, dados técnicos e conclusões como subsídios às diretrizes ambientais para implantação de empreendimentos eólicos no Estado do RS". É possível encaminhá-las por email?

ExpressoLivre - ExpressoMail

Enviado por: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <faleconosco@sema.rs.gov.br>
De: faleconosco@sema.rs.gov.br
Para: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <consema@sema.rs.gov.br>
Data: 16/09/2020 20:29
Assunto: Consulta Pública Resolução CONSEMA

Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura

Consulta Pública Resolução CONSEMA

NOME COMPLETO Fernando Gertum Becker

ENTIDADE Dep. Ecologia, UFRGS

E-MAIL fgbecker@ufrgs.br

TELEFONE (05) 33089801

CEP

MUNICÍPIO Porto Alegre

UF RS

MENSAGEM

Solicito ampliação do espaço de texto desta consulta. Não há como fazer qualquer contribuição técnica relevante em apenas 400 caracteres. Além disso, não foram disponibilizadas as informações mencionados no artigo 3, parágrafo único, da minuta, inviabilizando uma análise adequada dada mesma.

ExpressoLivre - ExpressoMail

Enviado por: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <faleconosco@sema.rs.gov.br>

De: faleconosco@sema.rs.gov.br

Para: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <consema@sema.rs.gov.br>

Data: 18/09/2020 19:06

Assunto: Consulta Pública Resolução CONSEMA

Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura

Consulta Pública Resolução CONSEMA

NOME COMPLETO Elbia Gannoum

ENTIDADE Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEólica

E-MAIL diretoria.tecnica@abeeolica.org.br

TELEFONE (11) 36741100

CEP 01311-200

MUNICÍPIO São Paulo

UF São Paulo

MENSAGEM

A ABEEólica parabeniza esta SEMA, e reforça que a Resolução Normativa para o licenciamento ambiental aqui em discussão traduz significativo avanço para a indústria eólica no Rio Grande do Sul. Contribuímos, portanto, com propostas de aprimoramento, as quais desde logo registramos que apresentaremos em detalhes a redação para discussão junto a esta Secretaria. Serão 4 propostas.

ExpressoLivre - ExpressoMail

Enviado por: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <faleconosco@sema.rs.gov.br>

De: faleconosco@sema.rs.gov.br

Para: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <consema@sema.rs.gov.br>

Data: 18/09/2020 19:07

Assunto: Consulta Pública Resolução CONSEMA

Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura

Consulta Pública Resolução CONSEMA

NOME COMPLETO Elbia Gannoum

ENTIDADE Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEEólica

E-MAIL diretoria.tecnica@abeeolica.org.br

TELEFONE (11) 36741100

CEP 01311-200

MUNICÍPIO São Paulo

UF São Paulo

MENSAGEM Proposta 1: Art. 4º sugerimos alterar a definição por potência para número de aerogeradores/área utilizada, pois a evolução tecnológica dos aerogeradores indica que a potência unitária seguirá crescendo de forma significativa, de tal forma que faz mais sentido reconhecer o impacto ambiental do projeto de parque eólico pelo n. de unidades instaladas no terreno do que pela sua potência instalada.

ExpressoLivre - ExpressoMail

Enviado por: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <faleconosco@sema.rs.gov.br>

De: faleconosco@sema.rs.gov.br

Para: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <consema@sema.rs.gov.br>

Data: 18/09/2020 19:08

Assunto: Consulta Pública Resolução CONSEMA

Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura

Consulta Pública Resolução CONSEMA

NOME COMPLETO Elbia Gannoum

ENTIDADE Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEólica

E-MAIL diretoria.tecnica@abeeolica.org.br

TELEFONE (11) 36741100

CEP 01311-200

MUNICÍPIO São Paulo

UF São Paulo

MENSAGEM

Proposta 2: Art. 5º, onde sugerimos a possibilidade de inserir a menção aos Termos de Referência, com o objetivo de reforçar a expectativa dos agentes em poder contar com um TR para licenciamento eólico objetivo, claro, duradouro e que evidencie previsibilidade das exigências requeridas aos empreendedores nas diversas fases do licenciamento.

ExpressoLivre - ExpressoMail

Enviado por: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <faleconosco@sema.rs.gov.br>

De: faleconosco@sema.rs.gov.br

Para: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <consema@sema.rs.gov.br>

Data: 18/09/2020 19:09

Assunto: Consulta Pública Resolução CONSEMA

Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura

Consulta Pública Resolução CONSEMA

NOME COMPLETO Elbia Gannoum

ENTIDADE Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEólica

E-MAIL diretoria.technica@abeeolica.org.br

TELEFONE (11) 36741100

CEP 01311-200

MUNICÍPIO São Paulo

UF São Paulo

MENSAGEM

Proposta 3: Art. 13, sugerimos que a expedição da LO do empreendimento de geração de eólico fique condicionada à concessão LI de seus respectivos sistemas associados, evitando que imprevistos no licenciamento resultem em atrasos significativos no projeto e permitindo ao empreendedor conhecer antecipadamente o posicionamento do órgão ambiental sobre eventuais restrições e condicionantes ambientais

ExpressoLivre - ExpressoMail

Enviado por: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <faleconosco@sema.rs.gov.br>

De: faleconosco@sema.rs.gov.br

Para: "Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura" <consema@sema.rs.gov.br>

Data: 18/09/2020 19:09

Assunto: Consulta Pública Resolução CONSEMA

Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura

Consulta Pública Resolução CONSEMA

NOME COMPLETO Elbia Gannoum

ENTIDADE Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEólica

E-MAIL diretoria.tecnica@abeeolica.org.br

TELEFONE (11) 36741100

CEP 01311-200

MUNICÍPIO São Paulo

UF São Paulo

MENSAGEM

Proposta 4: Art. 14, a sugestão de parágrafo único, estabelecendo que nos casos de empreendimentos licenciados através de RAS, a cobrança de compensação ambiental deverá ser aplicada somente quando o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (CCA), tenha sido firmado no momento da emissão da Licença de Instalação.